



Ata da assembleia municipal de Tondela de vinte e oito de abril de dois mil e catorze

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze reuniu a Assembleia Municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos que se anexa.

Foi apresentada uma credencial do senhor presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Dão, à luz da qual se fez representar pelo secretário Firmino dos Santos Melo, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Feita a chamada, cerca das catorze horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes deputados:

Carlos Manuel Cortes Henriques da Cunha, Marina Olga Fonseca Igrejas Leitão Amaro, Arménio Leite Marques, Horácio Gomes Rodrigues.

Os deputados justificaram as faltas, que foram aceites pelo presidente da mesa e consideradas relevadas.

Verificando-se a falta do presidente da mesa da assembleia, o primeiro secretário assumiu as funções de presidente orientando os trabalhos, o segundo secretário tomou a posição do primeiro secretário e foi convidado o deputado Luciano Alves para ocupar o lugar de segundo secretário, que aceitou, dando-se, de seguida início à sessão.

1- Período de antes da Ordem do Dia:

1.1. Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2014

Iniciado o ponto, e não tendo havido intervenções, foi colocada à votação a ata de 28 de fevereiro, sendo a mesma aprovada, por maioria, com quatro abstenções dos deputados: António Dinis, António Almeida Dias, Marta Franco e Firmino Melo. Os deputados Marta Franco e Firmino Melo declararam abster-se por não terem estado presentes na sessão de fevereiro.



1.2. Leitura de expediente geral pela mesa da Assembleia, ao abrigo do número 1 alínea a) do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Foram apresentados pela mesa os seguintes documentos: “APELO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA” um ofício da Associação de Estudos de Direito Regional e Local divulgando a publicação periódica “Questões atuais de direito local” e uma Moção da “Assembleia de Freguesia e Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fraguas”. Esta Moção lida e tal como os anteriores documentos, ficou disponível nos serviços de apoio à Assembleia.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia, ao abrigo do número 2 do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

O presidente em exercício iniciou o ponto, dando a palavra ao deputado António Dinis, do CDS-PP. (anexo 1).

Continuou os trabalhos, o deputado José dos Prazeres, da CDU que, referindo-se à situação de calamidade que atingiu o concelho no passado verão, com os incêndios na Serra do Caramulo, se dirigiu ao senhor presidente da Câmara questionando quais as diretivas para a plantação florestal e apresentando o sentir de alguns pequenos produtores florestais que, no seu entender, deveriam ter um apoio de motivação à plantação de espécies autóctones. Salientou a dificuldade que os pequenos produtores têm para rearborizar as áreas ardidadas, visto terem que deslocarem-se a Viseu para a obtenção da autorização prévia. Referiu-se, também, de modo muito positivo ao seminário “Pensar o presente, planear o futuro”, promovido pela câmara municipal, tal como no que diz respeito à atividade “Plantar o Caramulo” que reuniu muita gente interessada em devolver à serra a sua anterior imagem, com uma ação de plantação de espécies escolhidas para uma reflorestação apoiada.

No tempo disponível para o PPP/PSD, foi dada a palavra ao deputado Jorge Henriques. (anexo 2 e anexo 3)

Os trabalhos continuaram com a intervenção da deputada Vera Machado. (anexo 4)



Seguiu-se a intervenção da deputada Cristiana Ferreira (anexo 5)

Foi, depois, a vez do deputado Felisberto Figueiredo participar neste ponto da ordem de trabalhos. (anexo 6)

Seguiu-se o deputado Abílio dos Santos que apresentou, na sua intervenção, um voto de pesar pelo falecimento de Vasco Graça Moura (anexo 7).

O presidente da mesa dirigiu a palavra para a bancada do PS e a deputada Marta Franco interveio. (anexo 8)

Seguiu-se a intervenção do deputado Jorge Baptista. (anexo 9)

Foi passada a palavra ao deputado Joaquim Santos. (anexo 10)

A sessão teve o seu desenvolvimento com a intervenção da deputada Ana Raquel Rodrigues. Apresentou uma moção evocativa do 25 de abril de 1974. (anexo 11)

O deputado José dos Prazeres ausentou-se da sala sem qualquer justificação à mesa.

O grupo parlamentar do Partido Socialista associou-se ao voto de pesar apresentado pelo deputado Abílio dos Santos.

Colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Colada à votação a moção apresentada pela deputada Ana Raquel, foi aprovada por unanimidade.

2- Período da Ordem do Dia

2.1. Apreciação das Atividades da Câmara nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro

O presidente da mesa solicitou a intervenção do presidente da câmara sobre o ponto em análise e este iniciou a sua intervenção comentando as anteriores.



Ao senhor José dos Prazeres explicitou os objetivos das estratégias para o plano de requalificação da área ardida da Serra do Caramulo. Acrescentou que manifestou aos presidentes das juntas de freguesia de Santiago de Besteiros e Guardão a utilidade em ser constituído o fundo de reserva, apoiado nas receitas decorrentes da venda de madeira ardida dos baldios. Tal fundo deverá ser aplicado em operações de limpeza e desmatação das áreas sujeitas a rearborização espontânea. Explicitou, também, que, nas operações que ocorreram em área ardida, é necessário autorização prévia a instruir junto do ICNF, independentemente da área a arborizar. Mais acrescentou que a câmara municipal disponibiliza a equipa técnica florestal para prestar apoio técnico aos municípios que o solicitarem, facilitando assim a instrução dos respetivos processos.

Continuou manifestando, ao Dr. Jorge Henriques, a sua disponibilidade em acompanhar a evolução decorrente da reorganização judicial, resultante da Lei 162/2013 em particular as implicações que advenham da resolução dos processos e da proximidade da justiça aos cidadãos, sobretudo no que diz respeito ao nosso concelho.

À deputada Vera Machado, reconheceu a valorização feita ao movimento associativo, sendo este o principal palco das políticas de juventude. Mostrou, ainda, disponibilidade para formalizar a instalação do conselho municipal de juventude, enquanto órgão consultivo.

Em relação à Dr^a Cristiana Ferreira, felicitou-a pela sua intervenção, reafirmando que não há democracia sem partidos, sendo por isso relevante a exigência do valor público e da participação.

Corroborou a intervenção do Dr. Felisberto Figueiredo, na qual ele identificou os sacrifícios por que passam muitos portugueses, mas que se tornaram imprescindíveis para resgatar a liberdade de Portugal, sendo verdade que quando nos colocámos nas mãos dos credores perdemos essa mesma liberdade.

A Joaquim Santos lembrou que as políticas dos responsáveis da saúde conduziram à falta de médicos, no concelho de Tondela, cuja situação mais crítica foi atingida em novembro de 2012. A aposentação de médicos, aliada à não criação de Unidades de Saúde Familiar no concelho de Tondela, teve consequências que muito



contribuíram para essa situação. Desde esse período mais crítico, já foram colocados vários médicos, o que não sendo a situação ideal, veio minorar o quadro dramático que se vivia. Em relação aos demais serviços, quando diz irem fechar, como é o caso das finanças, o presidente da câmara lembrou, que no memorando de entendimento, o Partido que o assinou, assumiu o encerramento de um número significativo de serviços públicos. Mais informou que neste momento, o serviço de finanças de Tondela não está em risco. Reafirmou que ao contrário do que referiu Joaquim Santos, quem pediu o resgate é que aniquilou a nossa soberania.

Continuou a sua intervenção com o exposto nos anexos 12, 13.

Seguiu-se a apresentação com diapositivos, feita pelo presidente da câmara, das atividades realizadas desde a última assembleia.

Foi de seguida, aberta a possibilidade de intervenção pelo presidente da mesa. Começou pelo deputado António Figueiredo. (anexo 14)

O deputado José Manuel Mendes dirigiu-se, seguidamente, à assembleia:

“Senhor presidente da câmara, senhor presidente da assembleia municipal, digníssima mesa, Companheiros, Comunicação Social.

Há três pontos que eu gostaria aqui de focar, alguns aqui já referidos nas atividades da câmara. O primeiro refere-se à vida associativa do nosso concelho, mas sobretudo de Tondela. Eu prometi a mim mesmo que numa oportunidade que surgisse, e ela surgiu hoje, de destacar aqui, a ação e a riqueza que o Grupo Coral e Instrumental do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo, nos dá. De referir, também, outras instituições ligadas à cultura aqui de Tondela, como temos o Grupo da Casa do Povo, a Filarmónica, temos tantas outras, mas esta atividade, e eu quero aqui dar os parabéns, sobretudo, aos professores, aos pais e especialmente aos alunos que são realmente eles que nos proporcionam momentos que nos fazem ficar satisfeitos com isso. Mais uma vez, aqui, deixo os meus agradecimentos em nome da União de Freguesias Tondela e Nandufe, porque nunca é demais realçar e a levar em conta, a riqueza que aqueles miúdos nos dão, portanto, parabéns mais uma vez aos professores, aos pais e a todas as pessoas envolvidas nesse projeto.



Queria também realçar, aqui, duas ou três atividades da Câmara Municipal. É bom sempre quando as intervenções são feitas na nossa freguesia, acho que é o verdadeiro sentimento de viver abril. Acho que é isto que nos dá, é o estar próximo das pessoas, e é isso que nós tentamos fazer, contrariamente ao que muitos pensam. Nós estamos próximos das pessoas. Nós, freguesia de Tondela e Nandufe, em colaboração com a Câmara Municipal procuramos estar próximos das pessoas, e é isso que leva a que as pessoas confiem cada vez mais em nós, e isso é prova do testemunho que nos prestam na altura em que nós os convidamos para colaborarem connosco.

Muito obrigado ao senhor presidente da câmara e à sua equipa pelo trabalho, pela excelente intervenção nas margens dos rios. Eu hoje já tive oportunidade de me deslocar à ponte sobre o Rio Dinha, e realmente aquilo já está a ficar com a beleza que nos habituámos a ver e que tínhamos anteriormente. Deixou de estar ocupado pelas árvores que tiram a visibilidade àquele local e que é um local que merece ser visitado. Quero agradecer ao senhor presidente da câmara e à sua equipa a forma como tem olhado para estas situações. Acho que é a forma boa de comemorar abril. Tinha outras referências a fazer mas acho que tudo aquilo que nos foi demonstrado aqui pela intervenção do Dr. José António revela que a câmara municipal de Tondela continua a fazer um bom trabalho, e apesar do pouco tempo que levam de atividade, já merecem uma referência muito positiva e podermos no futuro continuar a contar com o vosso apoio. Muito obrigado”.

Foi dada a palavra ao deputado Joaquim Santos que interpelou o presidente da câmara:

“Senhor Presidente.

Na sequência da sua intervenção, e nalgumas considerações que fez, e ao contrário da minha opinião, o senhor ainda não tem a certeza se, com o fim da Comarca de Tondela, os tondelenses irão ter, ou não, maior acesso, maior, ou não, dificuldade, de acesso à justiça. Obviamente que o senhor sabe perfeitamente disso que vão ter maior dificuldade. Há uma quantidade e número de processos, a maior parte dos processos não serão julgados em Tondela, mas passarão para Viseu. Mas isso o futuro o dirá, agora, o que não é justo é que o senhor presidente continue com a mesma cassetete de sempre, o senhor e os seus parceiros. E que é assim: isto foi sempre negociado. Quando é que isto



foi negociado? Diga-me quando é que foi negociado? A questão de acabarmos com todas as comarcas dos distritos, dos concelhos, isto é, das cidades que não são sede de distrito. Onde é que isso está escrito, onde é que isso foi assinado pela Troika ou pelo Partido Socialista? Tal como os senhores continuam a dizer que o problema da saúde em Tondela é o problema do governo anterior.

Senhor presidente da câmara, a melhor maneira de combater isto é tomar atitudes e, agir. Do passado, apenas aproveitar os erros, era isso que lhe pedia.

Acerca da moção da Assembleia de Freguesia de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, não há aqui nenhuma má intenção, o que é certo é que no relatório da empresa Águas do Planalto há, efetivamente, vontade em eles ficarem com a concessão do tratamento das águas residuais, o senhor sabe disso. Podem as câmaras municipais não ter assinado essa alínea, que não assinaram, aliás, até desconhecem, o que eu acho muito estranho. Não desconhecem, que ela chegou cá às câmaras municipais, ou então alguém está a faltar à verdade, ou a empresa das Águas do Planalto ou os municípios ou então o Planalto Beirão, porque isso é tratado através da Associação de Municípios do Planalto Beirão. No meu entender, a Câmara Municipal de Tondela, tal como a de Santa Comba Dão, Mortágua, Carregal do Sal e Tábua, devia tomar uma posição pública, clara, em que declaravam que não vão entregar o tratamento das águas residuais a qualquer entidade privada, isso é que eu quero ouvir. Eu queria saber se o senhor presidente da câmara assume, hoje e aqui, esse compromisso de, enquanto cá estiver, portanto, de não haver privatização desses serviços no nosso concelho, isso é que era muito importante. Entretanto, o senhor falou aqui que recebeu o MUAP, Movimento de Utentes das Águas do Planalto, e eu perguntava-lhe: o que é que pretende fazer na câmara municipal que vá de encontro àquilo que lhe foi exposto, por esse movimento, aqui, na última assembleia municipal, mas que também lhe foi posto naquela reunião em que o senhor, os recebeu, e muito bem?

Já agora, o senhor presidente, na última assembleia municipal, disse também que, na sequência das perguntas que lhe foram feitas pelo tribunal de contas, que tinha contratado uma equipa de advogados, isto é, que se tinha reunido os cinco municípios do Planalto Beirão das Águas do Planalto, e que tinham contratado uma equipa de



advogados e, já agora, se fosse possível, quais foram as perguntas que o tribunal vos fez e quais foram as repostas dadas pelo município de Tondela?”

O deputado Abílio dos Santos continuou os trabalhos da assembleia com a intervenção em anexo. (anexo 15)

Interveio, seguidamente, o deputado António Dinis com a intervenção anexa sob o número 16. De seguida, apresentou uma moção., “sobre a suspensão da aplicação da sobretaxa do artigo 21.(anexo 17)

Entregou na mesa dois documentos sobre a forma de requerimentos que se anexam e que pretendia que fossem entregues à câmara. (anexos 18 e 19)

O deputado Jorge Henriques interveio de seguida:

“Senhor presidente, senhor presidente da câmara, senhores membros da assembleia

Eu queria aqui tocar num ponto que foi também tocado pelo deputado Joaquim Santos e que tem a ver com esta questão dos tribunais. Muito sinceramente, Joaquim Santos, e eu que estou no meio, e também comigo está a Dr.^a Cristiana, o Dr. João Paulo Tavares, estamos no meio e sabemos bem daquilo que falamos. Parece-me, sinceramente, ser muito precoce para perceber o alcance, efetivo, desta reforma. Para que tenha uma noção, digo-lhe que, no momento atual, sessenta a setenta por cento dos processos entrados em tribunal são execuções e insolvências. Sabe quantos desses processos têm realidade física no Tribunal de Tondela, das execuções? Nenhum. Por incrível que pareça, nenhum. E sabe porquê? Porque todos eles correm nos agentes de execução, portanto, a existirem setenta ou oitenta execuções em Tondela, ou no tribunal da comarca de Viseu será precisamente a mesma coisa. No que concerne à questão de perdermos um juiz, eu sou do tempo em que um só juiz, Dr. Araújo Ferreira fazia o dobro, despachava o dobro do que despacham, atualmente, dois juizes do tribunal da comarca de Tondela. Se calhar um só juiz será obrigado a trabalhar mais um pouco, portanto, daí que me parece, muito sinceramente, ser precipitado estarmos a formular juízos de valor, parece que deveremos ver no que é que dá a aplicação de reforma e,



obviamente, sempre, como fará o PSD, estarmos atentos à aplicação desta reforma do mapa judiciário.

No que concerne à moção, meu caro amigo Dinis, necessariamente o PSD irá votar contra, parece-me que esta questão da sobretaxa será matéria da exclusiva responsabilidade da Associação de Municípios, e como tal, e até porque o PSD já apresentou nesta casa uma moção com um alcance bastante lato, da qual aguardamos, obviamente, também resposta por parte da câmara. Penso que na próxima assembleia teremos, já, esse feedback no que concerne à moção que aqui apresentámos, portanto, parece-me, muito sinceramente, que não sei se estará até no âmbito das nossas competências, discutir e aprovar essa moção, portanto, daí que, necessariamente o PSD nesta fase, e sem perceber, efetivamente, toda essa realidade, votará contra essa moção”.

Joaquim Santos fez a seguinte intervenção, na continuação dos trabalhos:

“O que está em causa nesta moção, a sobretaxa da exploração, é realmente saber se é uma taxa ou se é um imposto, porque, segundo consta, essa sobretaxa é para financiar ou manter o estado de conservação da rede pública de abastecimento de água que é dos municípios, o que é um contrassenso, isto é, é a mesma coisa do que eu ir ao café, tomo um café, pedem-me sessenta cêntimos pelo café e depois pedem-me mais cinco cêntimos para lavar a chávena. É o que estamos, aqui, a verificar neste contrato. Uma sobretaxa não deixa de ser uma taxa, mas se essa sobretaxa é para uma utilização futura, deixa de ser uma taxa e passa a ser um imposto, e só quero recordar que nenhuma entidade municipal, nem o município, nem a assembleia municipal, nem a câmara municipal têm competências para lançar impostos, o que significa também, que quando apurarmos toda a responsabilidade, que eu espero que ela se apure, tenha de haver uma devolução a todos os utentes das verbas que foram pagas. Na dúvida, eu votarei a favor dessa moção”.

O presidente da câmara municipal solicitou a palavra ao presidente da mesa, para intervir:

“Obrigado senhor presidente da assembleia.

Eu iria, primeiro, à moção que está na mesa, e depois voltaríamos à apreciação da atividade da câmara, para dizer o seguinte: a sobretaxa está prevista no contrato de concessão e, naturalmente, o que eu vou dizer, ao membro do MUAP, Joaquim Santos,



e o líder do Partido Socialista, Joaquim Santos sabê-lo-á na dupla função, já que isso lhe foi explicado várias vezes, que tal receita está prevista nos cinco municípios, na aplicação que tem, e que se reveste para dois vetores: 1º- Cofinanciar a parte que ainda não foi paga, ou por força de fundos comunitários, ou por força do acordo modificativo que permitiu a injeção dos 21,5 milhões de euros na Associação de Municípios; 2º- Todos os anos, a ERSAR pergunta à Associação de Municípios e aos municípios, a que é que se destina essa sobretaxa e quais são os investimentos que ela está a financiar. Segundo os dados que tenho, ainda restam 4,5 milhões de euros não financiados no quadro dos investimentos feitos; 3º- Esta sobretaxa também pode servir para constituir um fundo de reserva para que seja reabilitada a infraestrutura, quando for entregue aos municípios, isto é, no acordo de concessão, no quadro em que está feito, no fim da concessão à Associação de Municípios não quer receber reservatórios e redes danificadas, quer receber de forma conservada. Portanto, à pergunta que faz, ou que se coloca, direi que nós não podemos raciocinar sobre teorias. No dia em que haja a anulabilidade de algum ato, será restituído. Isso é criar uma teoria falaciosa de expectativas infundadas. O que nós temos que refletir é sobre aquilo que hoje temos. O que hoje temos, são estes dados. A sobretaxa apresenta uma receita de seiscentos mil euros no âmbito da Associação de Municípios, deste montante, sensivelmente metade deste valor é correspondente à receita na área do território de Tondela, portanto, o que se colocará nestas circunstâncias é uma de duas coisas. A qualquer momento a avaliação da sobretaxa é uma decisão. Naturalmente que não é uma receita para a concessionária, é uma receita para a Associação de Municípios sob pena de ter que ir buscar 4,5 milhões de euros a outro sítio qualquer, para pagar essas devidas dívidas. Nesta fase, é isto que eu queria informar. O MUAP já ouviu estas justificações várias vezes, presumo, e o senhor Joaquim Santos também já as ouviu, já as conhece, portanto, nessa perspetiva”.

No seguimento dos trabalhos, foi dada a palavra ao deputado António Dinis:

“Ora muito bem, foram aqui ditas muitas coisas muito interessantes que eu não sabia, uma delas é que ainda faltava, quando se fez este negócio dos tais 22/23 milhões de euros, ainda ficaram 4,5 milhões para apurar, para alguém pagar. Esta parte, eu não sabia, acho que ninguém sabia nesta assembleia, acho que é a primeira vez que ouvimos isto, pelo menos eu não me lembro de ouvir esta parte e, nas cláusulas que estavam



vertidas no contrato, na tal adenda, que não veio a esta assembleia, embora o senhor presidente da câmara, na qualidade de representante do município, tivesse aprovado essa adenda e esse protocolo, visto estar na Associação de Municípios do Planalto Beirão, enquanto representante do município. É o único nesta sala, conjuntamente com o António que estiveram certamente nesse momento de aprovação deste negócio. Estiveram lá, um, a representar o município, e outro, como secretário executivo da Associação de Municípios do Planalto Beirão e, portanto, esta para mim é novidade. Em relação, eventualmente, a financiamento de investimentos futuros e manutenção quando for transferido, é evidente que a manutenção deve ser assegurada por quem está a explorar. Faz algum sentido. Realmente tomei o café, é um bom exemplo, e agora tenho de lavar a chávena. Não pago mais cinco cêntimos, mas vou lavar eu a chávena do café. Paguei o serviço, paguei o café e agora não lavo a chávena, eu levo-a para casa para lavar. É um bocado esta a filosofia destes negócios e agora é que eu estou a perceber como é que as coisas se passam. Em relação ao montante, efetivamente, não é metade dos seiscentos mil euros, que ficariam por Tondela, mas seriam menos de duzentos mil euros, portanto, o montante que seria, aqui, poupado aos munícipes do concelho de Tondela, e que ficaria da parte de cá do nosso território. Esta é que é a grande questão e, portanto, permitam-me também, que há mais referências em relação a esta sobre taxa, há lá alguns itens relacionados com taxas, as tais SWAP, as tais renda, Euribor e essas coisas todas, está lá tudo, essas questões estão lá todas, não sei é se foi com essa argumentação que aplicaram à sobretaxa, mas que está lá, está. E está a dizer que se aumentar mais, não sei se é 5 ou 10 por cento do consumo de água ao longo do contrato, ainda teríamos de pagar a tal sobretaxa, isto é, eles estavam a ganhar mais dinheiro e ainda tínhamos de pagar mais uma sobretaxa, para mais e para menos. Nestes contratos depois de lidos é que nos começamos a aperceber como é que as coisas foram pensadas. Os problemas ficam do lado de cá, os benefícios ficam do lado de lá, portanto, são os tais contratos que não são caso único, certamente, nas águas, houve muitos a nível do país, mas a verdade é que nós estamos cá na responsabilidade, e é esta a proposta que o CDS aqui defende, naquilo que legalmente é o alcance da nossa intervenção.

A ERSAR diz que é uma coisa ilegal, que é uma coisa, que não é correta, e andamos nesta conversa há não sei quanto tempo e as pessoas a pagarem água das mais



caras do país. Isso é que está em causa e, portanto, o resto, enfim, compreendo as argumentações das várias partes mas, o que eu queria expressar aqui, é que esta é a ferramenta que está ao nosso alcance de fazermos alguma coisa para desonerar aquilo que é o encargo das famílias e das empresas. A DECO apresentava um estudo, recentemente em que Viseu era dos distritos mais caros, no preço da água. Vinha como notícia no topo dos concelhos, felizmente, não estava lá Tondela, mas estava lá Santa Comba Dão. Esta é a publicidade que não gostamos de ter para o nosso território, e por isso é que eu apelo aos senhores presidentes de junta que se associem a esta moção, não tem nada de extraordinário, é só isso que vos deixo”

O deputado Joaquim Santos voltou ao debate:

“Senhor presidente:

Para já, quero dizer que sou, com muito orgulho, membro do MUAP. Há aqui mais gente nesta sala, o António Dinis também é membro do MUAP. Isto é para acabar, de uma vez por todas, com a questão de que aquilo é um movimento partidário. Não é. É suprapartidário, porque uma pessoa por ser membro ou militante do Partido Socialista não perde direito nenhum de participar em movimentos cívicos, além disso, senhor presidente, o senhor também se estiver de boa-fé, isto é, se estiver do lado dos cidadãos para negociarmos esta questão da água, também é bem-vindo ao MUAP, aliás, como tem havido adesões de, com certeza, membros do seu partido, ou simpatizantes do seu partido de outros concelhos. É um desafio que lhe faço. Eu também não sabia, efetivamente, qual era essa verba de seiscentos mil euros, sabe porquê? Porque essa verba, efetivamente, aparece em “outros”. Eu já tinha reparado que, muitas vezes, não só aqui na câmara mas também nas contas do Planalto Beirão, aparece lá uma verba que é: “outros”, e ninguém sabe aquilo que é. É altura de começarmos a detalhar o que é que isso significa, portanto, eu, como digo, não sabia que eram seiscentos mil euros mas, também bastava fazer contas. Era multiplicar pelo número de utentes, multiplicar por 1,8 etc, e chegaríamos facilmente, portanto, a esse valor, por ano. Mas também não sabia dessa dívida, desses 4 milhões de euros. Pensei que estava tudo liquidado. Aliás, como também não sei onde é que foram parar, por exemplo, os milhões que foram aprovados, ou porque é que eles não foram aproveitados, aquando da candidatura que fizeram, à Comunidade Europeia no início das Águas do Planalto Beirão.



Como sabem havia um acordo, havia um projeto, um financiamento aprovado de vinte e um milhões e tal de euros, se não estou em erro, ou vinte e dois milhões, mas posso-lhe dizer ao certo, se quiser, quanto é que era, portanto, de uma candidatura que era financiada a oitenta por cento, e porque é que vêm para aqui dizer que esse dinheiro nunca apareceu, e por isso é que tiveram que recorrer aos beneméritos chamados Águas do Planalto que nos deram, então, os vinte e três milhões de euros.

Agora, há uma coisa que me preocupa muito. Esses senhores vieram dizer e reafirmar que tinham muito cuidado com a rede, porque quando acabasse a concessão queriam entregar a rede aos municípios, tão boa ou melhor do que estava quando a receberam. Agora o senhor presidente da câmara veio aqui dizer que essa sobretaxa é para um fundo de reparação, para quando eles se forem embora? Senhor presidente há aqui alguma coisa que não bate certo. Afinal a sobretaxa é para quê? Eu continuo a dizer: se é uma sobretaxa com essa finalidade, é um imposto. Mas isso, não é agora que me preocupa, nem sou eu que vou decidir. Agora, o que me preocupa é que quero que o senhor diga aqui, se souber, a quem compete a manutenção da rede de distribuição quer em alta quer em baixa.

Muito obrigado”.

O presidente da mesa direcionou o debate para o presidente da câmara que respondeu às solicitações das intervenções anteriores

“Eu penso que nós devemos aprender alguma coisa, quanto mais não seja que, os debates que se fazem nesta casa, devem servir para, pelo menos, estabilizarmos um conjunto de pensamentos. Isto é, a pior coisa que eu penso que podemos fazer é, em todas as sessões da assembleia, colocar as mesmas perguntas para as quais já foram dadas as mesmas respostas. Isso é perder tempo. Não estou, de forma alguma, a desvalorizar as questões, estou a dizer é que é um ato que não prima pela inteligência. E, porque, se eu estou sistematicamente a colocar dúvidas e questões sobre matérias que já me foram explicadas, eu posso discordar da fundamentação, não posso é, então, dizer que não tenho este ou aquele conhecimento.

Eu vou tentar ser o mais prático e breve possível. O que eu disse foi: a sobretaxa pode ter dois fins: 1º- financiar investimentos que ainda não estão liquidados ou 2º- servir para um fundo de reserva. Ora, se alguém ainda deve 4,5 milhões de euros, é



óbvio que a sua primeira prioridade está em pagar os investimentos, e só no fim destes investimentos estarem concluídos é que tem sentido perguntar-nos se se deve ter um fundo de reserva ou se não deve. Segunda questão: há investimentos que foram feitos pela concessionária no âmbito do financiamento comunitário. A ideia de dizer “onde é que andou esse dinheiro se nunca apareceu?” Sinceramente, eu acho que há termos que nós temos que usar com seriedade, e eu não consigo entrar nesse tipo de discussão.

Já, aqui, foi explicado, qual foi o modelo de financiamento. Houve uma candidatura aos fundos de coesão que foi financiada. Penso que ficou percebido. Depois dizem: “não sei para onde é que foi.” É que nem é de uma forma sub-reptícia, é de uma expressividade pouco consistente para dar uma ideia de que há aqui uma zona nublosa. Não é sério. Dos investimentos que foram objeto de financiamento comunitário, estes foram financiados em oitenta por cento. Houve obras além desse financiamento comunitário? Houve. Houve obras que foram trabalhos suplementares, que não foram objeto de financiamento. Houve custos de juros que superam cinco milhões de euros, e houve antecipação de receitas que totalizam 7,5 milhões de euros. É tão difícil perceber isto? Com isto não estou a dizer que há razões ou que não há razões. Quero é que pelo menos saibamos o que estamos a discutir, e que de cada vez não estejamos sempre a levantar as mesmas questões, desnecessariamente, na minha perspetiva. Podemos concordar, podemos discordar do modelo, isso é outra conversa. Repito: Nunca mais se diga que o “dinheiro da candidatura nunca apareceu, perdeu-se em algum lado.” Acho que isto não é uma linguagem que possamos ter nas comemorações de 40 anos de abril. De transparência, não é. Que se diga o seguinte: investiram-se quarenta milhões dos quais só vinte e um foram financiados e, portanto, é sobre os outros vinte e tal que o problema reside, aí isso é. O problema reside em trabalhos que não foram financiados, o problema reside em mais de cinco milhões de euros de juros e o problema reside em 7,5 milhões que foram transferidos para as cinco câmaras, como toda a gente sabe ainda que, independente, fazendo parte dos movimentos, isto está bem claro. Segunda questão que me parece ser importante: “Diga o que é que pretende, coloque-se ao lado do MUAP”. Eu acho que os movimentos cívicos são movimentos importantes para fortalecer o debate plural, para ganharmos responsabilidade coletiva, mas eu, com toda a franqueza, acho que no dia em que não fosse capaz de tomar decisões no cargo que



exerço, e em que estas decisões que, estão ou que devem estar na primeira linha da defesa das populações, eu não deveria estar a exercer estas funções. Digo isto conscientemente. No dia em que o movimento me ensinasse o que eu devo fazer, como devo fazer e em que condições eu devo fazer, eu não estaria a exercer funções para as quais fui designado na plenitude das mesmas. Os movimentos são movimentos que devemos saber interpretar, são movimentos que nos devem ajudar a criar uma consistência, a defesa de um conjunto de objetivos e que em momento algum eu me desvio desses objetivos. Qual é o nosso objetivo? Procurar encontrar um equilíbrio. Equilíbrio entre quê? Entre um contrato que foi aprovado na assembleia intermunicipal por unanimidade por todos os partidos, por todos os municípios. E porque é que foi aprovado por unanimidade naquelas circunstâncias? Porque os municípios na altura, é bom repetir, não sei quantas vezes as mesmas circunstâncias, e estamos a falar em 2007, tinham um plano financeiro para recorrer à banca e para se poderem financiar para os tais milhões que não eram objeto de financiamento. Em 2007/2008, o governo de então, e não me interessa saber a cor apesar de nós sabermos qual era, privilegiou aquilo que eram as parcerias público privadas. Não interessa agora discutir se foi mal. Foi o modelo. Os municípios ficaram impedidos de ir à banca contrair um empréstimo. Todos ficaram impedidos. Também não é preciso grande sacrifício para vos explicar, que numa PPP cada euro que se pede corresponde a três euros que se pagam. Numa PPP, seja ela rodoviária, seja do setor das águas, seja onde seja preciso, cada euro que se pede corresponde a três euros que se pagam. Uma PPP é brutalmente mais cara do que qualquer empréstimo bancário. Eu acho que a grande indignação devia estar neste ponto: porque é que, em 2007, não deixaram a Associação de Municípios e os municípios contrair um empréstimo. Esta é a minha primeira indignação. Porquê? Culpe-se quem na altura não deixou contrair um empréstimo. Os municípios foram levados a uma circunstância, e eu penso que já fizemos este debate em dezembro e em fevereiro que tinha uma de duas soluções. Ou cada município por si injetava quatro milhões de euros e entrava com a sua parte, destes cinco municípios que têm o setor da água, para satisfazer os vinte milhões que tinham de dívida, ou ficaram nas mãos de quem tinha, perante a banca, o poder negocial, que eram as PPP. Façamos esta reflexão. O MUAP deve ter como primeira indignação aqueles que, em 2007, impediram a



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 28-04-2014

Cláudio
R

Associação de Municípios de contrair um empréstimo. É aqui que reside o problema e é por aqui que tem que começar o problema e, portanto, não podemos é desviarmo-nos das questões. Eu sei qual é a nossa estratégia. Eu sei qual é a minha estratégia. Disse-o e repito: Criar um equilíbrio entre quê? Entre as nossas responsabilidades e, ao mesmo tempo, aquilo que seja a nossa margem negocial. A margem negocial tem que se conquistar. Como? Há um processo que neste momento decorre, e já vou responder à parte do Joaquim Santos em que pergunta: O que é que o município fez? Para que é que foram advogados e o que é que foi inquirido? O município de Tondela, os cinco municípios, aliás, o que aconteceu com o de Tondela aconteceu com os outros quatro, não foi inquirido sobre nenhuma matéria em particular. Como já expliquei e, isto também já o disse na assembleia municipal de fevereiro, os municípios perante uma participação que o MUAP fez à Procuradoria-Geral da República, e que por sua vez remeteu ao TAF (Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu) no caso dos municípios de Tondela, Carregal do Sal, Santa Comba Dão e Mortágua, e no caso do TAF de Coimbra para o município do Tábua, receberam uma cópia da participação feita pelo MUAP, e o município perante esta circunstância, chamado a dizer: “diga o que tiver por conveniente”, disse só isto que referi. Quem foi o gabinete jurídico? Andrade Miranda, Paula Barreto e Carlos Rebelo, que por coincidência é o gabinete que trabalha com o município. O que é que o município respondeu? Aquilo que são os factos. Que em 2007 foi feita esta renegociação, que os municípios transferiram, em 2007, este poder para a esfera da Associação de Municípios, que nesta circunstância as assembleias municipais e câmaras municipais não se pronunciaram sobre este processo e, portanto, relatou os factos que eu já aqui disse e que são do vosso conhecimento. Claro que com a linguagem jurídica e com a formatação que os juristas gostam de colocar nestas questões. Tão simples como isto e, portanto, que não haja questões duvidosas, manchas menos claras. A realidade é esta. Nós, para renegociarmos este modelo, seja a sobretaxa, seja outra situação qualquer, os senhores têm que dizer onde é que vamos, em que é que vamos cortar trezentos mil euros para a sobretaxa que, hoje, é aplicada e que serve para pagar investimentos que ainda estão para pagar. Naturalmente, que não estão à espera que os outros catorze municípios, dos dezanove que não têm o sistema de água, venham pagar as contas destes cinco. O que a assembleia intermunicipal dirá é uma coisa muito



Cláudio
CR

simples: vocês têm dívidas para pagar, então, vão pagando lá com as vossas sobretaxas, entendam-se lá sobre isto. No dia em que não queiram sobretaxas, ou que não as tenham, o conselho diretivo da Associação de Municípios há de perguntar, a estes cinco municípios, como é que pretendem satisfazer as receitas para cobrir o deficit que têm de exploração, neste momento e neste investimento. A situação é acompanhada pela ERSAR, que sabe quais são os investimentos que estão em causa, qual é a participação que não está ainda garantida, e qual é o bolo financeiro que está, neste momento, a pagar. Eu gosto de ser o mais claro possível, não gosto é de estarmos lançar as mesmas perguntas com algum sofisma, de uma forma mais enviesada para dar a ideia de uma certa especulação. Acho que quarenta anos depois do 25 de abril, já não se justifica que em política se use algum toque mais populista, mais demagógico ou menos claro naquilo que deve ser a relação entre os partidos, entre os órgãos que aqui estão. Nós estamos aqui para essa clareza, a realidade é esta. O primeiro fator de indignação deve estar em 2007. Devemos indignar-nos porque, então, não foi permitido fazer um empréstimo bancário, e que isto nos custa o que está a custar. Esta é que é a questão. Pode-se renegociar esta PPP? Tudo isto é o espaço negocial que temos pela frente. O estado português, atual, também renegociou PPP rodoviárias, e que tinham taxas de rentabilidade de doze, quinze, dezoito e de vinte por cento, e se alguém estiver interessado posso mostrar o estudo que foi feito sobre as PPP e a rentabilidade que aí se verificou, e que atingiríamos, em 2028 a 2030, a brutalidade dos valores que estavam previstos. Esta é a realidade que temos perante nós, portanto, o que eu queria dizer de uma forma muito clara: qual é o investimento que foi feito? Isto já foi explicado, pelo menos, na assembleia de dezembro e na assembleia de fevereiro, pelo menos. Todo este investimento foi financiado com fundos comunitários? Não. Metade, sensivelmente, teve financiamento comunitário, com oitenta por cento e, há uma parte significativa que não teve financiamento comunitário. Há uma parte significativa que se reporta a juros e à antecipação de rendas que os municípios receberam, no caso da antecipação de rendas, em dezembro de 2007. Foi aquela empresa, do “Bom Samaritano” como referiu Joaquim Santos, que se sentou à frente? Tivessem chegado outros. Tivéssemos ido à banca que era o que eu acho que deveríamos ter feito e que, à época, verdade seja dita, a Associação de Municípios queria fazer e, portanto, perante isto eu, repito: não quero



contestar, quero esclarecer para que não haja dúvidas sobre aquilo em que estamos envolvidos, a clareza como estamos, aquilo que é a determinação e, perante isto, acho que não teria mais informação a acrescentar sobre esta situação".

Passou-se, de seguida, à votação da moção apresentada pelo deputado António Dinis, que foi rejeitada, por maioria com os votos contra dos deputados: Felisberto Figueiredo, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Pereira, Sandra Coimbra, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Isaac Almeida, Luís Pereira, Armando Marques, José Hélder Viegas, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes, Jorge Soares, José Manuel Mendes.

O deputado Felisberto Figueiredo apresentou a declaração de voto da bancada do PSD. (anexo 20)

O presidente da mesa continuou os trabalhos, cedendo a palavra ao presidente da câmara:

“Obrigado senhor presidente.

Eu penso que os esclarecimentos que foram dados são importantes até por sabermos qual o desfecho seguinte que é alguém tentar tirar aproveitamento político, sobre a atuação na votação dos senhores presidentes de junta.

Agora, eu gostaria de ir ao encontro daquelas questões que aqui foram formuladas. Desde logo, para agradecer ao António Pereira a referência que fez aos trabalhos feitos, em particular, na freguesia de Lajeosa do Dão, e clarificar que para nós é fundamental termos um plano de conservação de vias, sabendo que não vão haver fundos comunitários no futuro para trabalhos dessa natureza e, portanto, isso é muito importante.

Ao José Manuel Mendes agradeço também as referências ao investimento feito na atividade cultural, no movimento associativo. Viver abril é estar próximo das pessoas, e acho que isso é muito importante também e, naturalmente, que atividades como a do grupo coral e instrumental do Agrupamento Cândido de Figueiredo são bem elucidativas da dimensão que as nossas escolas têm e do seu papel formativo.

Joaquim Santos: O presidente da câmara não disse que não sabe se ficará pior ou melhor o serviço. Nós temos de ter cuidado na forma como dizemos isso. O que eu



disse foi uma coisa muito clara: teremos atenção e preocupação no acesso ao serviço. Segunda questão que me parece importante nisto: também acrescentei que temos que enquadrar esta reforma com o código do processo civil e, quando for necessário, penso que para não maçar a assembleia, poderemos discutir todos os objetivos que estão no memorando de entendimento, quem os negociou e quem os assinou, mas não me parece que seja o mais relevante neste momento. Neste momento o que me parece ser relevante é saber o seguinte: com esta reforma, que está a ocorrer, há um prejuízo para a qualidade de acesso à justiça? Esta é a primeira pergunta que me preocupa. A haver, no processo dinâmico que venha a seguir, poderemos ter algum espaço para conquistar algum outro serviço neste setor? Esse é o trabalho que eu acho que temos que fazer, conjuntamente e, portanto, é isso que me parece ser importante;

O problema da saúde: mas há dúvidas de porque é que chegámos a 2012 com a situação que tínhamos? Dir-me-á: pasta do passado. É preciso agir. Sabe quantos médicos foram colocados no concelho de Tondela depois de novembro de 2012? É bom que tenhamos esta noção. Todos a adicionar, agora há um dado que eu sei, é que não estando numa situação ideal, estamos melhores do que estávamos em setembro e em novembro de 2012. O que eu direi é que estamos em situação melhor. Segunda questão: Chegámos também onde chegámos porque, à época, ninguém quis constituir Unidades de Saúde Familiar que é a melhor forma de fixação de médicos, e este é um problema de organização dos profissionais. Espero que se comece a corrigir.

Águas residuais: Quando falou há pouco, eu presumo que queria dizer águas residuais, não sei se foi ou se não, queria saber se o presidente da câmara assumia o princípio da não privatização. O presidente da câmara já assumiu uma coisa muito clara: no âmbito do atual acordo de concessão não haverá inclusão da privatização ou da concessão das águas residuais, mas também é bom que saibam que em 1997, e isso de certeza que o sabe, os cinco municípios transferiram para a Associação de Municípios o direito de concessão de água, de águas residuais e resíduos sólidos urbanos. O presidente da câmara anunciará que nunca aceitará esta privatização? Eu acho que ninguém de bom juízo pode dizer isto. Se lhe propuserem fazer este serviço que, hoje, lhe custa, por absurdo, cinquenta, por dez, qualquer gestor, e que lhe garantam a integração das pessoas que hoje estão nestes serviços, terá que avaliar essa situação. O



Sessão Ordinária de 28-04-2014

que direi é: jamais aceitarei uma discussão que não tenha vantagens para o município sobre essa situação, mas não tenho nenhum pragmatismo ideológico anti privatizações, desde que elas sejam suficientemente claras, e desde que a responsabilidade e as regras absolutamente determinadas no ponto de partida, o que não me parece ser o caso, nem está no horizonte tão próximo;

Sobre a questão do MUAP: Já percebemos a exposição que o MUAP fez aqui na assembleia de 28 de fevereiro e, portanto, o que tive no encontro que acedi foram as mesmas conclusões, os mesmos princípios, a mesma boa vontade, a mesma cooperação e respeito mútuo e, portanto, registo com agrado o posicionamento educado, cívico em que ocorreu a conversa nesta questão;

Sobre a questão da equipa: já expliquei que não tive nenhum funcionário do Município de Tondela a trabalhar, no dia 25 de abril, porque foi feriado nacional, portanto, desconheço o facto de ter andado alguém a trabalhar em Vilar de Besteiros. O que vou registar e dizer de novo é o seguinte: No dia 25 de abril foi feriado nacional. Nenhum trabalhador, colaborador ou funcionário integrado em programas ocupacionais ou em estágios esteve a trabalhar, a não ser que fosse em piquetes de urgência;

Prevenção para o próximo verão: a preocupação não é só o Tourigo/Barreiro, também é Castelões. Nessa matéria, o período de setembro/outubro foi um período muito difícil, porque tivemos intervenções muito urgentes a fazer, em particular, na área da serra do Caramulo. Se me perguntarem se fizemos o planeamento e a intervenção que era desejável na época de inverno nesta área do concelho, eu acho que foi feito o trabalho que seria desejável numa circunstância normal. Em todo o caso, em reunião com todos estes presidentes de junta, já acordámos que fossem identificados os troços mais urgentes que implicaria desobstruir e limpar, e essa avaliação está a ser feita para que, no mês de maio venham a ocorrer.

Contrapartida da SONAE: primeira questão: O espaço onde se vai instalar o grupo SONAE com o Continente Bom Dia, com a Modalfa, com a Wells e com a Worten, é um espaço que, tecnicamente está licenciado para comércio e serviços, aliás, por isso é que lá estão as entidades que estavam antes. A área a ocupar será ligeiramente menor do que a área até agora ocupada, e o estacionamento a criar será maior do que aquele que existia hoje. Esta é a pergunta que eu lhe faço, ou que farei a qualquer outra



Cláudio
Q
P

pessoa: se o senhor tiver um terreno, que está em espaço urbano, e queira construir uma habitação, que contrapartidas é que o seu vizinho pode ter por deixar de ter a possibilidade de ver o sol, da mesma forma, todos os dias? Este é que é o problema posto de uma forma muito simples. A pergunta é outra: seja por este grupo, seja por qualquer outro, qual é a estratégia que o município deve ter e pode ter, para valorizar o comércio local e para estimular as dinâmicas que lhe estão associadas? Penso que não teremos dúvidas em identificar um conjunto de ações, sejam na época natalícia, sejam ao longo do período de festividades que ocorrem dentro da cidade, em que em articulação com o núcleo dos comerciantes de Tondela procuram ser desenhadas essas medidas. O senhor não tem como impedir a localização destas infraestruturas, nem me parece que isso seja a melhor forma de garantir competitividade ao território, portanto, a articulação tem que ser na promoção de dinâmicas próprias, no fortalecimento da identidade destes mercados e deste comércio e serviços locais, para que possa ter, naturalmente, alguma componente de apoio;

Ligação da Estrada 627 à Barragem de Paul. Conheço o assunto. Não sei onde estão essas, citadas, pedras. À época a obra foi acompanhada por um técnico nosso, com quem já conversei e não sei onde estão as pedras, nem sei se foram, ou não, integradas na construção ou se foram deslocadas para outro sítio qualquer;

Vias estruturantes: as vias que foram identificadas não foram por casualidade, são aquelas que têm que servir infraestruturas, ou equipamentos, ou áreas de desenvolvimento estratégico para o concelho. No caso em concreto da via que fala, é a que liga a 228 à Zona Industrial do Lajedo, depois vem à rotunda que agora requalificámos de Campo de Besteiros/Santiago, segue a Vilar, rotunda da Seixosa, e termina aí. Porquê? Porque o investimento estruturante é a zona industrial. Naturalmente, que há vias como a de Sabugosa a Mosteiro de Fráguas, e eu acrescentaria a do Fial e tantas outras, que precisam de requalificação mas, para isso é preciso ter recursos e meios para essa requalificação. O porquê de ter parado na 627? Precisamente para fazer o anel de ligação da 228 com a 627, por força do equipamento Zona Industrial do Lajedo. Penso que em relação ao Joaquim Santos foram as questões que me foram colocadas.



Senhor Abílio sobre a Serra do Caramulo: é verdade que o plano de reflorestação tem licença para que nos próximos dois anos se mantenham estas operações, é verdade também que o fundo de emergência municipal já está a decorrer nas condições em que falou. Iremos lançar, no próximo sábado, dia 3 às 18 horas, penso que já receberam convite, a casa mortuária de Tondela que será um equipamento para as diferentes confissões religiosas e, portanto, para a quais convidámos a Igreja Maná, a Igreja Evangélica, Igreja Testemunhas de Jeová e Igreja Católica, as quatro confissões que existem em Tondela e, naturalmente, terá o plano de utilização e de gestão que possa satisfazer, se assim o desejarem, as diferentes confissões religiosas, portanto, esta questão já está devidamente articulada, também, com o Senhor Padre Rocha. Algumas obras irão ser lançadas em regime de overbooking. É o caso da casa mortuária, também penso que importa explicar-vos como é que funciona o regime overbooking. Uma obra que tenha um contrato financeiro assinado com o estado como é que funciona? Há um auto de medição, esse auto de medição é enviado e é recebida a comparticipação. Neste caso, da casa mortuária, e de outras obras, nós candidatamo-nos ao overbooking, que quer dizer o seguinte: faz-se a obra, paga-se, e no fim de estar feita e paga é que se vai tentar buscar o dinheiro. Hoje mesmo reuni com a empresa que fará a construção, a obra terá um prazo de execução de seis meses, e arrancará a partir de sábado. O espaço das Oficinas Criativas, vulgarmente conhecido como “Cine Teja”, também entrará em intervenção. Estas duas obras totalizam mais de seiscentos mil euros.

A degradação urbanística que, hoje, ocorre no Caramulo não é de hoje, é uma das preocupações que temos vindo a registar como é do vosso conhecimento. No novo quadro comunitário de apoio, não vai haver dinheiro para a regeneração urbana no sentido daquilo que são os espaços públicos, mas poderá haver dinheiro através de fundos de investimento, para regeneração urbana de edifícios que vai um pouco na linha do Programa JESSICA que existia. O problema é que como nós sabemos, os novos fundos comunitários serão, não a fundo perdido, mas a fundo reembolsável. Ora, se alguém vai reabilitar um edifício para o rentabilizar tem que ter um plano de negócios, e o estado, o gestor do banco do fundo de investimento vai dizer uma coisa tão simples como isto: eu dou-lhe cem, diga-me lá quando é que o senhor vai reembolsar este montante? Qual é o seu calendário para reembolsar? Quer isto dizer que o mais



importante é o plano de negócios que aquele bem e aquele investimento possa ter, e é nisto que estamos a trabalhar. Não é por acaso que citei uma reunião que tivemos com a Deloitte e está a ser preparado um estudo estratégico. O problema não é requalificar o edifício, ou os edifícios, ou alguns edifícios. Não tenho a veleidade de acreditar que vamos reabilitar todos os sanatórios, mas se conseguíssemos ter dois ou três casos de sucesso seria muito bom. O fundamental não é saber se os vamos requalificar, é qual é o plano de exploração, quem é a entidade que está interessada. Estamos a falar de investimentos aprovados, estamos a falar da necessidade de constituir fundos de investimento e, por força disso, ter clientes que rentabilizassem depois este investimento. É isto que estamos a tratar ou a tentar fazer, sabendo que já não está na esfera de investimento do município. O que o município procura fazer é ser o catalisador das vontades e das dinâmicas destes investimentos, portanto, estamos a trabalhar nisso com muita discrição. Vai haver dinheiro dos fundos comunitários? Eu direi, sim, para a regeneração. Mas como o novo quadro comunitário vai ser sobre a figura de reembolso e não sobre a figura de fundo perdido, implica saber qual a rentabilidade, isto é, depois de reabilitar um edifício para que é que serve? É para alojamento? Quem são os clientes? Tem que estar garantido, à cabeça, um plano de gestão e de rentabilidade, para que o operador vá com essa rentabilidade pagar o investimento que lhe foi emprestado através de fundos comunitários;

Questão da RUCI? e afins: mais uma, para não haver equívocos, nem dúvidas, nem más interpretações. O Município de Tondela com os Municípios de Viseu, Mangualde, São Pedro do Sul, Nelas e Santa Comba Dão constituíram-se num consórcio, numa candidatura promovida pela CIM Viseu Dão Lafões. Esta candidatura era a rede urbana para continuidade e inovação, e que englobava projetos dos municípios, e projetos comuns da CIM, entre eles, a marca Viseu Dão Lafões que era um projeto comum. O “PROVE” Dão Lafões que se realizou há dois anos, e que se realizará de novo, este ano, a presença na “BTL”, um conjunto de ações todos estes projetos fazem parte da estratégia da RUCI e, portanto, o Município de Tondela, naturalmente, nesses projetos comuns é co beneficiado, na medida em que coopera e participa nesses projetos. Questão de partida: em momento algum, o Município de Tondela teve um protocolo financeiro assinado. O Município de Tondela assinou um



protocolo onde constituiu um pacto da candidatura à RUCI Viseu Dão Lafões. Em momento algum, o Município de Tondela teve um protocolo financeiro assinado com o “Mais Centro”, porque é isto que dá dinheiro. Vou dar um exemplo: Quando se fez a candidatura à regeneração urbana, foi feita uma candidatura chapéu, e depois cada uma das ações, em particular, seja a regeneração do centro histórico, seja o plano de comunicação, cada uma em particular é que tem um contrato financeiro para aquela ação. Este protocolo chapéu, por força da renegociação que em 2012 e em 2013, o “Programa Mais Centro” teve com os municípios, entrou naquilo que se chamou “Operação Limpeza”. A “Operação Limpeza” implicava chegar a determinado município e perguntar-lhe: não vai ter dinheiro para o conjunto das obras que candidatou, por isso tem de fazer opções. Fica com esta ou fica com aquela. O executivo anterior e, registe-se, antes de agosto de 2013, tomou a decisão de assumir ficar com a REC- Rede de Economias Competitivas, permitindo, desta forma, financiar o edifício do “Cine Teja”. Meio milhão de euros que aí está. Por acaso teve azar, o senhor membro da assembleia que podia ter visto essas notícias de 2012, mas também já podia ter visto a última ou a penúltima notícia do Jornal do Centro. Aí o presidente, atual, da câmara municipal de Tondela disse que, com sacrifício conseguiu, nos meses de fevereiro e março, reconquistar a candidatura da RUCI e, não só a conseguir reconquistar, como já adquiriu, a câmara municipal, o edifício Carmelitana, e que tem esta candidatura à espera para assinar já o contrato financeiro. Há dias em que temos azar e, hoje, é o caso. Há coisas que nós não ouvimos. O atual presidente da câmara já conseguiu reconquistar essa candidatura que vai dar origem a um contrato financeiro que está, neste momento, em fase de audiência e que será objeto de financiamento.

Registo, naturalmente, o interesse pela “Queima do Judas”. Felizmente que o concelho de Tondela continua a ter uma estratégia de desenvolvimento e uma estratégia de promoção territorial, isso é importante, sabermos que as pessoas reconhecem isso e, parece também ser importante registar as dinâmicas que aqui estão envolvidas neste quadro.”

Seguidamente, o deputado Joaquim Santos voltou ao debate:

“Senhor presidente da câmara



Handwritten signature and initials in blue ink.

Eu, há bocadinho, na minha intervenção anterior disse-lhe, portanto, que era conveniente mudar de disco e não culpar sempre o passado. Uma vez, numa conversa particular, disse-lhe que o que foi feito na água, não tem nada a ver com a parceria público privada: Mas, se tiver, eu também lhe quero perguntar se a Tondelviva também foi culpa do José Sócrates? Quando é que começou a Tondelviva? Quanto é que me custa a mim? Sobre a questão da água: eu pago-a do meu bolso e os outros que a têm, também; e eu até admito que haja aqui pessoas que tenham votado contra, porque não consomem água. Mas, por exemplo, o Parque Urbano de Tondela, o pavilhão gimnodesportivo, o Parque de Campo de Besteiros, a casa de João de Deus em Canas de Santa Maria, e o Clube de Futebol do Atlético de Molelos, também somos nós que o pagamos. Não sai é do mesmo bolso. Está a entender qual é a diferença? A pergunta é esta: qual é a diferença, ou se não há diferença entre a parceria público privada... O senhor continua a insistir em chamar parceria público privada e a atribuir as culpas a José Sócrates. E a Tondelviva?"

O presidente da câmara respondeu:

“Senhor Joaquim Santos.

Para mim são iguais, tão simples como isso. Eu já expliquei isto várias vezes e, repito: nas parcerias que se apoiaram neste modelo, cada euro que se pede corresponde a três euros que se pagam.

Sobre a pergunta que me faz: a parceria Tondelviva também é culpa do governo de então? Eu respondo: é culpa de todos aqueles que não permitiram aos municípios, de então, recorrerem a empréstimos, quando tinham capacidade de limite de endividamento, e essa capacidade lhe foi impedida e que os empurraram para parcerias como esta ou como outra qualquer. Mas, já agora, deixe-me acrescentar: é que nesta parceria, em causa, ela também foi aprovada por unanimidade, em órgão executivo e em órgão deliberativo. Presumo que na altura já fosse militante do mesmo partido, portanto, admito que já tivesse consciência cívica e que, na altura, pudesse ter tido uma opinião contrária a este modelo”.

O deputado António Dinis pediu para intervir, o que o presidente da mesa anuiu:

“Fico contente, por ao levantar a questão da RUCI, se tenha voltado atrás numa decisão. Porque, pelos vistos, em agosto de 2013, referiu, exatamente, agosto de 2013,



eu percebi a intenção, só que como eu já não estava na câmara, portanto, já não estava com as funções executivas, portanto, estou, particularmente, à vontade. Eu saí em julho. Percebi a nota, mas fico contente que desta discussão acerca da RUCI tenhamos voltado atrás, e muito bem. Por isso, quando o critiquei por a deixar cair, tenho de cá vir dar os parabéns por ter recuperado, exatamente, esse projeto. Fico satisfeito porque se em, agosto de 2013, se optou por não, agora se optou por sim, portanto, fico, particularmente, feliz em relação a isso. E, portanto, agora, há uma questão que é crítica, é que vamos depois falar de overbooking, de dinheiros que se gastaram, que não se gastaram e que se perderam. Todos nós sabemos como é que isto acontece. Contratualiza-se, está aprovada a candidatura, se nós depois não fizermos mais nada não há contrato de financiamento. Isto vem nos livros, portanto, não vale a pena dizer: “nunca houve nada”. Houve sim senhor. Eu tenho lá fotografias, e como eu disse tenho ali o jornal, está citado. Não tenho oportunidade de ler o Jornal Centro com a mesma frequência, já falaremos sobre o Jornal Centro sobre outra situação, mas de qualquer das formas quero dizer-vos, em particular, em relação a isso, que foi contratualizada em Viseu, não posso precisar a data, mas sei que foi no final de 2010, e tanto é, que tem vindo, sucessivamente, nas GOP’s que todos aqui aprovámos, acho que isso é mais que evidente.

Para terminar, senhor presidente, queria-lhe dizer, ainda bem que retomou, e espero que faça bom uso dessa ferramenta que era a tal estratégia do futuro para o nosso concelho e, portanto, eu se concordava na altura quando o Dr. Carlos Marta o defendia, fico contente que tenha voltado atrás e tenha recuperado esse projeto”.

O presidente da câmara interveio, de seguida:

“Uma situação que me parece simples. Ninguém voltou atrás, acho que fui claro há pouco. Disse que em determinado momento era impossível perante as negociações feitas com o Mais Centro manter as duas obras. Conseguiu-se uma e agora, conseguiu-se a outra.

Segunda questão, a RUCI não se esgota no projeto de Tondela. Tondela beneficia do projeto RUCI por outras fontes. Mais, lançamos o Tondela +10 antes da concretização do projeto da RUCI. O projeto Tondela + 10 é em grande parte um



complemento do projeto da RUCI”. Não se voltou atrás, conseguiram-se, sim, dois grandes objetivos”.

2.2. Análise, discussão e aprovação da Conta de Gerência relativa ao ano civil e financeiro de dois mil e treze

O presidente da mesa deu a palavra ao presidente da câmara para explicitação do ponto:

“Senhor presidente, membros da mesa, senhores deputados, comunicação social, todos os presentes.

Penso que têm perante vós um relatório de gestão, suficientemente detalhado, e com a ilustração necessária para uma compreensão que me parece ser adequada. Não deixaria, contudo, de registar alguns aspetos que me parecem relevantes, nesta conta de gerência. Desde logo o facto de se tratar de uma gerência que envolveu dois órgãos executivos. Por isso, o primeiro registo que aqui quero fazer, naturalmente, é também reconhecer o grande esforço da administração anterior, à qual muitos de nós tivemos a honra de estar ligados, seja neste órgão executivo, seja no órgão deliberativo.

Nessa perspetiva, de ser um exercício que comporta duas administrações, eu quero fazer este sublinhado de reconhecimento a quem antes de nós esteve nestas funções, e que também contribuiu muito para estes resultados.

O que é que julgo ser relevante sublinharmos? Desde logo o nosso saldo de gerência, 1.875 milhões de euros, o que me parece ser um valor extremamente positivo, ao qual devemos associar o contributo que o município teve na redução do seu endividamento. Como é sabido, por força da lei do orçamento de estado, os municípios estavam obrigados a reduzir o endividamento ou a abater os pagamentos em atraso, num montante igual àquilo que foi o acréscimo da receita de IMI, desse respetivo ano.

Portanto, determinado município, para além dos seus pagamentos a que já estava obrigado, teria que utilizar a receita adicional que, ocorreu em 2013, por força da reavaliação dos prédios do IMI, para uma de duas funções: ou abatia a dívida que tinha em stock, ou agia nos pagamentos em atraso, onde abatia com essa importância. Ora, a nossa receita, adicional, de IMI em 2013, foi de 153,766 euros. Quer dizer que numa situação, dita normal, nos mínimos, o município tinha que utilizar esta importância e



abater parcela de endividamento. Ou pagar dívidas em atraso de igual importância. Quero-vos dizer que nós, não só atingimos este objetivo como, além deste montante, abatemos dívida de três milhões e oitocentos e vinte e oito mil euros, o que diz bem da nossa capacidade de execução, do ponto de vista financeiro. Penso que estes dois dados são absolutamente assinaláveis. Por um lado, o saldo de conta de gerência, e por outro lado aquilo que foi a redução de endividamento. Julgo que se justifica uma apreciação que tem a ver com um resultado que pode não ter contribuído, positivamente, para esta conta de gerência e que tem que ser explicitado. Como sabem, veio a esta assembleia municipal, em 2013, a constituição de propriedade horizontal do edifício Novo Ciclo-Acert que, num segundo momento, o município doou à Acert o conjunto das frações que estão sob a sua gestão, fruto da propriedade horizontal. Quer isto dizer que, contabilisticamente, o bem ao ter sido doado é um fator que vai penalizar os ativos do município, e conseqüentemente vai ter implicação na respetiva conta de gerência. Penso que se percebe que não está em causa uma doação qualquer, está em causa a doação de um bem, por força desta natureza. Um outro fator, ainda que não tão expressivo, para ter um impacto em termos de património, tem a ver com alguns lotes da zona industrial. Como sabem, sempre que é feita uma zona industrial, as finanças avaliam os lotes, e normalmente avaliam-nos em função do potencial construtivo, isto é, normalmente dezassete a vinte por cento que é o valor com que o lote é avaliado, face ao potencial construtivo. Como é sabido, o município, numa perspetiva de estímulo à economia de desenvolvimento local e de empregabilidade, tem um valor de referência que, normalmente, anda nos dois euros e meio, o preço venda/lote que é um valor inferior ao valor da avaliação em sede de finanças. Ora isto, também em sede de avaliação patrimonial, representa-se como uma desvalorização e, portanto, contribui por este lado no plano das contas. Quer dizer que nós temos, grosso modo, um valor significativo na doação “Edifício Acert”, e temos um valor, não tão expressivo, por força da cedência destes lotes. Isto, também tem que ser relevante e relevado para efeitos da apreciação da conta de gerência.

Segunda questão que me parece importante que tem a ver com o grau de execução: penso que é assinalável o facto de termos um grau de execução que se aproxima dos setenta e oito por cento, quase oitenta por cento, sendo que na



generalidade das atividades ele é bem superior a esse montante. Na atividade económica é assinalável embora seja a única que tem um valor abaixo, apesar se ser superior a setenta por cento, tem a ver com o impacto que a estrada 230 – Molelos-Campo de Besteiros-Caramulo teve no efeito da conta de gerência. Como sabem, por força do tempo invernos, as pavimentações desta estrada estão deslocadas até junho, e elas inicialmente estavam previstas concluir-se em janeiro. Quero dizer que um milhão e meio de euros foi deslocado de 2013 para 2014, e por força disso, há um impacto negativo em termos da execução. Apesar disso, não deixa de ser suficientemente expressivo. ter um grau de execução de 77,8 por cento.

Quarto aspeto que me parece ser também relevante e que se prende com o princípio do equilíbrio orçamental. Como é sabido, este princípio do equilíbrio orçamental diz que nós não podemos ter despesa corrente superior à sua respetiva receita. Neste princípio, porque a despesa foi bem inferior, 2,7 milhões de euros não foram gastos em despesas correntes, o que permitiu o aumentar o investimento de capital. Repito, o princípio do equilíbrio orçamental diz que eu não posso ter maior despesa corrente do que a respetiva receita. Aqui, não é só a despesa que foi menor, como ainda contribuiu com 2,7 milhões de euros para aumentar do lado do capital o investimento e, portanto, penso que isto são dados relativamente importantes e que queria, aqui, assinalar sem prejuízo, naturalmente, de me disponibilizar para todas as questões que me queiram colocar. Não deixo de assinalar, repito, estes dois vetores que julgo serem muito importantes. Saldo de conta de gerência e contributo para a redução de endividamento em que se reduziu para além daquilo que era exigido em 3,8 milhões de euros”.

A deputada Vera Machado tomou da palavra. (anexo 22)

Continuou os trabalhos o presidente da câmara que explicitou:

“A senhora deputada, Vera Machado, fez esta referência e, naturalmente, não deixo de dizer que essa tem sido a nossa preocupação: de sustentabilidade, de equilíbrio, de ponderação em relação a responsabilidades futuras e, o relatório de gestão que têm perante vós, também denota quais são os compromissos futuros. Não deixo de dizer que, hoje, este sector é, porventura, dos mais estratégicos e vitais para a gestão pública. No dia que um município não tenha os seus pagamentos controlados, não tenha o seu



limite de endividamento observado, está a um passo muito pequeno de entrar em insustentabilidade e, por força disso, ter impostos e taxas na carga máxima. Quero fazer aqui um reconhecimento aos serviços económico-financeiros do município, na pessoa da Dr.ª Joana Chaves e Andreia Saldanha e a todos os funcionários, que conosco colaboram”.

Colocada a conta de gerência à votação, foi aprovada por unanimidade.

2.3. Análise, discussão e aprovação da 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e catorze

Sobre o ponto da agenda de trabalhos, o presidente da câmara referiu:

“Penso que está, suficientemente, detalhado, quer na modificação no orçamento do lado da receita, quer do lado das GOP. Em boa verdade, o saldo que é incorporado de um milhão trezentos e oitenta e um mil euros está aqui projetado. A despesa que lhe está associada, e aos reforços, em particular, que lhe estão associados, também estão aqui refletidos. Desde logo foi carregada com o montante necessário à rubrica para os acordos de execução com as freguesias, que estão aqui detalhados. Também já abrimos a possibilidade de acordos de cooperação com freguesias, quer para o caso de arruamentos quer para o caso de beneficiação de parques. Naturalmente, temos aqui também previstas algumas intervenções em parques desportivos, por força legal de algumas adequações. Reforçamos a aquisição de terrenos em cento e vinte mil euros, quer para infraestruturas quer para parques de localização empresarial, naturalmente, que também está aqui reforçado o programa “Tondela + 10”, está aqui bem determinado, criámos um projeto com dezoito ações, todo associado, à exploração termal, na medida em que nós queremos detalhar, com a maior precisão possível, todos os centros de custos, para que nos seja permitido ter uma leitura o mais profunda possível das áreas de exploração e dos custos associados.

De uma forma geral, penso que está aqui bem explícito a área e a distribuição deste reforço orçamental”.

De seguida, o deputado António Dinis interveio. (Anexo22)



O presidente da câmara respondeu:

“Vou tentar responder às questões que me foram colocadas. Em primeiro lugar: o reforço que aqui está na área desportiva, reforço digo, prende-se com questões legais, na medida em que o Estádio João Cardoso, estando há três anos a receber uma equipa profissional está obrigado ao terceiro ano, porventura, e estamos a admitir essa hipótese, ter um sistema de videovigilância e torniquetes no seu próprio estádio e, portanto, isso tem a ver com essa situação. À outra parte: o presidente da câmara presta a informação ao senhor presidente da assembleia municipal, o que diz a lei é isto, tão só, não diz que é aos membros da assembleia. O presidente da câmara tem informação na área que inclui na respetiva comunicação no quadro em que está, portanto, se os membros da assembleia entenderem ter outra forma de acesso à informação.

Segunda questão que tem a ver com as competências dos órgãos: é competência da assembleia municipal aprovar revisões orçamentais. É competência do órgão executivo aprovar alterações orçamentais. Quer isto dizer que a competência das alterações orçamentais é da câmara municipal e, portanto, não é o relatório que vai evidenciar as alterações orçamentais, por isso é que as atas são públicas e, por isso, é que uma pessoa atenta, consultando as atas identifica, claramente, onde é que ocorreram reforços. Nós já fizemos reforços orçamentais por força das alterações que, entretanto, produzimos. Onde é que fizemos reforço orçamental? Nós tomamos uma opção estratégica em sede da avaliação de quais eram as potenciais obras que poderíamos, ou não, candidatar ao overbooking. Podíamos ter ficado de mãos cruzadas, como é óbvio. Porque é que fomos a este setor de investimentos na fase de overbooking, decisão, aliás, partilhada dentro da câmara com todos os senhores vereadores? Porque no novo quadro comunitário não vai haver financiamento para este tipo e para esta natureza de investimentos e, portanto, neste quadro nós fizemos, em termos de processo de concurso, dois concursos que também estão publicitados, sendo eles concursos públicos, tendo o presidente da câmara competências próprias, num caso, e delegadas noutra, para dar andamento ao processo, desde logo a passagem do campo de relva sintética que existe, no Estádio João Cardoso para relva natural, mas que não é mais um. Ele já. E porquê? Porque no atual quadro em que as circunstâncias estão, não permitirá ao Clube Desportivo de Tondela ter um plano de treinos no seu próprio estádio. Essa



circunstância, que é ter dois campos de relva natural, obriga, naturalmente, a que tenhamos um outro campo de relva sintética, já que os vários escalões que estão em competição nacional, de juvenis e de juniores de Tondela, e a equipa de rugby, carecem de ter um campo de relva sintética. Legalmente são obrigados a jogar em campo de relva sintética.

À pergunta “se isto é um plano sustentável” dir-se-á: a opção de escolher o campo do Sporting Clube de Nandufe não foi ingénua. Em primeiro lugar é um sinal de coesão interna na união de freguesias. Em segundo lugar é a garantia de que o Sporting Clube de Nandufe sempre, de todos os clubes a seguir ao Molelos, garantiu uma continuidade de regularidade em termos de competições desportivas e, portanto, a questão está clara nesta perspetiva. Mas não me preocupo com a fragilidade das infraestruturas de Viseu, eu não tenho dúvidas que o Município de Tondela tem ambições de afirmação bem diferentes de outros concelhos e, portanto, os indicadores de Viseu podem ser preocupantes para quem vive em Viseu. A mim interessa-me os indicadores para quem vive em Tondela, nessa perspetiva.

Sobre a visão sustentada para as termas: o presidente da câmara não assume nenhum compromisso fora daqueles que foram os compromissos que assumiu com o município quando se candidatou. O presidente da câmara assumiu um compromisso, quando se candidatou que, a estratégia termal estaria integrada no plano de afirmação e de valorização do território. Que para essa estratégia termal é necessário uma transformação profunda daquele balneário, seja na construção de uma nova unidade ou, no limite, num outro cenário que poderia pôr em causa este processo.

O município teve uma candidatura, sim, que rondava um milhão de euros, candidatura, esta que incluía várias questões: animação, promoção e uma adaptação funcional daquele espaço. À época, a decisão tomada pela câmara de então foi a de que uma transformação dessa natureza, não corresponderia aos desígnios futuros e àquilo que se tinha visto como soluções de modernidade noutros setores. Depois implicaria um cenário em que qualquer fecho, momentâneo que fosse, das termas poria em causa o seu próprio funcionamento e, portanto, é por essas razões que o presidente da câmara de Tondela, a sua equipa e o seu projeto político assumiram fazer uma candidatura nos termos em que o quadro competitivo o permitisse, é por isso que, em termos da



estratégia da CIM Viseu Dão Lafões, no plano de ação está refletido a área do termalismo, como uma das áreas determinantes, a par de outras, como, por exemplo, a floresta e é por isso que temos forte expectativa que o novo quadro comunitário nos permita dar sequência a uma construção que seja, ela própria, um instrumento de valorização da aldeia termal, não só na perspetiva do balneário, mas com novas captações e com um estudo de geotermia que permita a rentabilização do potencial termal em benefício da comunidade. Foi este o compromisso que o presidente da câmara assumiu quando se candidatou.”

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado à votação que foi aprovado por maioria com uma abstenção do deputado António Dinis.

2.4. Análise, discussão e aprovação do inventário de bens e direitos patrimoniais

Não havendo intervenções, foi o documento foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade.

2.5 Análise, discussão e aprovação dos Acordos de Execução, no âmbito do artigo 25º alínea j) da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a celebrar entre o Município de Tondela e as Freguesias do Concelho

O presidente da câmara explicitou:

“Eu também serei, penso eu, rápido mas sem querer cortar no que seja necessário e fundamental. Como sabem, nós, em particular, com os senhores presidentes de junta ou de uniões de freguesia fizemos, desde outubro para cá, reuniões sobre estas temáticas em que, em particular, detalhámos e precisámos com rigor os diferentes modelos de apoio e contratualização que podem existir entre o município e as freguesias, nomeadamente, os acordos de execução e os contratos de delegação de competências, acordos interadministrativo, que seriam os primeiros acordos de execução, com as freguesias ou uniões de freguesia para as competências legais dessas freguesias. E quais são essas competências legais? É a reparação de um passeio, é a limpeza de uma berma, de uma valeta, de um aqueduto, é a limpeza de um espaço verde, é, eventualmente, a gestão de feiras e mercados se estiverem na sua esfera,



portanto, são as competências legais que a lei, em particular, lhe veio trazer, a lei 75 de 2013 de 12 de setembro. A este propósito, nós fizemos várias reuniões. A primeira foi de formação/informação, o que é que eram os modelos de apoio, que aí, já são para as competências próprias das freguesias ou de outras instituições, e os acordos de delegação de competências que são para as competências do município que delega nas freguesias. Os acordos de execução e os acordos de delegação de competências, por força da lei, carecem, caso a caso, de aprovação em sede de assembleia municipal e, portanto, foi neste quadro que nós começámos a trabalhar. A este propósito fizemos várias reuniões com as juntas, as quais aqui foram apresentadas aquando do relatório de atividades, e neste quadro nós fechámos, através das minutas que vos chegaram às mãos, alguns tipos de acordos com as freguesias. Estes acordos respeitam a vários indicadores, um deles demográfico e, normalmente, se são aquelas competências que referi, limpeza de um aqueduto, de uma valeta, de uma berma, um passeio, uma calçada, um jardim, naturalmente, que quanto maior for a população, aparentemente, maior são os problemas e, portanto, nós introduzimos um montante de, grosso modo, cento e quatro mil euros que está indexado a custos e em que a variável é a população. Dentro desta variável metemos um subcritério que é a densidade populacional, isto é, sabendo que a média da densidade populacional são setenta e seis habitantes por quilómetro quadrado, para a mesma área menor população, implicará, naturalmente, uma menor receita. Tínhamos que colocar aqui um fator de ponderação de valorização. Portanto, todas as freguesias ou uniões de freguesias cuja densidade populacional é inferior a 76,4 habitantes, por quilómetro quadrado, tiveram um fator de correção por majoração, isto no que diz respeito à densidade. Depois, se uma das competências legais, tem a ver com a manutenção de edifícios do parque escolar, do pré-escolar e do primeiro ciclo, utilizámos também uma verba de quarenta e cinco mil euros que está associada às freguesias que têm estabelecimentos de educação pré-escolar ou primeiro ciclo e cujos edifícios estejam na gestão das juntas. O que é que aqui não foi colocado? Os centros escolares de Tondela, de Campo de Besteiros e o primeiro ciclo de Lajeosa do Dão que está a funcionar dentro do espaço da escola EB 2,3. Os restantes tiveram uma redistribuição proporcional às crianças dos jardins-de-infância ou do primeiro ciclo,



onde existem. É obvio que há freguesias onde não funcionam estabelecimentos de ensino e, portanto, aí, não se aplicou esta regra.

Por fim, espaços verdes e mobilidade. Aqui, é uma verba que é, sensivelmente, metade do valor que está em causa, são duzentos e cinquenta mil euros, dos quais cento e oitenta mil, nós aplicámos por proporção de quilómetros de estrada asfaltada dentro de cada freguesia ou uniões de freguesia, e setenta mil para o caso de caminhos e acessos. Não é para caminhos florestais, isso é uma competência própria das freguesias na sua esfera, são caminhos de acessos que por vezes não estão asfaltados, de casas distantes, ou inseridos em espaços agrícolas, ou em espaços florestais, o que implica dar uma manutenção àqueles caminhos de forma diferente.

Por fim, espaços verdes específicos que tenham contratos de manutenção ou que tenham situação mais emblemática a este nível, está aqui outra verba enquadrada.. Portanto, o que é que eu diria? De uma forma geral, nós temos um valor superior ao que o ano passado foi feito, em termos de protocolos, para estas funções. Há aqui casos de duas freguesias que são, ligeiramente, mais penalizadas: Parada de Gonta e Ferreirós do Dão. Curiosamente por serem as mais pequenas em termos de área e em termos populacionais, e no caso de Ferreirós por não ter escolas, e no caso de Parada por ter um infantário com duas crianças e uma escola com catorze ou com quinze. Tem a ver com esta circunstância e tudo isto foi ponderado. Tive esta reunião com os senhores presidentes de junta no sentido de aferirmos este modelo. Há situações que antes saiam por conta deste protocolo anual e que não têm agora, aqui, enquadramento, terão que ir à figura de protocolo de apoio, no caso da atividade festiva numa freguesia, é uma situação como seja o caso do “Vila em Festa” na Lajeosa ou outra situação qualquer. Enquadra-se na figura de apoio, é uma competência própria da freguesia e terá que ir à figura de apoio. O caso do Guardão, para não haver dúvidas sobre isto. No protocolo anual era inserida uma verba que era um apoio do município à aquisição que a junta fez do edifício dos correios onde está, hoje, o edifício da junta. Obviamente que o município irá honrar esses compromissos, só que agora, não através de acordos de execução, mas sobre a figura de apoio.

No quadro destas freguesias, além dos montantes financeiros, há algumas diferenciações. Há, desde logo na união de freguesias São João do Monte e Mosteirinho



onde o município assume a disponibilização de dois recursos humanos, e a colocação de equipamentos, nomeadamente trator, pata carregadora, cisterna e atrelado. Porquê? Por entendermos que uma freguesia que hoje tem, sensivelmente, mais de vinte por cento, ou quase vinte por cento do território do concelho, são mais de sessenta quilómetros quadrados, deve ter recursos próprios, meios próprios e capacidade operacional para resolver localmente os problemas, ou alguns destes problemas e, portanto, pela área que é, pelo território que é e nas condições geográficas em que está.

No caso das freguesias de Campo de Besteiros e Lajeosa do Dão, além dos valores que estão referenciados, também transferiremos para as respetivas freguesias o montante da receita que o município tem com os espaços, nos casos concretos dos bares que, aí, estão concessionados a terceiros. Essa receita entra no município e será transferida para as respetivas juntas com a obrigação de as respetivas juntas manterem os parques dessas duas vilas. Isso também está, aí, bem explicitado nesse caso.

União de Freguesias Tondela Nandufe também tem aqui um reforço significativo, na medida em que neste acordo de execução, o município ajustou com esta união de freguesias que, toda a limpeza urbana que esteja fora do perímetro que vai, sensivelmente, da zona do hotel/cemitério até à urbanização vila rosa, e desde a circular nascente, portanto, Avenida ao Tom Dela até à Avenida Portugal, este miolo manter-se-á na esfera de gestão de município, por ser a área mais crítica, mais emblemática, e do ponto de vista da urbe mais densa, mas tudo o que são urbanizações, povoações, tudo isto ficará na esfera da freguesia e, portanto, também terá um equipamento com um trator pá carregadora e disponibilização de três recursos humanos que ficaram na gestão desta união de freguesia, sendo verdade que qualquer caso os recursos humanos manterão a sua dependência e vínculo contratual com o município, mas organicamente passaram a estar na gestão das respetivas uniões de freguesia. Também neste quadro dois funcionários manter-se-ão na freguesia de Campo de Besteiros e, penso que outros dois, na do Guardão. Cada caso é um caso, nós mandámos os dezanove acordos de execução, e que retratam, de uma forma geral, aquilo que estou aqui a dizer. Neste caso, em termos de vias, aquelas que eu há pouco referi são as que se manterão na esfera de gestão do município. Penso ter sido o mais sintético possível em relação ao que disse.

De seguida interveio a deputada Cristiana Ferreira. (23)



Continuou o deputado Joaquim Santos:

“Senhor presidente, senhores deputados.

Eu não quero pôr em causa o conteúdo da clausula primeira número 1 que criou, efetivamente, igualdade e não discriminação, estabilidade na persecução deste acordo de execução mas, entretanto, estamos aqui, para melhorar. É nesse espirito que estou aqui. Posso-lhe dizer que, na assembleia de freguesia de Mosteiro de Fráguas, portanto, este acordo de execução já foi aprovado, e se alguém levantou objeções foram elementos do seu partido, precisamente, porque também é um facto pelo seguinte: porque lhes foi explicado porque é que isto constava, o que é que estava aqui em causa, e há realmente, aqui, alguns critérios, com os quais não estamos de acordo. Por isso mesmo, estamos aqui para melhorar o futuro, tanto é que tendo em conta a clausula quinta o número dois, portanto, prevê, precisamente, isso que anualmente podem ser revistos. Deixe-me só fazer aqui alguns reparos. A questão dos espaços verdes e mobilidade: são critérios como outros quaisquer, mas queria-me pronunciar, exatamente, sobre isto. Estamos aqui a distribuir uma verba de duzentos e cinquenta mil euros para redes viárias asfaltadas e caminhos rurais, entre os quais, para caminhos asfaltados, cento e oitenta mil euros, e setenta mil para caminhos rurais. Senhor presidente, a freguesia, da qual eu faço parte, é a freguesia que tem mais caminhos rurais em termos de dimensão. Tem oitenta quilómetros, portanto, e só há duas que têm mais que são Mosteirinho com 123 e 174 que tem o Barreiro e Tourigo. O que eu quero dizer, aqui, é que foi muito pouco ponderada a questão dos caminhos de acesso rurais e de acesso à habitação, porque, na minha opinião, são aqueles que requerem mais manutenção e, sobretudo, num ano invernosos que acabámos de ter, portanto, o senhor como compreende, a maior parte das verbas são despendidas, portanto, nesses caminhos de acesso a habitações, e não os caminhos asfaltados. Entretanto, veja que para os caminhos asfaltados esta freguesia de, Vilar e Mosteiro contempla uma verba de onze mil e tal euros, portanto, não chega a dois mil euros, para os caminhos rurais e de acesso às habitações, logo, a minha freguesia, penso que ficou um pouco prejudicada, e já vamos ver na parte final.

Quanto aos parques verdes, foram contemplados, nesta freguesia, o Parque do Senhor dos Aflitos, o Parque das Almas e o Parque de Vilar com uma verba de quatro mil e oitocentos euros. Se eu comparar, por exemplo, com a manutenção, por exemplo,



do Parque de Sabugosa, porque toda a gente conhece e é um parque que não tem praticamente manutenção devido, portanto, à estrutura com que foi construído e recebe três mil euros. O Parque de Santo Amaro, que é relativamente pequeno, é do tamanho, por exemplo, do parque que temos na freguesia que é o Parque das Almas, e o Parque do Espinheiro que não estou a ver onde seja, mas recebem também, quatro mil e quatrocentos euros, isto é, é uma verba, praticamente, igual à que recebe por três parques e sendo, o Parque dos Senhor dos Aflitos, um dos Parques de maior dimensão do nosso concelho, penso que esta freguesia ficou prejudicada. Além disso, ficou de fora, que poderiam ser dois mas que eu chamo apenas um, que é o Parque Ribeirinho. Como sabe temos, neste momento, mais dois parques junto à ponte do ribeiro que também requerem manutenção, sobretudo aquele que ainda está em fase de construção. No conjunto das verbas, e comparado com o ano passado, se há uma ponderação, aqui, não sei se fiz bem as contas, mas à volta de noventa e cinco ou noventa e seis por cento em relação às verbas do ano passado que este ano são contempladas, portanto, há um ligeiro decréscimo das verbas que são atribuídas, portanto, em substituição dos protocolos, posso-lhe dizer que, e já ponderando a situação de que no ano passado foi englobado na freguesia de Mosteiro de Fráguas uma verba que não tinha nada a ver com isto, mesmo assim a nossa freguesia tem, digamos, um índice de execução de oitenta e poucos por cento, portanto, fica longe daquilo que é a verba que seria desejável, e que vai ser gasta pelo município e pelas freguesias. Já lhe disse que nós iremos votar a favor, tanto é que estamos entre a espada e a parede se não votarmos a favor, portanto, não levamos nada. Espero que esta freguesia seja compensada de outra forma nos acordos ou protocolos que venham a seguir.

Muito obrigado”.

O presidente da câmara interveio no sentido de responder às solicitações dos membros da assembleia, nas suas intervenções:

“À deputada Cristiana agradeço a referência ao modelo de visão estratégica que aqui apresentámos e, acima de tudo, também, o modelo de equidade que procurámos ter.

Queria, aqui, precisar, que a verba não é para caminhos rurais e de acesso. Este “e”, pode-o cortar. É para caminhos rurais de acesso, portanto, a proporção que está



referenciada a dizer que tem 80 quilómetros de caminhos florestais, a manutenção de caminhos florestais, de caminhos agrícolas, está na esfera das competências próprias. Não se aplicam, aqui, os acordos de execução. São caminhos rurais e de acesso, portanto, todos os caminhos que não são de caminhos a habitações, não estão, aqui, enquadrados e é nesse quadro que a questão está refletida. Os critérios tinham que ser, necessariamente, sobre estas temáticas, isto é, sobre densidade, sobre mobilidade, sobre espaços verdes e sobre educação, porque são estas as ditas competências legais que estão em causa. Um parque está em fase de construção, naturalmente, que há de vir a ser objeto de apoio. Agora, nem todos os parques são parques desta natureza, depende da natureza e do cuidado de manutenção, por exemplo: o espaço verde que, hoje, temos no Parque da Senhora dos Aflitos em termos de área relvada, tenho dúvidas que seja maior do que alguns outros em termos de espaço verde de relva, que é o que exige maior manutenção. Os valores que estão aqui foram, um pouco, ponderados em função do histórico que tínhamos. Também não é verdade que há acréscimo nestas funções. Nós não podemos comparar aquilo que não é comparável. Se nos modelos do protocolo anterior estavam verbas para a manutenção de outras atividades, para a aquisição de edifício no caso do Guardão, no caso de Santiago, no caso do Mosteiro, nós temos que expurgar essas verbas e depois fazer a comparação. O bolo global, repito, é superior, aos ditos protocolos que para estas funções, que estavam no passado. Também, como é verdade, está previsto que, este acordo é pelo período de vigência do mandato, quatro anos, sem prejuízo de, anualmente, ser reavaliado em função de alterações que possam ocorrer e, anualmente, em janeiro. E porquê em janeiro? Por uma razão óbvia: Nós, ainda hoje, aprovámos a conta de gerência, mas daqui a dias vamos já estar a aprovar o próximo orçamento, portanto, como é sabido, no município e nas vossas freguesias, o orçamento de 2015 será aprovado em finais do terceiro trimestre, em setembro ou outubro. É isto que está previsto na nova lei de finanças locais e é isto que está previsto na 75 e, portanto, neste quadro, naturalmente, nós estamos a três meses, quase, já de estar nas novas discussões sobre as novas GOP e tudo o que lhe está associado e, portanto, estamos em condições de em janeiro, de cada ano, irmos reavaliando as situações que estejam em causa com critérios que tenham que ser explícitos. Fui ao



pormenor de colocar as coisas desta forma, para que não haja dúvidas sobre a transparência e a clareza do que aqui está.

Obrigado senhor presidente.”

O deputado António Ferreira interveio. (anexo 24)

O deputado Jorge Henriques pediu a palavra ao presidente da mesa para intervir solicitando que os acordos de execução fossem votados no seu conjunto, ao que as bancadas do CDS-PP e PS anuíram.

Os deputados José Manuel Mendes e João Paulo Tavares ausentaram-se da sessão, justificando as suas saídas por motivos de agendamento de reuniões de junta de freguesia.

Não havendo mais intervenções, os acordos de execução foram colocados à votação tendo sido aprovados por unanimidade.

2.6. Análise, discussão e aprovação do Regulamento enquadrador dos Protocolos de Apoio

Não havendo intervenções, foi colocado este documento à votação e foi aprovado por unanimidade.

2.7. Análise, discussão e aprovação da alteração da alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Tondela

Não havendo intervenções foi colocado o documento à votação e foi aprovado por unanimidade.

O deputado Gonçalo Pereira ausentou-se da sessão, tendo justificado a sua saída.

2.8. Análise, discussão e aprovação do Regulamento Municipal de ocupação de espaço público e publicidade do Município de Tondela

Neste ponto o deputado António Dinis interveio:

“Tem a ver apenas com uma eventual proposta, porque eu acho que o município pode potenciar a realização de receitas com publicidade. É um facto termos optado por outra via, mas acho que deve ser explorada a possibilidade de, em exemplo do que é



feito em espaços urbanos, se potenciar a utilização do ponto de vista de publicidade por parte de diferentes operadores e, portanto, nós vemos isso em muitos outros territórios. É uma recomendação que eu faço, aqui, porque essa possibilidade poderá ser uma fonte de receita, que pode e deve ser explorada, embora os tempos não sejam fáceis, mas a verdade é que se temos essa possibilidade, porque não explorar?

A última nota é sobre o 25 de abril, e ajudar aqui a esclarecer o Joaquim. A Pascoela foi no domingo e, portanto, à boa maneira portuguesa guardamos sempre para a última da hora a limpeza das ruas, por isso, foi a razão, o senhor presidente não diz mas provavelmente terá sido isso. A Pascoela foi este domingo e, portanto, provavelmente, à boa maneira portuguesa, deixaram os trabalhos para a última da hora e, portanto, não houve intenção, certamente, de beliscar aquilo que é o sentido do 25 de abril e, portanto, penso que, coincidência de calendário pascal, com o calendário dos 40 anos do 25 de abril, imagino que tenha sido essa a razão, porque estive em Nandufe com a Pascoela, portanto, creio que foi esse esclarecimento que, também, queria deixar aqui ao senhor Joaquim”.

Não havendo mais intervenções foi colocado o regulamento municipal de ocupação de espaço público e publicidade do Município de Tondela à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

2.9. Outros assuntos de interesse para o Concelho

Iniciou-se o ponto com a intervenção do deputado António Dinis:

“Em relação a este ponto queria voltar a trazer a situação da A24 porque, acho que, temos andado, aqui, todos a fazer de contas que dizemos umas coisas e não é bem assim, vai-se estudar e, portanto, eu tenho uma intervenção preparada relativamente à questão da ligação por autoestrada A24-Viseu-Coimbra, que diz o seguinte: em relação à autoestrada A24-Viseu-Coimbra temos de clarificar um conjunto de situações. Na última assembleia, o senhor presidente, fez, aqui, uma referência. Estamos numa zona de influência da ACERT, provavelmente será um bocadinho de teatro, fez aqui a apologia da demagogia como se, aquilo que nós estamos aqui a propor, fosse algo, absolutamente, demagógico, absolutamente, louco e, portanto, vou ser sintético porque tenho aqui duas páginas, vou ser sintético, vou ler, apenas, aquilo que o vice-presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, apresentou no concelho executivo



da CIM para percebermos do que é que estamos a falar. Dizia assim: “De igual modo se saúda o exercício do grupo de trabalhos e, sobretudo, algumas opções como a de fechar ligações inacabadas como é o caso de Viseu-Coimbra por rodovia. Este é um investimento essencial à conectividade da região, à competitividade económica e à coesão nacional. A sua prioridade é absoluta e peca, apenas, por muito tardia”, portanto, isto foi dito pelo vice-presidente da Câmara Municipal de Viseu. Portanto, estamos a falar, a pôr como prioridade absoluta, e tem sido isso que o Dr. Almeida Henriques tem defendido como a prioridade absoluta, a ligação por autoestrada dentro do espírito que todos nós andámos a defender. Vamos ser claros, em relação à autoestrada e, portanto, eu acho que das respostas do senhor presidente da câmara em relação a esta intervenção, não disse porque é que as mesmas pessoas não defendem o aeroporto? A ilusão e a loucura da para tudo o que se queira fazer. Disse simplesmente que se devia ponderar e, portanto, esta dualidade de vestirmos uma pele aqui e vestir outra pele nos outros sítios. Mesmo em relação àquilo que eu aqui afirmei na última assembleia tive, depois, o cuidado de ir ver as atas da CIM e, portanto, já estão disponíveis e, aquilo que eu defendi e disse aqui, acrescento mais: o PS apresentou na assembleia intermunicipal uma proposta que foi votada por unanimidade. E mais: não era só a A24, era a ferrovia, era o IC12 que foi acrescentado, era mais não sei o quê. Aí é que era pura demagogia, mas do PSD todos votaram por unanimidade. Aí é que podíamos ir para o lugar da demagogia, da loucura, portanto, era este o teatro que devia ter sido feito lá. Tenho pena que as pessoas... Estou a ser muito franco, fiquei triste, porque na última assembleia deu a ideia de que eu ando aqui a inventar. Não, as coisas estão lá. Preto no branco. Foi isso que eu não me lembro, ao certo, dos detalhes, foi a questão que o CDS, efetivamente, teve de refazer foi a questão do aeródromo que não tinha nada a ver. Foi à parte a questão do aeródromo, e isso é que foi. Está na ata que foi o presidente da assembleia, deputado Acácio Pinto, que destacou esse elemento, o resto foi votado e, portanto, quando aqui dão a ideia de que “ah não, nós votámos uma coisa na CIM...”. Ainda bem que engenheiro Cunha na altura não se pronunciou, mas a deputada Cristiana veio com essa referência e, portanto, a minha memória não era má, a minha memória falhou por escassa porque tinham votado, também, a favor e não, apenas, a autoestrada, inclui o IC12. Eu depois fui ler a ata e está lá tudo. (interpelação do



público) Eu tenho ali a ata. Terei muito gosto em mostrar a ata que tenho ali. Já a imprimir, foi da assembleia intermunicipal na quarta-feira e já a imprimir, tive esse cuidado e, portanto, é importante, às vezes situarmo-nos, porque dá a ideia que andamos aqui a inventar umas coisas, não é verdade. O CDS já resolveu, é coerente. Aprovou lá e aprovou aqui. Para nós está resolvido. Vamos continuar a lutar por esta via. Ou é estruturante ou não é estruturante e dizer: “ah já deviam ter feito em 2005 ou em 2008”.

Só mais duas notas. A primeira é que depreendi, não sei se percebi bem ou se percebi mal, que o senhor presidente da câmara entregou ao senhor presidente da assembleia informação escrita de acordo com a lei nº 25/2 alínea C. Eu pergunto: Foi entregue? Ah pronto. Então está bem. Segunda questão tem a ver com os documentos e a informação que está disponível no “site” e nas atas que são aprovadas em reunião de câmara. Foi aprovada uma modificação orçamental, eu sei que está nas competências da câmara, mas não disse para onde é foi. Na ata não vejo lá nada, no valor de tanto. Não diz qual foi a rubrica. Isto é o que lá está, eu consultei-a há pouco, antes de vir para aqui. Finalmente uma última nota que eu acho importante, também, percebermos o que é que estamos a falar às vezes. Acho que o senhor presidente da câmara enganou-se ao dizer que não estava preocupado com a questão de Viseu, de como é que se vivia. Um dos indicadores que indicou, pelo que percebi, é os campos de futebol. Foi isso que eu depreendi. Fiz a comparação com Viseu, conheço a realidade de Viseu, e seu que é o que têm disponível, para duas ou três vezes mais equipas a competirem e, portanto, esta é a realidade de Viseu e, por isso, às vezes quando falamos em coisas megalómanas, ricos, isto é à euro 2004, portanto, estamos, aqui, a falar na mesma realidade. Alguém há de pagar. Eu acho que temos, todos, de ter esta responsabilidade de discutirmos isso aqui. Sabe uma coisa que me agradou, também, em relação a Viseu e, infelizmente, não foi aprovado nesta assembleia? É que eu, pela primeira vez, tive um reembolso do meu município de um montante, ainda interessante, de IRS que o município me devolveu. São essas as diferenças que às vezes são importantes destacar, de ter optado por um sítio ou ter optado por outro, senhor presidente”.

Continuou o deputado Joaquim Santos:

“Eu prometo que não vou falar de autoestrada nem de aeródromos. Vou falar de coisas muito mais simples e muito menores, mas que são importantes.



Na assembleia de fevereiro, o senhor deputado que não está cá hoje, senhor Arménio Leite Marques quase que ameaçou o senhor presidente a propósito daquele rail que estava desprotegido naquela ponte por cima do Ip3, que vai para Nandufe, Isto foi a uma sexta-feira, eu passei lá na segunda-feira, estava aquilo sinalizado, e a meio da semana estava reparado. Eu, há três ou quatro anos, pedi aqui uma coisa muito simples ao senhor, então, presidente da câmara e, espero que agora, o Dr. José António, conceda esse desejo, digamos assim, não é só para mim. Foi a colocação do espelho, naquela rua que eu passo lá todos os dias mas não sei o nome que é da Igreja do Carmo, em frente a Electrosepol. Antigamente, há muitos anos, havia lá um espelho. Eu, hoje, para sair de lá, o Jorge Henriques, qualquer pessoa para sair de lá, tem que meter metade do carro dentro da via sujeito a levar com um carro por cima, portanto, para entrar na via. Eu gostaria que a câmara municipal tivesse atenção a isso e pusesse lá o espelho.

Outros dois pontos. Um já levantei aqui na última assembleia que, o senhor presidente tinha dito que já estava a ser tratado, que foi o que se passa na estrada nacional 627 na Zona Industrial de Vilar de Besteiros, acerca da colocação dos postes da PT, que foram postos de novo e foram colocados dois ou três postes, portanto, de madeira junto à faixa de rodagem. Eu até tirei fotografias, mandei para o serviço da câmara, e disseram-me, na altura, que já tinham enviado para a PT. O que é certo é que aquilo continua na mesma. Se lá houver um acidente, eu também digo como o senhor Arménio: vem alguém ou o acidentado, correr atrás do senhor presidente da câmara com uma pistola para o matar, porque foi o senhor o culpado.

Outro, é a situação, que já falámos, também, por diversas vezes, que é dos reguladores de transito na Aldeia de Vilar e na estrada 627, perto da zona industrial onde os camiões passam a uma velocidade estrondosa, colocando em risco não só a própria vida deles que, neste caso, é o menos, mas, sim, das próprias populações, sobretudo, na Aldeia de Vilar. Já mandámos um officio para a junta de freguesia, o segundo que mandámos, o primeiro foi em novembro, em que a junta de freguesia, há cerca de três semanas, foi praticamente invadida pela população da aldeia a dizer que tomavam atitudes muito drásticas que, se até final deste mês, não fosse tomada uma decisão, portanto, de regular o transito naquela zona com a colocação de lombas decentes, como eu lhe costume chamar. Não vou, para lá, pedir uma rotunda como há



bocado, aqui, o senhor presidente da câmara, ou alguém, disse que ia pôr uma rotunda, não sei onde, para regular o trânsito. Senhor presidente, agradecia que tivesse isso em consideração séria, portanto, porque, realmente, as pessoas estão a ficar muito incomodadas com aquilo que se lá passa.

Muito obrigado”.

Seguidamente, o deputado Jorge Henriques fez a sua intervenção:

“Senhor presidente da mesa, senhores presidente da câmara, senhores membros da assembleia municipal.

Muito brevemente, para responder ao meu caro amigo, engenheiro Dinis. Dizer-lhe que, no que concerne à moção que aqui trouxe, eu não estive na CIM, não sei se a moção que trouxe aqui era igual, ou não, à CIM, não vou por aí, sequer. Aquilo que diz a Dr.^a Cristiana é que não seria, mas em relação à proposta que aqui trouxe, e o facto de o Dr. Almeida Henriques, Presidente da Câmara de Viseu ser a favor desse eixo rodoviário, eu também sou a favor de uma ligação melhor entre Tondela e Coimbra e que potencialize uma melhor ligação, obviamente, da autoestrada que vai para Lisboa, agora, aquilo que o senhor, aqui, com a sua moção, veio trazer, foi, se bem me lembro, uma exigência ao governo português que fosse construída uma autoestrada com financiamentos comunitários e foi contra isso, obviamente, que nós nos pronunciamos porque, desde logo, a sua premissa estava errada. Como sabe, não estão previstos financiamentos comunitários para esse tipo de obras”.

O presidente da câmara interveio:

“Duas notas relativamente rápidas: Primeiro dizer ao, Joaquim Santos que o presidente da câmara não reage em função das pressões ou dos receios, reage em função da razão, e quando, naturalmente, há razões que possam assistir a situações que possam ser melhoradas, como foram aquelas relatadas na última assembleia municipal, naturalmente que estarei atento a essas e a outras onde nem sempre passo e às quais procurarei ter essa atenção. Naturalmente que algumas das questões que aqui foram colocadas são do meu conhecimento e são para avaliar, sendo verdade que em relação à questão do controlo de velocidade na povoação da Aldeia de Vilar junto ao solar, por mais controlo que ali exista, enquanto não houver disciplina das pessoas, as coisas serão muito difíceis de executar. Sei que, em particular, a engenheira Carla Pires tem estado e



contacto com a junta de freguesia, e penso que tem já conversado sobre esta situação e sobre as questões que lhe estão associadas.

A questão da autoestrada, para não haver equívocos nem, de novo, demagogia. O que é que foi dito na última assembleia municipal? O grupo parlamentar do CDS, assim o entendi, defendeu uma questão que era o seguinte: independentemente da forma como o seja, nós queremos uma autoestrada nova a executar. De grosso modo, foi isto. Fundos comunitários, autoestrada, mantendo o, atual, IP3. O que o presidente da câmara na altura disse foi: não haverá fundos comunitários para a autoestrada. Foi isto que disse. Eu também pergunto: Porque é que hoje não chove? Porque não cai água. Porquê? Porque no acordo de parceria entre o Estado Português e a Comunidade Europeia está assumido que não haverá fundos comunitários para esse tipo de infraestruturas. Porquê? Porque quem nos empresta dinheiro faz uma avaliação daquilo em que o investimos. Não emprestam dinheiro em função daquilo que nós desejaríamos e à época, em fevereiro, ainda estava em discussão, no acordo de parceria, se para o last mile, o último quilómetro, o fecho de uma malha haveria, ou não, dinheiro. Sendo verdade que, nessa altura, já estaria assumido que a haver, era para, em média, extensões de dez quilómetros. Isto é, casos como é o fecho a uma zona industrial, o fecho a uma cintura zona urbana, o acesso a uma autoestrada. Era isto que estava em causa, como também, é verdade, e basta ler o que dizem os senhores comissários europeus, que neste momento o acordo de parceria do Estado Português com a União Europeia, até isso está em perigo. É provável nem haver dinheiro sequer para esse fecho, daquilo que era previsto em fevereiro. O sentido de responsabilidade deve-nos alicerçar a dizer aquilo que é possível e a ver aquilo que está longe da realidade. Eu se pudesse também desejaria que a autoestrada fosse construída com fundos comunitários, desde que eles fossem bem utilizados e bem rentabilizados. Mas não há fundos comunitários para essas condições. É demagogia quando já se sabia em que fase estava o acordo de execução, é demagogia dizer ou exigir que se construa uma autoestrada com fundos comunitários. Eu repito: ou quero ignorar o acordo de parceria e então também digo mais: se for para fazer uma campanha de populismo eu direi: construa-se a autoestrada com fundos comunitários sem ser portajada. O que temos que pôr são as coisas claras nesta matéria, portanto, a questão prática: Não há fundos comunitários para



construir autoestrada, e eu acrescentei mais. O que está previsto, à época, no estudo do IEVA era que se fizesse uma concessão para construção de uma autoestrada. Ora, o que é que qualquer investidor privado deseja? Fazer uma concessão em cima do atual IP3. Se eu sei que tem dezassete mil carros à volta de Coimbra, quinze mil à volta de Viseu, doze e meio à volta da Aguieira, isto é, na zona de Tondela, quer isto dizer que um privado, se lhe derem a possibilidade de ter essa receita toda no IP3, ele faz a autoestrada. Foi isto que eu assumi que não desejo. Eu não quero uma autoestrada em cima do atual IP3 sem alternativas, porque isso não contribuiria para a competitividade nem para o reforço da nossa mobilidade. Esta é que é a verdade. O que eu disse na assembleia municipal de fevereiro foi isto: sabendo que não haverá fundos comunitários para construir a autoestrada, sabendo que o Estado Português se prepara para lançar uma concessão e que essa concessão, se nada for feito, vai fazer com que ela seja feita em cima do atual IP3, eu desde já me quero opor a essa decisão. Foi isto que disse e, acrescentei: a existirem troços novos eles que sejam portajados, a existirem troços do atual IP3 que sejam beneficiados ou requalificados ou melhorados, esses troços não podem nem devem ser portajados. Foi isto que acrescentei. Na altura estava em discussão muita coisa. Havia quem pensasse que era tudo possível. Que era possível ter a requalificação além da rodovia, no caso da ferrovia de Aveiro, Viseu, Vilar Formoso ou Guarda, e ao mesmo tempo Pampilhosa, Mangualde, Guarda. Era tudo possível e, portanto, Câmara Municipal de Tondela também teve o cuidado de chamar à razão e dizer: Atenção que a ferrovia de Aveiro, supostamente, de Viseu-Vilar Formoso custa 2,1 mil milhões de euros. A requalificação da ferrovia da beira alta custa novecentos milhões de euros. Alguém acredita que se gastem três mil milhões de euros em duas infraestruturas desta natureza? O presidente da câmara de Tondela teve, por sentido de prudência, o cuidado de dizer que não se pode estar a embandeirar em arco com isto. Com base nisto a Comunidade Intermunicipal teve várias discussões sobre essa matéria. Eu acho estranho alguém vir a esta assembleia e evocar aquilo que é a posição da Câmara Municipal de Viseu e não ler ou não evocar aquilo que foi o comunicado da Comunidade Intermunicipal Viseu-Dão Lafões. Este comunicado diz aquilo que pensa o presidente da Câmara Municipal de Tondela. Este comunicado, repito, diz aquilo que pensa o presidente da Câmara Municipal de Tondela: 1- Felicita haver uma ferrovia



apoiada na linha da Beira Alta que será um fator de reforço da competitividade, também, do nosso concelho. Nós temos dois pontos de acesso à linha da beira alta. Santa Comba Dão e agora Carregal do Sal. Ambos, sensivelmente, à mesma distância. Ambos reforçam o poder competitivo do nosso concelho. 2- É reafirmado que não deve haver uma autoestrada portajada em cima do IP3 e queremos conhecer os estudos, sim, os estudos, porque não gosto de falar de cor, de quais são as soluções e dos impactos que isto pode ter sobre no atual IP3. Há várias soluções. Como nós sabemos, há uma solução que pode pressupor não portajar Viseu-Tondela-Santa Comba Dão, mas portajar Mangualde-IC12 (construindo o IC12) Santa Comba Dão-Coimbra. Há soluções que podem admitir voltar ao processo que era conhecido de ligação a Condeixa e há outras ao processo da Mealhada. Eu não me atravesso de cruz sem saber quais são as soluções, e o que está assumido no comunicado da Comunidade Intermunicipal Viseu-Dão Lafões é este pensamento, partilhado por todos. Agora, se determinado presidente de câmara, legitimamente, se o seu vice-presidente, quem quer que seja diz: eu quero uma autoestrada daqui a sul para me ligar a Lisboa, passe ela por onde passar, isso para mim já não é bem assim. Eu tenho que defender, em primeiro lugar, os interesses da minha região e para a minha região eu quero mobilidade, mas com competitividade e não com custos adicionais. Acho que é bom deixar esta questão clara, percebermos isto, não criar falsas questões sobre esta situação, portanto, o que está defendido é uma solução que está a ser negociada, que tem que ser trabalhada e que tem que ser fundamentada, porque para encontrar um privado que um dia esteja interessado, o privado escolheria aquilo que era mais óbvio, que era fazer a autoestrada em cima do IP3. Isto não é solução. É bom termos esta questão clara e, portanto, eu só queria precisar isto para não se fazer crer de que estamos a enviar a questão. Não, o que se passou na última assembleia foi isto, o que eu disse foi isto e o que eu reafirmo hoje, é isto nos termos em que vos estou a dizer.

Obrigado senhor presidente”.

3- Período aberto ao Público



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 28-04-2014

Aberta a possibilidade de intervenção do público, nesta sessão foi solicitada a palavra pelo senhor Jorge Manuel Martins Ferreira do Movimento Cívico do Tourigo e Pousadas. (anexo 25).

Nada mais havendo a tratar, esta sessão da assembleia municipal de Tondela foi dada por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar.

O Presidente da Assembleia: _____

Carlos Correia

O 1º Secretário: _____

Luís Paulo

O 2º Secretário: _____

Sandra Gonçalves



anexo 1
Claudia
R

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 28 de abril de 2014

Celebramos os 40 anos do 25 de abril em Portugal. As cerimónias nacionais assinalam este dia como o dia da liberdade em Portugal, mas é também o dia do início de um desenvolvimento social, económico e cultural que se veio a consolidar ao longo destas quatro décadas. O poder local, e o muito que este fez pela melhoria das condições de vida das nossas populações, é um dos resultados mais evidentes e conseguidos da revolução de abril de 1974.

O Portugal de hoje é radicalmente diferente do Portugal de há quarenta anos. Também o concelho de Tondela de hoje é radicalmente diferente do concelho de Tondela de há quarenta anos. Pode, por isso, fazer-se uma análise sucinta dos diferentes períodos de desenvolvimento do nosso concelho que ocorreram ao longo destes quarenta anos.

Nos primeiros anos de democracia, foram vários os presidentes de Câmara que dirigiram os destinos do concelho, ainda que nalguns casos por pouco tempo. Foram, justamente, lembrados nas comemorações oficiais do dia 16 de Setembro de 2012 e fazem parte da nossa memória coletiva.

Mas permitam-me destacar, nesta minha análise, as três últimas décadas e os seus principais protagonistas no concelho.

Começo pela década de oitenta, a década da planificação urbana. Foi uma década que teve como principais timoneiros na condução dos destinos do concelho, o Dr. António Tenreiro e o Eng^o Luís Riquito. **Lideraram excelentes equipas, que na altura com escassos recursos, conduziram Tondela a uma fase de desenvolvimento urbano e de planificação do novo património edificado.** Rasgaram novas ruas e avenidas na antiga vila de Tondela, mas abriram também as primeiras estradas e vias em muitas povoações serranas. Levaram a electricidade e a iluminação pública a muitos locais de todo o nosso território, em particular nas aldeias mais isoladas do concelho. Colocaram os primeiros metros de alcatrão em muitas povoações próximas das novas áreas urbanas, em aldeias e vilas que foram

paulatinamente tendo acesso a uma qualidade de vida que só se vivia nos núcleos urbanos mais populosos.

Foi nesta década que foi concluída a Escola Secundária de Tondela, sendo a partir do ano lectivo de 1987/1988 a escola secundária de referência na formação dos jovens no nosso concelho. Foi também nesta década que se planificaram os principais investimentos futuros no domínio da educação e do desporto no nosso concelho, e que se viriam a concretizar na década seguinte. Nesta planificação foram consideradas as escolas EB 2/3 de Tondela, de Campo de Besteiros, do Caramulo e da Lajeosa. Foram construídas as piscinas municipais de Tondela e de Campo de Besteiros, os pavilhões desportivos municipais de Tondela e de Campo de Besteiros, aproveitando, e bem, os fundos comunitários então existentes. Foi nesta década que a ACERT se corporizou como entidade de referência no panorama cultural de toda a nossa região.

Nesta análise sucinta à década de oitenta, queria também destacar o papel muito importante de dois vereadores nessa época, e que estão presentes nesta assembleia municipal: **o Sr. Arménio Leite Marques e o Dr. Felisberto Figueiredo**. Muito obrigado pelo que fizeram nesta década tão importante para a construção do atual concelho de Tondela.

Sigo agora para a década de noventa, a década da industrialização. O presidente da câmara nesta década foi o Dr. António Tenreiro da Cruz. **Foi sem dúvida a década da industrialização do nosso concelho.** Foi uma década particularmente importante na construção de uma economia próspera, centrando-se cada vez mais na atividade industrial e nos serviços, deixando para segundo plano as atividades da agricultura e da floresta.

Construiu-se a nossa primeira área industrial na Adiça e assistiu-se à chegada de várias empresas ligadas ao setor automóvel. Vieram outras de diferentes setores, e as já existentes no concelho de empresários nossos conterrâneos, consolidaram-se e tornaram-se empresas referência em toda a região.

Foi um período particularmente forte no crescimento da nossa economia e do nosso tecido empresarial, da criação de riqueza e bem-estar, associada a uma relevância crescente do nosso concelho no contexto regional. **Foi nesta década que foi construído o aterro sanitário na freguesia de Barreiro de Besteiros, tornando Tondela liderante no domínio associativo e ambiental.** Aqui ficou sedeadada a Associação de Municípios do Planalto Beirão. Alargou-se o fornecimento de água e saneamento às nossas populações, generalizou-se a recolha do lixo nas várias aldeias.

Proseguiu-se o desenvolvimento nos restantes domínios, sendo Tondela vista como um exemplo a seguir, pois soube aproveitar como nenhum outro concelho da nossa região as oportunidades que foram surgindo.

Destaco neste elogio, reconhecimento e agradecimento, o papel relevante de três elementos dos executivos presentes nesta assembleia: O Dr. Felisberto Figueiredo, a Eng^a Marina Leitão e o Eng^o Carlos Cunha. **Muito obrigado pelo que, coletivamente e em equipa, fizeram pelo desenvolvimento do nosso concelho.** Muito obrigado pela vossa competência, trabalho e empenho que tiveram na construção dos alicerces do atual concelho. Tondela muito vos deve.

Prossigo para o novo milénio e para a sua primeira década, que designo da década da liderança regional. Começo com uma referência ao seu principal protagonista no concelho: Dr. Carlos Marta. Esta foi a década da afirmação de Tondela como concelho liderante no associativismo regional, resultado da personalidade e das características liderantes do seu presidente. Foi Tondela, graças à capacidade de luta intransigente do Dr. Carlos Marta pelos interesses dos seus concidadãos, que liderou a constituição da CIM Dão Lafões. E por isso foi o seu presidente, com uma visão muito clara dos objetivos que deverá ter uma entidade desta natureza, e esta aqui ficou sedeada.

Foi a década da concretização do desenvolvimento social e económico para muitas das populações do nosso concelho. Uma década de criação de riqueza e bem-estar impar na nossa história coletiva. Foi um período de embelezamento dos nossos espaços urbanos, aproveitando com mestria e competência os recursos comunitários colocados ao nosso dispor.

No domínio industrial, alargaram-se as áreas industriais para Santiago de Besteiros e Vilar de Besteiros. Os nossos agentes económicos conseguiram manter e consolidar os seus projetos empresariais, mas agora Tondela viu-se a braços com a concorrência dos concelhos de Oliveira de Frades, de Mangualde e de Nelas, os quais aproveitaram as melhorias das suas acessibilidades rodoviárias para atraírem novos investidores e assim criarem riqueza para os seus territórios.

No domínio cultural, a aposta na ACERT e no trabalho dos seus profissionais foi consolidada, ficando o concelho com espaços culturais dotados de excelentes condições.

No domínio desportivo, esta foi uma década de excelência e de afirmação dos nossos clubes, dos seus atletas e dirigentes no contexto nacional. Os resultados desta aposta e da qualidade de todo esse trabalho, concretizou-se na obtenção de resultados desportivos únicos na nossa região em diferentes modalidades. Destacam-se naturalmente os títulos nacionais alcançados na modalidade de futebol pelo Escola Futebol Clube de Molelinhos e pelo Clube Desportivo de

Tondela. Nunca o concelho de Tondela esteve tão bem representado na modalidade rainha do desporto nacional. Esta foi uma época histórica, ficando o concelho com condições excelentes para a prática de futebol, principalmente ao alargar as opções de prática para o novo relvado sintético de Molelos.

Tive o privilégio de participar nesta fase de desenvolvimento do concelho como vereador, durante dois mandatos. Três outros elementos desta assembleia, o Dr. Felisberto Figueiredo e o Eng^o Carlos Cunha na primeira metade da década, e a Eng^a Marina Leitão ao longo de toda a década, também deram um contributo muito relevante. Reitero o agradecimento pelo vosso trabalho.

Nestes anos de trabalho contínuo de desenvolvimento do concelho, temos justa e obrigatoriamente de referir os vários presidentes de junta de freguesia, membros das assembleias de freguesia, membros das várias assembleias municipais e vereadores sem funções executivas que muito contribuíram para este desígnio comum.

Sr. Presidente, caros deputados:

Mas hoje, será que temos alguma perspectiva de um futuro melhor para o nosso território? Teremos alguma visão para a continuação deste trabalho de sucesso arduamente conseguido? Teremos liderança à altura das responsabilidades destes novos desafios? **Por aquilo que é possível avaliar neste primeiro meio ano de trabalho deste executivo, a resposta é NÃO.** Parece que a aposta já não é nos fatores de competitividade, nem na evolução para uma economia e sociedade mais desenvolvidas. Estamos a voltar ao sector primário, à agricultura de subsistência e ao comércio em feiras e mercados. Até já há propaganda aos cursos de enxertia no portal do município! É esta a visão que o atual presidente tem para Tondela. **Que diferença para o Dr. Carlos Marta.**

Caro Presidente, falta liderança, falta visão, falta competência, falta ambição coletiva e falta capacidade reivindicativa para colocar os interesses do concelho acima dos interesses individuais e partidários. Infelizmente as minhas expectativas não são nada positivas para o resto do mandato. Os últimos episódios em matérias como o preço da água ou a luta pela ligação em auto-estrada entre Viseu-Coimbra, são bem significativos do que se pode esperar do presidente da câmara. Mas o tempo acabará por corrigir este momento menos feliz da nossa história coletiva e novos tempos e novos protagonistas virão com toda a certeza para voltar a colocar Tondela no caminho da modernidade.

Viva a liberdade, o progresso e o conhecimento nas sociedades. Viva Tondela, viva Portugal!

O Grupo Parlamentar do CDS/PP



anexo 2
Cecilia R
se

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Sra. e Senhores Vereadores

Sras. e Srs. Membros da Mesa

Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia

Caros Membros desta Assembleia,

**"ABRIL COM R", quarenta anos! Também o tempo de um partido
presente, com futuro.**

Parafraseando esse enorme poeta autor Pedro Barroso, "já que aqui estou", vou-lhes agora falar de abril, bem como de um partido que se fez não em abril, mas em maio e que se afirmou na história da democracia portuguesa ao longo destes quarenta anos. Permitam-me também o momento para refletir um pouco sobre abril, o país, o meu partido(PSD) e a sua influência na vida política portuguesa. E como ainda por certo me "sobrará peito", deixe-me também aproveitar o ensejo para alguns desabafo.

O movimento que na nossa história ficou conhecido pelo "Movimento dos capitães de abril", preconizou uma transformação assente num programa

político que ficou conhecido "pelos três D", a saber, Democratizar, Descolonizar, Desenvolver.

A Descolonização, que a história se encarregará de clarificar, foi levada a cabo por Portugal num contexto em que sendo manifesto o clima de pressão internacional que na época se fazia sentir, certo é, que em meu entendimento, o país não soube na altura defender os seus próprios interesses e dos seus cidadãos que nesses países lutaram pela sua construção.

O país conheceu, após 25 de abril o desenvolvimento económico e a democratização política. No que ao desenvolvimento económico, social e cultural diz respeito, os portugueses sentiram indiscutivelmente ao longo destes anos melhorias nas suas vidas. Pelo menos materialmente a evolução é visível. "O vento que passa" trouxe notícias da construção de auto estradas, vias rápidas, enormes e colossais centros comerciais, novas tecnologias ao alcance de quase todos os portugueses e toda uma parafernália de coisas, muitas delas típicas de sociedades ditas economicamente desenvolvidas.

Aqui chegados, deixo a questão. Mas bastará? Manifestamente sabe a pouco. A crise em que o país mergulhou após a governação socialista de José Sócrates, já anteriormente sentida, veio por a nu um desenvolvimento económico quase fictício. Ouvimos sistematicamente nos meios de comunicação social que Portugal tem um mercado laboral pouco flexível, uma administração pública burocrática e ineficiente, um regime fiscal demasiado complexo, um peso excessivo do estado na

economia, etc...etc... **Urge inverter a marcha!** Tenho para comigo que o desenvolvimento preconizado pelos capitães de abril, não se queria efémero, fictício e ilusório, como nos quis vender esse que foi o último dos primeiros ministros socialistas, que com a país a ameaçar banca rota, ainda nos anunciava novos e deslumbrantes aeroportos, TGV'S, etc.,etc....

Portugal, viveu um período de dificuldades imensas, tendo os portugueses passado por indiscutível prova de fogo. Agora, que a luz se vislumbra ao fundo do túnel, que saibamos ter aprendido com os erros do passado e que o novo edifício que daqui queremos construir, o seja de forma consciente, e sobretudo assente em bases reais e efetivamente estruturantes para o país, **permitindo que o desenvolvimento de abril, o desenvolvimento sustentado, assente numa economia produtiva, possa efetivamente afirmar-se.**

Para tal, o país conta com os partidos políticos e no momento atual com o PSD, com um governo chefiado por Pedro Passos Coelho. E que bem me sinto neste partido, filho de abril, e que também este ano comemora 40 anos. As sua setas apontam para os valores de abril. Liberdade, igualdade e justiça social e solidariedade, traduzem os anseios e as vontades de abril. É certo que nem sempre o meu partido terá tomado as melhores opções e decisões. Terá certamente também responsabilidades na crise que se abateu sobre país. **Mas perante tal, fomos e somos sérios na discussão e assumimos as responsabilidades.**

Os partidos políticos são peça determinante para a consolidação da democracia, designadamente pelo debate de ideias, pela mobilização e

sensibilização dos portugueses para os problemas do país. A pluralidade e a diversidade são cruciais para a definição das políticas que deverão nortear o país. **Tal não deve todavia impedir que os partidos com responsabilidades governamentais e no interesse supremo do país, possam e devam estabelecer patamares comuns, designadamente em setores cruciais da vida do mesmo, permitindo garantir o tão almejado sustentado desenvolvimento económico e social.** E é precisamente aqui que por vezes os partidos políticos falham e levam ao seu descrédito junto da população.

Há com frequência por parte dos partidos políticos a tentação para a escolha dos atores da cena política, não por critérios de qualidade e de notório percurso de exercício de cidadania e de intervenção cívica, mas por critérios de conveniência económica, geoestratégica ou até em função do género. Isto conduz a que o exercício da atividade política não tenha por motivação causas ou ideais e que por consequência não encontre reconhecimento nos cidadãos deste país. **É tempo de repensar e apontar o exercício da atividade política ao valor do exercício de cidadania, do sacrifício, do serviço público.** Deixem-me dizer-vos que considero o atual primeiro ministro deste País, como homem que exerce a sua atividade política nesse espírito de serviço público, empenhado em que o país possa trilhar o caminho do desenvolvimento e da democracia. Deixem-me dizer-vos, que numa altura em que se comemoram os quarenta anos do 25 de abril, é tempo de olhar em frente, é tempo de construir. Os profetas da desgraça, os que farão tudo diferente quando chegarem ao governo, continuarão cantando "Grândolas", em cada esquina, alheados da

realidade. Nós, o PSD, cientes das responsabilidades, e estou certo trilhando o caminho do serviço público, porque no "peito nos vai um país", configuremos triunfar, pois que dentro da própria desgraça, há sempre uma candeia, há sempre alguém que semeia, na senda de Abril, um Abril completo, um "Abril com R", pois que e parafraseando o Primeiro Ministro, Pedro Passos Coelho " o país pode contar connosco para dar sustentabilidade ao futuro, para dar sentido aos sacrifícios, mas, sobretudo para fazer renascer o espírito da luta democrática."





anexo 3

cler
SR

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Sra. e Senhores Vereadores

Sras. e Srs. Membros da Mesa

Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia

Caros Membros desta Assembleia,

Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto

(Lei da Organização do Sistema Judiciário)

O governo português procedeu recentemente à regulamentação da Lei nº 62/2013, de 26 de Agosto, mediante o Decreto Lei nº 49/2014 de 27 de Março.

Com tal Lei da Organização do Sistema Judiciário, o governo e segundo o próprio, visa o **alargamento da base territorial das circunscrições judiciais**, a **instalação de jurisdições especializadas a nível nacional** e a implementação de um **novo modelo de gestão das comarcas**.

Face à regulamentação de tal Lei, dada à estampa por força do referido Decreto Lei, o Tribunal de Tondela passará a ser uma **secção de instância local de competência genérica**, isto é, com competência em matéria cível em que as ações tenham valor inferior a 50 mil euros, e com competência em matéria criminal, em que os crimes a julgar sejam puníveis com penas inferiores a cinco anos. Todos os restantes processos transitarão para a designada Comarca de Viseu.

O PSD de Tondela, não é alheio a esta nova realidade e está necessariamente atento. Para nós não é relevante nem determinante a nomenclatura do Tribunal. Ser Tribunal de Comarca ou Tribunal de Secção de Instância Local, não é por certo o móbil principal das nossas preocupações. É também pura

JORGE MANUEL HENRIQUES RODRIGUES-MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PSD

demagogia dizer que o Tribunal de Tondela encerrará. O PSD de Tondela, consciente da emergência desta nova realidade orgânica que avizinha no Tribunal de Tondela, fruto da reforma da Justiça em curso, imposta aliás desde o primeiro Memorando de Entendimento celebrado com a TROIKA, a 17 de maio de 2011, ***acompanhará de forma atenta a aplicação da referida reforma, designadamente as suas implicações no funcionamento do Tribunal de Tondela e de forma muito particular na vida dos cidadãos do concelho de Tondela, designadamente no seu acesso à Justiça***, não deixando nunca de envidar esforços na busca de mais e melhores soluções que permitam alcançar tal desiderato.





anexo 4

COIBIU, A MIM E A TANTOS OUTROS, DE CONTINUAR A DEFENDER E CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR PARA OS JOVENS DO NOSSO CONCELHO.

SERÁ ESTE PALCO TÃO CRUCIAL PARA AS POLITICAS DE JUVENTUDE?

HAVERÁ UM GANHO DE CAUSA TÃO RELEVANTE COM A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL?

A INTERVENÇÃO SÓ PODE SER FEITA DESTA FORMA?

OU ESTAREMOS PERANTE UM INSTRUMENTO DE FÁCIL MEDIATIZAÇÃO E PROTAGONISMOS?

POR ISSO, SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, E PORQUE PARA ALGUNS PARECE SER VITAL A SUA CONSTITUIÇÃO, GOSTARIA DE SABER SE ESTÁ DISPONÍVEL PARA A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE EM TONDELA.

TERMINO, E PEÇO DESDE JÁ DESCULPA POR ALGUMA SENSIBILIDADE A LINGUAGEM MENOS FORMAL DIZENDO A TODOS OS SRS. DEPUTADOS "...TIVESSEM VOCÊS VONTADE".

POIS SE HÁ EFETIVA VONTADE EM CONTRIBUIR E PARTICIPAR, SE HÁ PROPOSTAS PARA DEBATER NÃO É PRECISO CONSELHOS E ESTRUTURAS, OU OUTRAS FORMALIDADES PARA O FAZER.



Cláudia
S.R.

EMPRESÁRIOS A FIXAREM-SE NESTA ZONA DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL.

ENCONTREI AINDA UMA CÂMARA MUNICIPAL INOVADORA E ARROJADA, QUE LANÇOU O TONDELA+10, VOCACIONADO PARA OS MAIS NOVOS E QUE SEGURAMENTE SERÁ O DESAFIO DE UMA

GERAÇÃO. *→ Encontrei sim, uma visão para o território, que contempla o registo ao mundo rural, que publicita tomadas de parte e exactamente porque o executivo percebeu as vantagens competitivas de*
~~o registo ao mundo rural~~ *o registo ao mundo rural, que publicita tomadas de parte e exactamente porque o executivo percebeu as vantagens competitivas de*
E SIM, NÃO ENCONTREI UM CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE, OU QUALQUER OUTRA NOMENCLATURA FORMAL.

E EU QUESTIONO OS SRS. DEPUTADOS, É POR ISSO QUE OS JOVENS NÃO ESTÃO REPRESENTADOS?

TODOS OS EXEMPLOS QUE FORMULEI NÃO SÃO POLITICAS DE JUVENTUDE?

NÃO TÊM TODOS OS SRS. AUTARCAS E JOVENS A POSSIBILIDADE DE CONTRIBUIR PARA A SUA CONSTRUÇÃO?

PESE EMBORA A SUA FORMALIZAÇÃO SEJA IMPORTANTE, SERÁ QUE É ASSIM TÃO DETERMINANTE?

EU PRÓPRIA, QUANDO DIRIGENTE DE UMA JUVENTUDE PARTIDÁRIA, APRESENTEI AO VEREADOR DA JUVENTUDE À ÉPOCA, *e pelos vistos não foi a década do CMJ!* A PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DESTE ÓRGÃO CONSULTIVO, MAS NÃO FOI A SUA INEXISTÊNCIA QUE ME

estratégia essa que pelos vistos não é uma realidade em todos os sect. políticos.



Cleber
Q
SP

COLETIVO. A ASSEMBLEIA MUNICIPAL É O LOCAL DE PRIMAZIA PARA IDEALIZAR E CONDICIONAR FORMAS DE ATUAÇÃO.

RESOLVI POR ISSO FAZER UM DIAGNÓSTICO SOBRE O POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO DE TONDELA FACE ÀS POLITICAS DE JUVENTUDE.

E O QUE ENCONTREI?

ENCONTREI UM MOVIMENTO ASSOCIATIVO JUVENIL FORTE, DINÂMICO, ATIVO, REIVINDICATIVO, COM SEDES PRÓPRIAS DE DISCUSSÃO.

ENCONTREI UMA REDE ESCOLAR VANGUARDISTA, COM UM ENSINO DE QUALIDADE, COM ALUNOS EMPENHADOS, COM UMA PARTICIPAÇÃO ATIVA NA SUA COMUNIDADE.

ENCONTREI UM TERRITÓRIO EMPREENDEDOR, ONDE OS NÍVEIS DE DESEMPREGO ESTÃO CLARAMENTE ABAIXO DAS MÉDIAS NACIONAIS.

ENCONTREI POLITICAS DE EMPREGO ATIVAS, QUE APOSTAM NA FORMAÇÃO, QUE INCENTIVAM AS EMPRESAS A CONTRATAR JOVENS.

ENCONTREI UM EXECUTIVO EMPENHADO NA CAPTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INVESTIMENTO, QUE DIARIAMENTE APOIA OS



Handwritten signature in blue ink.

MEIO PERFEITAMENTE LEGÍTIMO E ABRANGENTE, NÃO DEVENDO SER O ÚNICO, PENSO EU. NÃO ME PARECE QUE ALGUÉM QUE TEM O VOTO POPULAR LIMITE A SUA PARTICIPAÇÃO A SIMPLES COMENTÁRIOS NA INTERNET.

SRS. DEPUTADOS,

DEVEM ESTAR A QUESTIONAR O PORQUÊ DESTE ENQUADRAMENTO E INTRODUÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL?

SIMPLES, É PORQUE ACHO, DEFENDO E ACREDITO QUE SE ESTAMOS REALMENTE EMPENHADOS EM CONTRIBUIR FAZÊMO-LO EM QUALQUER ORGÃO, DE QUALQUER FORMA E EM QUALQUER PALCO, PRINCIPALMENTE NESTE ÓRGÃO DELIBERATIVO, ASSEMBLEIA E LOCAL DE EXCELÊNCIA PARA QUEM TEM VONTADE DE ACRESCENTAR.

ESTES DOIS PRINCÍPIOS NÃO SE CHOCAM, BEM PELO CONTRÁRIO COMPLEMENTAM-SE, POIS SE POR UM LADO USAMOS TODAS AS FERRAMENTAS QUE DISPOMOS PARA PARTICIPAR. POR OUTRO, TEMOS OS PRIVILÉGIO DE SER AUTARCAS, FUNÇÃO EXCECIONAL PARA UM PAPEL ATIVO NA CONSTRUÇÃO DO NOSSO FUTURO



Cláudio
SR

EXMO. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

RESTANTE MESA

SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

SRS. VEREADORES

SRS. DEPUTADOS

COMUNICAÇÃO SOCIAL

POLITICA, SEJA SETORIAL OU NUMA ÓTICA MAIS MACRO, É ENCONTRAR E PROPOR SOLUÇÕES PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DAS PESSOAS, DEFININDO CAMINHOS E OBJETIVOS QUE PODEM SER DE MAIOR OU MENOR PRAZO.

NESSE SENTIDO, TODOS, E EM PARTICULAR OS ELEITOS LOCAIS, ENQUANTO REPRESENTANTES POPULARES, TÊM A ESPECIAL RESPONSABILIDADE DE DISCUTIR, INTERVIR, DISCORDAR, PROPOR UMA DETERMINADA SOLUÇÃO.

HOJE, A INTERVENÇÃO FAZ-SE DAS MAIS VARIADAS FORMAS, NOMEADAMENTE ATRAVÉS DE REDES SOCIAIS, ENTRE ELAS O FACEBOOK, DA QUAL SOU UMA FÃ INCONDICIONAL, E QUE É UM



Clare
PSD

ACREDITO QUE CADA UM DE NÓS, DAS MAIS VARIADAS
MANEIRAS PODE E DEVE ACRESCENTAR.

O PROBLEMA É QUE MUITAS DAS VEZES NÃO HÁ IDEIAS NEM
PROJETOS, E REFUGIAM-SE EM SIMPLES QUESTÕES
PROCESSUAIS PARA JUSTIFICAR QUE NO VAZIO NÃO SE DISCUTE
NEM SE CONSTROI POLITICAS DE JUVENTUDE.

VERA MACHADO

anexo 5
C. Leal
R.
S.

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Tondela, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

legítima e importante

Antes de registar a efeméride dos quarenta anos do Partido Social Democrata ^{na construção da democracia em Portugal} inevitavelmente uma referência ao 25 de Abril de 1974. Neste fórum alguns de nós não o vivemos ao vivo e a cores, porque somos filhos de Abril. Não o fizemos, não precisámos, alguém generosamente fez por nós. Esta zona de conforto em que nascemos faz com que direitos adquiridos como a democracia e a liberdade se tornem tão óbvios como esvaziados de conteúdo, não só para as gerações mais novas como para aqueles que nunca o interiorizaram.

Nasci em 1974. O meu pai militar em Abril. Cheguei tarde mas a tempo de Abril, de o reconhecer como um marco indelével da história de Portugal. Mais do que a sucessão cronológica dos acontecimentos que tanto dignificaram a revolução dos cravos, cujas imagens a preto e branco, as músicas, as intervenções dos seus protagonistas nos fazem viajar à época, as consequências

Cláudio
S. R.

políticas e sociais e sobretudo a viragem para a democracia e para a liberdade são as notas dominantes que todos identificamos.

Evidentemente que vivemos num contexto de democracia e de liberdade. Alguém lutou para que assim fosse. A inteligência sobrepôs-se à violência.

Lutar por aquilo em que acreditamos, trabalhando arduamente por uma sociedade realmente democrática, justa e onde os direitos, liberdades e garantias de todos nós sejam sempre acautelados e salvaguardados. Que a mensagem de Abril seja passada de geração em geração e que no centenário do 25 de Abril a memória coletiva saiba preservar tão digno acontecimento.

Não há, porém, democracia sem partidos políticos e assim permitam-me que assinal^{legitimamente} também a importância dos 40 anos do partido social democrata que serão celebrados no próximo dia 6 de maio.

Fundado por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota sob o nome Partido Popular Democrático (PPD) afirmando no seu programa a adesão a um conjunto de valores e opções fundamentais, cuja consagração e respeito considera indispensáveis para a construção e consolidação de uma sociedade mais justa e mais livre, cujos

princípios (me escuso de exaustivamente elencar mas onde merecendo um especial destaque ^{importa recordar de forma sucinta} referido).



- O Princípio do Estado de Direito, fundamento de toda a ordem jurídica baseado na nossa convicção de que o Estado deve estar ao serviço da pessoa e não a pessoa ao serviço do Estado;
- A importância dos Direitos, Liberdades e Garantias dos portugueses e dos seus agrupamentos, elemento indispensável à preservação da autonomia pessoal, bem como à participação política e cívica;
- O pluralismo das ideias e correntes políticas cuja garantia de livre expressão constitui pressuposto indispensável ao gozo dos direitos e liberdades fundamentais de todo o cidadão;
- O princípio democrático, como garantia da participação por igual de todos os cidadãos na organização e na escolha dos objetivos do poder na sociedade;
- O princípio da afirmação da sociedade civil. O Estado não deve chamar a si aquilo que os indivíduos estão vocacionados para fazer - ou que podem fazer - garantindo dessa forma um amplo espaço de liberdade à iniciativa e criatividade das organizações da sociedade civil;

Cláudio
R

- O diálogo e a concertação, como formas de entendimento e aproximação entre homens livres, assentes na tolerância e visando a procura de acordo ativo entre interesses divergentes;
- A justiça e a solidariedade social, preocupações permanentes na edificação de uma sociedade mais livre, justa e humana, associadas à superação das desigualdades de oportunidades e dos desequilíbrios a nível pessoal e regional e à garantia dos direitos económicos, sociais e culturais;
- O direito à diferença, como condição inerente à natureza humana e indispensável para a afirmação integral da personalidade de cada indivíduo; direito esse tanto mais efetivável quanto maior for a igualdade de oportunidades na Comunidade;
- A valorização da paz, como objetivo essencial da ação política. Para o PSD, a edificação de uma paz justa entre os povos deve constituir um dos objetivos fundamentais da atuação política dos Estados.

Os valores que enformam os partidos deverão ser o ponto de partida e o ponto de chegada da sua atuação e por isso urge encontrar estratégias que alterem o estado em que nos encontramos. Descrédito e descrença na classe partidária.

em que por uma questão de interesses chegamos

Minhas senhoras e meus senhores não é fácil estar na política!

Ninguém acredita nos partidos e nos políticos no geral!

E porquê?

Porque se todos reconhecem a benevolência dos princípios e valores a que aludi porque é que o cidadão se encontra tão arredado e não crente na política que deveria ser o exercício mais nobre da atividade pública. Porque não vota? Porque se abstêm?

E aqui os partidos no geral deverão interiorizar que chegou a hora de inverter este sentido da marcha. Os aparelhos partidários deverão rever as lógicas da sua atuação sob pena de não encontrarem interlocutores das suas mensagens.

Fica o repto para que se faça uma reflexão profunda supra partidária para que a sociedade se concilie com os partidos políticos que vá às urnas conscientes de que estão a escolher livremente os mais capazes para governarem os destinos de Portugal.

Cristiana Paiva da Silveira



Em Fevereiro, subi a esta tribuna para me regozijar com os sinais positivos que se vinham registando e mostravam que os portugueses e portuguesas poderiam alimentar a esperança do alívio da carga que a irresponsabilidade dos sucessivos governos nos tinha colocado em cima.

Regozijo-me, mais uma vez, pois esses sinais continuam a persistir e a crescer, apesar das dificuldades com que continuamos e continuaremos a confrontar-nos. O único medo que me perturba é a irresponsabilidade dos apressados “vendedores de banha da cobra”, que, diante dos sinais positivos e perante a impossibilidade de os negar, pretendem tirar mérito ao trabalho difícil e patriótico desenvolvido pelos actuais governantes e já começam a acenar com facilidades e promessas evidentemente não cumpríveis.

Diante do preço pago e diante da experiência destes quarenta anos de democracia, sabemos o que nos conduziu e quem nos conduziu repetidamente à necessidade de nos socorrermos da ajuda económica estrangeira, hipotecando o futuro e hipotecando a maior e melhor parte da nossa soberania.

Quando nos colocamos nas mãos dos credores, abdicamos do direito de governarmos “a nossa casa”; ficamos dependentes das condições dos empréstimos e “com a corda na garganta”, mesmo que nos deixem “gerir a dívida”, que pagaremos “com língua de palmo”. O desemprego, o défice e a dívida, além de terem ocupado o espaço da descolonização, da democratização e do desenvolvimento oferecidos por Abril, têm paternidade que, não sendo incógnita, não quer ser assumida. Têm pais, padrastos e padrinhos que, apesar de quererem negar a responsabilidade da sua geração, da sua criação e do seu apadrinhamento, não poderão esconder-se dos olhos acusadores da história, nem do julgamento das gerações presentes e futuras.

Pretendem convencer os jovens que hoje são obrigados a emigrar de que a responsabilidade é apenas e sobretudo dos actuais governantes. Mas é por demais evidente que as consequências da pobreza e da miséria crescente vêm de longe. E os responsáveis são hoje comentadores, na nossa comunicação social, tentando, de forma descarada, lavar a sua

imagem. Outros beneficiam de elevados salários pagos por empresas a quem beneficiaram, quando governantes, com negócios que deixaram a totalidade do risco no lado do Estado e a totalidade dos lucros no lado das empresas; outros dirigem escritórios que produzem e lideram a aprovação de “legislação furada” destinada a beneficiar abutres que vivem à sombra do orçamento público e do domínio da economia nacional.

Escasseiam os líderes com sentido de Estado e com sentido de serviço público nos lugares do Poder, seja ele o Legislativo, o Executivo, ou o Judicial. Infelizmente, o mal não afecta apenas alguns sectores da sociedade, que deveriam encontrar barreiras eficazes no Poder. O mal afecta o próprio Poder, na sua globalidade, e essa é a desgraça do País e de todos nós.

Diante das tentativas sérias de mudança, logo surgem os clamores dos profissionais do protesto, que têm tanta eficácia como irresponsabilidade. E quem devia ter a coragem de assumir, logo se deixa quebrantar, diante do medo da mudança de voto que os elegeu, mudança tantas vezes também irresponsável, porque dominada por promessas tão sedutoras como falsas.

É o sinal de que a Democratização prometida por Abril, há quarenta anos, está ainda por cumprir, está ainda longe de ser uma realidade. A democracia não está em perigo, mas está ainda muito frágil e debilitada. Estamos longe de uma sociedade em que cada cidadão tenha uma vontade própria sólida e uma capacidade de participação democrática empenhada capaz de confrontar as estruturas do poder, aos vários níveis e nos vários sectores, de forma independente e fundamentada na lei. Facilmente a arruaça substitui a responsabilidade cívica e facilmente a manipulação arrebanha os legitimamente descontentes.

Inegavelmente, vivemos hoje muito melhor que há quarenta anos, apesar da escandalosa percentagem de pobres, face ao igualmente escandaloso crescimento da riqueza concentrada nas mãos de poucos. A qualidade de vida das pessoas é globalmente melhor, muito melhor que há quarenta anos. A qualidade das nossas estruturas económicas e sociais é também muito superior. Mas estamos longe de um Estado e de um País onde a

cidadania seja globalmente responsável, estruturada em valores, atitudes e comportamentos que façam de cada homem ou mulher, jovem, adulto ou sénior, um agente do bem-comum, sabendo que o seu interesse individual só estará devidamente protegido, quando preservar e valorizar o bem-comum, mais que o interesse pessoal.

A democracia só existe, verdadeiramente, quando cada cidadão é livre e só é um cidadão livre aquele que é capaz de se libertar do seu interesse pessoal para garantir a construção do bem-comum, quer esteja no exercício de funções políticas ou públicas, quer seja um dirigente associativo ou empresário, quer seja trabalhador por conta própria, ou empregado de terceiros.

Quando tivermos uma sociedade de cidadãos responsáveis e exigentes, teremos governantes e políticos responsáveis, porque eles nascem, crescem e são eleitos no seio desta sociedade que é a nossa e da qual cada um de nós é parte. Teremos que nos queixar menos e exigir mais de nós e dos outros, sem medo nem temores, porque Abril nos fez livres e nos pede e exige mais responsabilidade que queixumes, mais acção que protesto, mais cidadania que alienação.

Termino com uma tónica de optimismo e de esperança. Optimismo, porque estamos à porta da liberdade que o adeus à Tripla da tutela estrangeira nos devolve. Esperança de que o exercício do direito cívico de votar não se deixe corromper pelo canto da sereia que muitos vão ensaiando, prometendo ilusões que nos conduziram e conduzirão de novo a situações que, além de hipotecarem o futuro, trarão noites de escuridão e nunca deixarão amanhecer as madrugadas que Abril cantou, canta e cantará, até que a voz nos doa.

Abril sempre, porque Portugal precisa e as Portuguesas e os Portugueses merecem.

Tondela, 28 de Abril de 2014

anexo 7

VOTO DE PESAR

O GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, APRESENTA A ESTA ASSEMBLEIA, UM VOTO DE SENTIDO PESAR PELO FALECIMENTO, NO PASSADO DOMINGO, DE UMA DAS FIGURAS MAIS PROEMINENTES E MULTIFACETADAS, DA VIDA INTELECTUAL PORTUGUESA – VASCO DA GRAÇA MOURA.

PARA ALÉM DA SUA ACTIVIDADE POLITICA, VASCO DA GRAÇA MOURA FOI UM DISTINTO POETA, ROMANCISTA, ENSAISTA, DRAMATURGO, CRONISTA, ANTOLOGIADOR, HISTORIADOR HONORIS CAUSA, ADVOGADO E GESTOR CULTURAL. OCUPAVA NESTE MOMENTO O CARGO DE PRESIDENTE DO CENTRO CULTURAL DE BELÉM, TRABALHO QUE SEMPRE DESEMPENHOU COM IMENSO TALENTO, DEDICAÇÃO E INTELIGÊNCIA.

É A ESTA FIGURA POLIVALENTE NA DIVERSIDADE, NA QUALIDADE E NA INTENSIDADE DO SEU TRABALHO CRIATIVO E INTELECTUAL, QUE QUERO PRESTAR A MINHA MAIS PROFUNDA HOMENAGEM, E UM SENTIDO VOTO DE PESAR PELO SEU FALECIMENTO.

ABILIO RODRIGUES DOS SANTOS

ando 8

Cláudio
R



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa

Senhores Deputados

Senhoras e Senhores

Estes últimos meses ficaram marcados por um grande número de acontecimentos marcantes, ~~para a~~ história do nosso país e do mundo. Um número significativo de personalidades deixaram este mundo, e naturalmente, entre elas não posso deixar de referir o poeta e intelectual, Vasco Graça Moura a quem presto aqui um voto de pesar, ^{em nome do} Quereria ainda transmitir as condolências aos familiares dos estudantes que na tarde de quarta-feira passada morreram na sequência da queda de um muro, em Braga. Este tipo de incidente alerta-nos para a importância da fiscalização e manutenção por parte das entidades competentes, de estruturas e obras públicas, para que se evite no futuro tragédias como esta. Mas nem tudo são más notícias. O Largo do Carmo voltou a encher-se 40 anos depois do 25 de Abril: Viva a Revolução! Contudo, ~~com os meus 90 anos~~ ^{em nome do} faço parte dos portugueses que viveram a revolução através da voz dos outros. Por isso, sinto-me ^{sim} verdadeiramente filha desta revolução dos cravos, símbolo de Abril que nem todos reconhecem, mas sei que por ter acontecido, ~~me deu~~ ^{em nome do} a possibilidade de viver até agora a vida, com TODA A LIBERDADE. No entanto, deixo a palavra aos meus camaradas que certamente farão a devida homenagem à Revolução de Abril e aos seus intervenientes. Ontem foi também um dia de alegria para a Igreja Católica. Pela primeira vez, dois papas foram santificados em simultâneo. Pela primeira vez numa História de dois mil anos, dois papas presidiram a uma missa e quase um milhão de pessoas, de países, culturas e classes sociais distintos, mas unidos na fé, assistiram ao ritual com o qual a Igreja proclama um Santo. São estas manifestações, onde todos se unem pela fé ou por um ideal, como seja o da liberdade, que ^{lutar por um futuro melhor} me fazem continuar a acreditar que seremos capazes de derrubar as actuais políticas e sair desta crise como um Portugal fortalecido!

28/04/2014
A deputada
Nanta Tergue



ANDOG

Claudio

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Exmo. Sr Presidente da Assembleia

Exmo. Srs. Membros da Mesa

Sr. Presidente da Camara

Sr. Vereadores

Srs deputados

Segundo vários estudos publicados recentemente a população portuguesa vai ter dentro de 50 anos quase três vezes mais idosos do que jovens com menos de 15 anos. O interior do país, nomeadamente os meios rurais, são as regiões que vão registar as maiores alterações demográficas. A desertificação do interior já não é um risco, é uma certeza.

Um dos factores que contribui para esta mudança foi uma grande descida na taxa de fecundidade desde 1960. Nessa altura, cada mulher residente em Portugal tinha, em média, 3,2 filhos, enquanto no presente esse valor se fica por 1,3, sendo que o número mínimo para assegurar a substituição de gerações é de 2,1 filhos por cada mulher. Este número encontra-se no **Relatório sobre a Situação da População Mundial em 2011**, feito pelo Fundo das Nações Unidas para a População.

A baixa taxa de natalidade e o aumento da esperança de vida leva ao envelhecimento da população. Esta é de resto uma tendência generalizada da europa, sendo que Portugal é o segundo país do mundo com a taxa fecundidade mais baixa segundo mesmo estudo.

As baixas taxas de fecundidade significam menos pessoas a entrar no mercado de trabalho, numa tendência que põe em causa o crescimento económico e a viabilidade da segurança social. Contribui para este fenómeno diversos factores. O facto de o início da actividade profissional entre os jovens ser cada vez mais tardia parece-me uma razão aceitável e incontornável. O que do meu ponto de vista não é aceitável é a insistência em políticas que não promovam o crescimento do maior capital que podemos ter. O ser Humano. Não é com portarias isoladas, com pequenos incentivos desenquadrados como quem dá um brinde a um jovem casal por ter um filho. O que é necessário é fazer o oposto daquilo que está ser feito. Não são os baixos salários em

nome da competitividade que dão segurança às famílias. Não é com leis que facilitem o despedimento e fazem dos trabalhadores meios de produção descartáveis que o desemprego diminui. Não é a instabilidade laboral que incentiva os jovens nem os apelos à emigração que aumentam a nossa população. O que faz falta é a estabilidade económica e social das famílias. Entre outras coisas salários justos, estabilidade profissional, SNS acessível a todos, um sistema de ensino público de qualidade.

E para que se inverta a evolução demográfica do interior, nomeadamente dos meios rurais, a determinação política promotora de crescimento tem que ser ainda maior e à escala global uma vez que a globalização da economia é um facto. Não é com portarias que determinam o encerramento de serviços de saúde em regiões com menor densidade populacional como a 82/2014 publicada em Diário da Republica no passado dia 10 de Abril.

Tondela, 28 de Abril de 2014

Jorge Baptista



Cláudia R

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Senhor presidente da assembleia municipal
 Senhores membros da assembleia municipal
 Senhor presidente da câmara municipal
 Senhores vereadores
 Senhores representantes da comunicação social
 Senhoras e senhores

Abril, 40 anos depois!

Foram muitas as lutas, foi longo o tempo, mas foram grandes as conquistas. Só quem não consegue sonhar é que não sente aquilo que abril nos deu!

Não foi apenas a Liberdade – mas só por isso, teria valido a pena! Mas abril foi muito mais. Devolveu-nos a democracia e o direito de sermos cidadãos! Da vontade se fez a força e conquistámos o acesso aos serviços de saúde, o acesso à educação, à justiça e a um sistema mais justo de segurança social. São estes os principais pilares do socialismo e da social-democracia - foi também isto que abril nos deu! Honremos os militares que abriram as portas de abril, e honremos também as gentes que souberam resistir e nos brindaram com tamanhas conquistas.

Mas, ao contrário do que desejávamos, e tal como as ervas daninhas, as raízes da iniquidade nunca chegaram a secar!

Recordemos, em forma de homenagem, Zeca Afonso e um pouco da sua canção:

No céu cinzento

Sob o astro mudo

Batendo as asas

Pela noite calada

Vêm em bandos

Com pés de veludo

Chupar o sangue

Fresco da manada.

#

Se alguém se engana

Com seu ar sisudo

E lhes franqueia

As portas à chegada

Eles comem tudo

Eles comem tudo

Eles comem tudo

E não deixam nada.

.....

Não, não há coincidências - há vontades e há atitudes; há quem defenda os interesses do povo e há quem se "interesse" pelos interesses do povo!

Basta de culpar o passado; chega de reviver o presente, carregado de ingloria austeridade e que nos conduziu à pobreza; basta de cegar a verdade, em cumplicidades manhosas, escondendo as verdadeiras razões!

Diz o povo que "quem cala, consente"! E é este perturbador silêncio que nos incomoda!

Não podemos calar, consentindo, o que está a acontecer ao nosso país e ao nosso concelho. Devagar, e num incómodo silêncio, roubam-nos tudo, como se o amanhã fosse apenas para alguns. Mas mais estranho são aquelas vozes, agora com pés de veludo que, outrora, ávidas de demagogia, ecoavam dentro destas paredes, agitando águas que agora se escusam a beber! ~~Não se pode esquecer o passado que nos emergente, mas sim o presente!~~ Porque não temos memória curta, recordamos aqui as vozes que se levantaram, tempos idos, contra o anterior governo, sobre a situação do Tribunal de Tondela e a polémica acerca da instalação de uma 2.ª sala de audiências, albergando o 2.º juízo.

Enquanto, nos diversos concelhos do nosso distrito, municípios e munícipes lutam contra o encerramento dos seus tribunais, isento de solidariedade, o município de Tondela mantém-se confortavelmente em silêncio, assobiando para o lado, como nada fosse connosco! Não se pode hostilizar este governo!



Enquanto isso, um Decreto-Lei, datado de 27 de março passado, extingue a Comarca de Tondela! Sim, a comarca de Tondela foi extinta! Enganam-nos, é certo, com a manutenção de um juízo, quando tínhamos dois, o que não passa de um embuste. Da natureza dos processos, restará um número a julgar nesta secção (*ao que nós chegamos – a uma simples secção!*), que não justificará, no futuro, a manutenção do tribunal de Tondela! Está encontrado o alibi para, em breve, fazermos companhia a Armamar, Resende, Tarouca, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Carregal do Sal, Mortágua, Penalva do Castelo, Vila Nova de Paiva, Oliveira de Frades e Vouzela.

Mas o ataque deste governo contra os tondelenses não se fica por aqui. Já não nos bastava a delinquente falta de médicos de família no nosso concelho! Sim, um dos piores índices de cobertura do país, como Tondela fosse um *ghetto* submetido às políticas de empobrecimento postas em marcha por este governo.

Viram-se agora contra o Centro Hospitalar Tondela-Viseu! Quando assistimos à tão preocupante e baixa taxa de natalidade e ao célere envelhecimento da população, com particular relevo neste concelho, este governo prepara-se para encerrar o serviço de cirurgia pediátrica do Hospital S. Teotónio! E onde estão, perguntamos de novo, aquelas tais vozes?

Mas os ataques deste governo, contra o interior, continuam. Ninguém pode dizer, com alguma certeza, que Tondela irá escapar! Também somos interior! Por ora, são 17 as repartições de finanças, entre as 24 do nosso distrito, condenadas a bater portas. Esta afronta colectiva só não se concretizou ainda por via de um calendário eleitoral que este governo tem de enfrentar. Deixemos passar o dia 25 de maio...! Mas, para os líderes políticos deste concelho, a subjugação ao poder e a devoção a uma doutrina ideológica sem precedentes, da qual muitos dos seus iniciais seguidores se envergonham, é mais forte que o dever!

Depois desculpam-se dizendo que não se podem manter serviços onde não há gente, quando, na verdade, não podemos fixar gente onde não existem serviços. E assim se constrói o empobrecimento e a desertificação do interior!

E enquanto se anuncia, para breve, a partida da “troika”, limpa ou suja, já pouco interessa, esconde-se que os seus tentáculos permanecerão, nos anos vindouros, a apertar a garganta dos portugueses. Bastaram três anos para que este governo aniquilasse a nossa soberania!

Não venham com impostoras retóricas de atirar culpas para outros, nem disfarçados de salvadores da pátria, num lava mãos de Pilatos, apregoando um putativo milagre da salvação do país!

Não, este governo não nos salvou; este governo atirou-nos para um beco sem saída, não por inocência, mas por conivência com interesses absolutamente

insustentáveis, sem réstia de patriotismo, atirando milhões de cidadãos para o desemprego e para a fome e despojados de qualquer vestígio de dignidade humana.

Passados 3 anos sobre a data daquela extraordinária coligação negativa, em que Passos Coelho caiu na tentação de se agarrar ao poder, em vez de ajudar a salvar o país, alicerçando a sua avidez na panóplia partidária constituída pelo CDS, pelo BE, pela CDU e pelo seu próprio partido, merece a nossa mais elevada condenação, não só pela miséria que espalhou, como também pelos sombrios sacrifícios a que obrigou os portugueses! Em contraponto a um plano de reabilitação económica negociado com os nossos parceiros europeus, Passos Coelho preferiu a “troika”, porque era a garantia dos interesses dos seus instigadores. Os espanhóis e os italianos resistiram e venceram; os portugueses foram enganados e sofreram.

Entretanto, e no céu cinzento, sob o astro mudo, batendo as asas pela calada da noite, vêm em bandos, chupar o sangue fresco da manada.

Eles comem tudo, eles comem tudo, eles comem tudo, e não deixam nada!

Tondela, em 28 de abril de 2014

O grupo parlamentar do Partido Socialista Tondela,



anexo 1)

1
C. C. C.
R.
S.

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Moção evocativa do 25 de abril de 1974

Se há um dia que representa, na nossa história colectiva, a força de um povo, esse dia é o 25 de abril de 1974. Passaram já 40 anos, mas a coragem de um grupo de militares e a vontade de mudança de um povo não estão ainda esquecidas.

Nesse dia, Portugal abriu caminho para a Democracia, já anteriormente tentada noutros períodos da nossa história, mas nunca antes verdadeiramente concretizada.

Nesse dia, Portugal pôde começar a fazer do voto livre e universal, uma afirmação de **Liberdade**. Nesse dia, Portugal pôde começar a construção de uma sociedade em que o acesso à saúde e à educação pública passaram a ser os pilares fundamentais da **Igualdade**.

Nesse dia, Portugal pôde também iniciar a construção de um ideal de Estado Social, em que todos os cidadãos vissem assegurados um conjunto de garantias de bem-estar social, em nome da **Fraternidade**. Muitas outras áreas poderiam ser referidas, mas o mais importante é que podemos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, que a denominada “Revolução dos Cravos” é uma conquista de Portugal e dos Portugueses que nunca será demais assinalar e enaltecer.

Importa, por isto, enaltecer uma vez mais todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização do 25 de abril de 1974: militares, civis, democratas, antifascistas, todos aqueles que entenderam que era chegada a altura de dizer “basta!” a uma ditadura que corroía a dignidade, a determinação e o orgulho de Portugal e dos Portugueses.

A todos estes homens e mulheres que tornaram possível que hoje vivamos num clima de liberdade. Todas as palavras que possamos escolher poderão não ser suficientemente brilhantes para descrever a importância daquele dia.

Mas podemos dizer: a todos, muito obrigado!

Viva o 25 de abril, Viva Portugal.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, 28 d3 abril de 2014.

EM TONS DE ABRIL

Comemorámos o 40º aniversário de 25 de abril e, compreensivelmente, as comemorações do presente ano ganharam uma maior expressividade.

Porventura por se tratar de uma data com quatro décadas de distância, mas também por ocorrer num período em que, face às medidas associadas ao Plano de Assistência Externa, impostas por quem nos emprestou dinheiro para que o país não entrasse em banca rota, no quadro do resgate negociado em 2011, se acumulam frustrações e se adia a esperança de muitos que, por sempre viverem em liberdade, julgam ainda mais injusto o quadro em que vivemos.

Muitos questionam-se se os ideais de abril se cumpriram, ou se nos afastámos desses objetivos idealistas.

No domínio da descolonização e da democracia, respeitando que os modelos podem não ter sido os que melhor se deviam, ou podiam, ter seguido, mas é um facto que tal se implementou.

E o desenvolvimento?

No que se reporta às infraestruturas, o país modernizou-se.

Mas foram, ou são, esses modelos de desenvolvimento os que melhor correspondem, num quadro social e económico, a uma sociedade em mutação, a um mercado aberto, a um mundo onde a globalização esbate fronteiras e onde a riqueza do conhecimento supera a dos recursos?

Foram as infraestruturas pensadas para reforçar o sentido de coesão territorial e a fixação de pessoas?

Foram os modelos sociais os que melhor contribuíram para alterar os níveis de natalidade, absolutamente preocupantes, e consequentemente da estrutura demográfica do nosso país?

Os conceitos de desenvolvimento são suficientemente ambíguos e abrangentes para que se alarguem as bases de sustentação de diferentes teorias. Principalmente quando se trata de conceitos dinâmicos.

E é aqui que reside uma das maiores fragilidades da nossa matriz de desenvolvimento: a falta de planeamento e a visão estratégica, muitas vezes, sucumbiram ao imediatismo eleitoral, ao que se esperava ouvir, e não ao que se deveria dizer, ao que se fez por facilitismo e não ao que se devia ter feito.

Poder-se-á pensar que são erros da democracia, de quem depende de eleições. Não creio que seja um erro da democracia. Numa sociedade esclarecida, a visão estratégica deve estar acima da estratégia da visão.

É por isso que causa perplexidade que a geração que tomou os destinos do país nas últimas décadas, hoje, seja a que primeiro se manifesta, como se fosse a guardiã de abril, quando não foi capaz de ter seguido políticas sólidas que nos tivessem conduzido, com responsabilidade, para níveis de crescimento que nos dessem outro grau de liberdade.

Algum grau de egoísmo fez com que se tomassem decisões, com o intuito de satisfazer os seus interesses imediatos, sem que se tivessem preocupado com o amanhã, nem com os seus filhos, ou com os seus netos.

Apoiarem-se num estado social que não pode depender dos impostos de quem já não terá as mesmas oportunidades e apoios daqueles que hoje beneficiam do mesmo.

Olharam para si, como se o país tivesse expressivos níveis de crescimento - que nunca se vislumbraram, como se o Estado pudesse viver sempre à custa de empréstimos - que os vindouros pagariam, como se o futuro não fosse um problema - porque quem viesse que o resolvesse.

Não pode ser este o nosso modelo de sociedade.

Numa visão intergeracional, o Estado é todos...e onde todos devem ter os mesmos direitos.

Este é o abril que ainda falta despertar!

É esta mudança que importa construir, num caminho difícil, mas imprescindível para se desenvolver um país mais equilibrado, socialmente mais justo e sustentável.

É inquestionável que para haver igualdade, e conseqüentemente liberdade e justiça, importa que as oportunidades sejam efetivamente iguais, que o mérito, a competência e a capacidade sejam os valores reconhecidos na sociedade.

A educação, uma das mais importantes vitórias de abril, deverá impulsionar a capacidade de pensar, fortalecendo o pensamento livre, estimulando a aptidão de agir e de idealizar.

Mas também deve desenvolver a capacidade reflexiva, o sentido de justiça, a auto ajuda e a solidariedade, reforçando a cidadania, que se requer mais interventiva e menos reativa.

A democracia, de cujo pilar fazem parte os partidos políticos, é um bem que deveremos saber valorizar e revitalizar.

Cleud
R
S

Sem a participação esclarecida e verdadeira e sem o envolvimento na discussão da causa pública e do bem comum, poderão alguns ser mais fortes, mais ricos, mas o país seria sempre mais pobre, porque mais injusto.

Por isso, em cada um de nós, está a responsabilidade de viver o sonho que se procura tornar próximo - conquistar o abril dos nossos dias.

Para que sempre possamos dizer que vivemos, e continuamos a construir, a democracia.

anexo 13
Cleu
R
S

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Membros da Assembleia

Após a última Assembleia Municipal, no dia 28 de fevereiro, realizaram-se diversas reuniões, das quais se salientam as seguintes:

- Reunião com o senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr Manuel Teixeira, onde analisou a Rede de Cuidados Primários, bem como a continuada integração do Hospital Cândido Figueiredo na estratégia do Centro Hospitalar Tondela-Viseu;
- Reunião com o Coordenador da Unidade Cuidados de Saúde na População – Tomaz Ribeiro, para análise do funcionamento da rede de cuidados primários;
- Reunião com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro – análise dos impactos nas levadas e represas de linhas de água na freguesia de Santiago de Besteiros
- Reunião com o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional – Dr. Castro Almeida , Plano Estratégico do Portugal 14-20
- Participação na divulgação do Projeto de empreendedorismo na escola Secundária de Tondela, dinamizado pela CIM Viseu Dão Lafões.
- Seminário “CARAMULO, PENSAR O PRESENTE, PLANEAR O FUTURO”, com a presença do Sr. secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural
- Reunião com técnicos do ICNF no domínio da implementação das alterações introduzidas pelo RJAR e PROF
- Realização de reuniões com as Juntas de Freguesia da Associação da Serra do Caramulo e realização de ações de divulgação do novo Regime de Arborização, para o que se requer o envolvimento das entidades locais.

Constituição de equipa para auxiliar a instrução de pedidos de autorização de licenciamentos para arborizações e rearborizações de pequenas parcelas de terreno na área ardida no incêndio do Caramulo (parcelas com cerca de ha):



Foram realizados dos 7 contatos com a equipa dos quais resultaram 5 processos efetivos, que já estão elaborados e foram entregues aos proponentes para assinatura.

- Reunião no Caramulo com o grupo de trabalho de deputados da Assembleia da República, especialmente criado para acompanhar a problemática dos fogos florestais, onde participaram alguns municípios da região.

- Abertura da Festa Feira do Livro

- Presença na BTL para apresentação e promoção da Queima do Judas, Caramulo Motorfestival e FICTON

- Receção aos Participantes do Projeto Comenius

- Reunião com a SONAE, no âmbito das instalações comerciais que se localizarão na cidade de Tondela

- Entrega de Diplomas no quadro do Gabinete de apoio ao Agricultor/Confagri

- Presença no Rotary Club de Tondela

- PLANO DE VALORIZAÇÃO DA SERRA DO CARAMULO

Realização da ação de plantação no dia 22 de março: 10430 árvores/1000participantes; Patrocinadores: Movimento Cívico do Caramulo : 5040 árvores; Paulosauto: 1100; Nutrofertil: 3890; Município de Tondela:400

- Presença na abertura das Jornadas do Grupo Parlamentar do PSD

- Presença nas reuniões do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões

- Presença nas reuniões do Conselho de Administração da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

- Presença na Assembleia Geral da Ecobeirão

- Apresentação dos Jogos Desportivos do Concelho de Tondela

- Presença no Concerto solidário - Centro Social do Tourigo

- Receção aos representantes do Movimento de Utentes das Águas do Planalto;
- Abertura da época termal das Termas de Sangemil
- Reunião com equipa/projeto de constituição de ZIF's
- Receção seleção rugby feminina sub18
- Presença na Conferencia " Portugal: rumo ao crescimento e emprego", promovida pela União Europeia, na Fundação Calouste Gulbenkian
- Reunião com o Movimento Associativo e Junta de Freguesia da Lajeosa do Dão, para análise do programa "A Vila em Festa"
- Reunião na DGest – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares para análise da rede do 1º CEB e JI nas escolas ou jardins com baixa frequência de alunos
- Reunião com o Sr Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações;
- Reunião com o Instituto de Segurança Social – Serviços de Viseu e IPSS Recreio do Caramulo
- Reunião com as duas associações humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho de Tondela
- Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, onde foi analisado e aprovado o Plano Operacional Municipal – POM
- Reunião com o Instituto de Segurança Social de Viseu para análise da implementação do CLDS+ (Contrato Local de Desenvolvimento Social), e posterior reunião do Conselho Local de Ação Social de Tondela para aprovação do Plano de Atividades.

Este programa é promovido pelo município e que tem como entidade gestora a Santa Casa de Misericórdia de Tondela;

- Reunião com responsáveis dos bancos Millennium BCP, Montepio e Bes, esta última no âmbito da AMRPB;
- Reunião com responsáveis de diversas empresas, nomeadamente Scoprolumba, Deloitte Portugal, Dahman, Localvisão, Cidade Pontual, José da Costa e Filhos; João Cabral e Filhos;



- Reunião com Presidentes de Juntas de Freguesia, Uniões de Freguesia e Associações no âmbito da execução das candidaturas do programa PRODER;
- Reunião com responsáveis do Clube Desportivo de Tondela;
- Reunião com a Senhora Diretora do Centro de Emprego de Tondela;
- Reunião com os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (S. Miguel do Outeiro e Sabugosa; Tondela e Nandufe; Barreiro de Besteiros e Tourigo; Campo de Besteiros)
- Reunião com elementos das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia no âmbito dos Acordos de Execução (2 reuniões);
- Reunião com representantes do Movimento Cívico do Tourigo e Pousadas;
- Reunião com responsáveis da Associação Vale do Dão e Presidente da Junta de Ferreirós do Dão;
- Reunião com responsáveis da ARCA/Alvarim;
- Reunião com funcionários das Termas de Sangemil;
- Reunião com a Direção do Sindicato dos Enfermeiros da Beira Alta;

ando 14

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exma Mesa

Exmos Membros da Assembleia Municipal

Minhas senhoras e meus senhores

Esta minha curta intervenção está inserida no contexto das actividades que a Câmara Municipal tem levado a efeito nos últimos tempos e relativa ao trabalho meritório efectuado pelas brigadas municipais na freguesia de Lajeosa do Dão, mais propriamente, na estrada do Areeiro ao limite do concelho em Sangemil e na estrada Lajeosa – Lobão da Beira.

Trabalhos de limpeza e preservação, com manutenção e reparação, que incluíram limpeza de bermas, com corte de vegetação e remoção de terras, desobstrução de aquedutos, reparação de caixas de visita, limpeza e beneficiação dos troços abandonados da antiga estrada.

Há pequenas realizações que têm o valor de uma grande obra, pois para além do aumento da longevidade das infraestruturas, aumentam a segurança dos utilizadores e as pessoas reconhecem o esforço, porque sabem que o futuro está a ser acautelado, evitando-se possíveis gastos desnecessários e nós, às vezes, esquecemo-nos de elogiar e valorizar trabalhos do género, com tamanha importância.

Sr. Presidente da Câmara,

Fica aqui o meu reconhecimento e, julgo que, de todos os utilizadores das referidas vias. Obrigado pela iniciativa.

Tondela, 28-04-2014

O Membro da Assembleia,

(António de Figueiredo Pereira)

am 0015



ACTIVIDADES DA CÂMARA

NO INICIO DA MINHA INTERVENÇÃO COMEÇARIA COM UMA PALAVRA DE RECONHECIMENTO A TODOS OS VOLUNTÁRIOS (ASSOCIAÇÕES, ESCOLAS, ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS E PESSOAS SINGULARES), QUE DE UMA FORMA SOLIDÁRIA E AMIGA ESTIVERAM E CONTINUARÃO A ESTAR PRESENTES NA REFLORESTAÇÃO DA SERRA DO CARAMULO. O SEU CONTRIBUTO E O SEU ESPIRITO DE VOLUNTARIADO, MESMO COM CONDIÇÕES METEREOLÓGICAS ADVERSAS, VEIO DEMONSTRAR QUE AS NOSSAS POPULAÇÕES GOSTAM E AMAM A SERRA DO CARAMULO.

UMA PALAVRA DE RECONHECIMENTO TAMBÉM À CAMARA MUNICIPAL DE TONDELA, PELAS CANDIDATURAS AO PRODER, NO SENTIDO DE COLABORAR EM PROGRAMAS DE APOIO À REFLORESTAÇÃO NO CARAMULO, PROGRAMA ESTE QUE JÁ TEVE INICIO EM ALGUMAS FREGUESIAS DA SERRA.

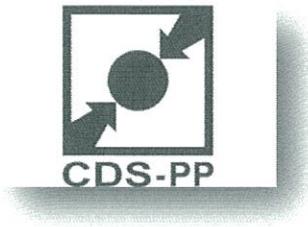
UMA PALAVRA TAMBÉM DE SATISFAÇÃO PELO FACTO DE FINALMENTE HAVER LUZ VERDE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CASA MORTUÁRIA NA NOSSA CIDADE. MUITO EMBORA NÃO ESTEJA MUITO INTERESSADO EM UTILIZÁ-LA EM MEU PROVEITO PARA JÁ, É UMA OBRA QUA FAZ BASTANTE FALTA A TONDELA, QUE TEM DE UTILIZAR PARA OS SEUS MORTOS A CAPELA DE SANTA EUFÉMIA OU A SUA PRÓPRIA RESIDÊNCIA.

PARA TERMINAR A MINHA INTERVENÇÃO, QUERIA FAZER UMA CHAMADA DE ATENÇÃO À NOSSA CÂMARA PARA O ESTADO DE DEGRADAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAM ALGUNS SANATÓRIOS NO CARAMULO, QUE AMEAÇAM RUINA, E QUE DESTOAM COM

Cleury
SR

A BELEZA IMPAR DA NOSSA SERRA. SERÁ QUE NO NOVO QUADRO COMUNITÁRIO, NÃO HAVERÁ NENHUMA RUBRICA, QUE CONTEMPLE A REQUALIFICAÇÃO DE EDIFICOS ANTIGOS NAS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRAM OS SANATÓRIOS DA SERRA DO CARAMULO?

Abílio Rodrigues dos Santos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 28 de abril de 2014

A estratégia de um território para competir com os territórios vizinhos e assim criar valor e riqueza, implica a valorização dos seus recursos e o aproveitamento de todas as oportunidades que possam ser conseguidas do exterior. Está nos livros de competitividade e de economia.

A RUCI (Rede Urbana para a Competitividade e Inovação) foi apresentada ao longo dos últimos 3 anos como a estratégia diferenciadora do nosso território. Inscrita pela primeira vez nas Grandes Opções do Plano da CMT de 2011, viu nas GOP's do ano seguinte a sua concretização mais definida, com 80% de financiamento comunitário. Total: 1.011.700 euros. Nas GOP's de 2014 lá voltou a constar a RUCI.

Depois de voltar a colocar a questão na última assembleia, a resposta do presidente foi: **Nunca houve nada assinado, foram apenas intenções de candidatura ou uma candidatura de enquadramento.** Por isso, a RUCI não se irá concretizar. Nada de mais falso. Houve assinatura de um contrato formal com a CCDR Centro no final de 2010, conjuntamente com outros parceiros, dos quais seis municípios da CIM Dão Lafões. E sabem quem é que assinou esse contrato em representação da CMT com a CCDR Centro? O então vice-presidente Dr. José António, visto o Dr. Carlos Marta estar como presidente da CIM Dão Lafões e não o dever fazer enquanto tal. Como explicar este lapso de memória? Ou intencionalmente faltou à verdade a esta assembleia?

Vou lembrar o sr. Presidente Dr. José António o que dizia o então presidente Dr. Carlos Marta acerca deste projecto em 2 de junho de 2011 em entrevista ao Diário de Viseu. À pergunta do jornalista: **Qual o grande projecto, "a menina dos olhos", da CIM?**, o então presidente da CIM e da Câmara de Tondela respondeu: **A RUCI. É uma nova responsabilidade do que deve ser o futuro da gestão autárquica. Os municípios estão a acabar as obras estruturais – acessibilidades, etc- agora há que pensar uma nova estratégia autárquica no território. A RUCI é já um novo**

caminho. Destaco este como o grande projeto, um excelente instrumento e uma excelente estratégia. Fim de citação exata.

Três outros concelhos implementaram os seus projectos da RUCI, tendo perdido esta oportunidade os concelhos de Santa Comba Dão, Nelas e Tondela. Pasmem-se, Tondela. Tondela que sempre andou na linha da frente, agora opta por ficar no último pelotão, deixando Viseu, Mangualde e São Pedro do Sul avançarem sozinhos com este projecto que representam as políticas de “futuro de gestão autárquica”.

Hoje parece claro que o presidente tem um plano para o concelho: andar para trás, voltar ao passado.

Por isso, disse na minha intervenção anterior que lhe faltava visão, ambição e competência. Acrescento falta de visão moderna do mundo e do que se passa à sua volta neste contexto global e de competitividade dos territórios. Consigo estamos conversados sobre a sua orientação para o concelho. Vamos voltar em força para a agricultura de subsistência! Venha a enxertia, a poda e as sementeiras. Vamos todos para o campo.

Sr. Presidente, caras e caros deputados:

A moção que o CDS/PP apresentou nesta assembleia sobre a conclusão da A24 Viseu/Tondela/Coimbra foi uma reivindicação com décadas, e nos moldes que, quer o PSD quer o CDS/PP no distrito sempre defenderam.

O CDS/PP apresentou uma moção a esta assembleia que é em tudo semelhante ao que foi proposto pelo seu colega Vice-presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas no dia 4 de fevereiro de 2014 na CIMVDL. Cito o que foi dito pelo Vice-presidente de Viseu na sua moção: **“De igual modo se saúda o exercício do Grupo de Trabalhos e sobretudo algumas opções, como a de fechar ligações inacabadas, como é o caso da ligação Viseu-Coimbra por rodovia. Este é um investimento essencial à conectividade da região, à competitividade económica e à coesão nacional. A sua prioridade é absoluta e peca apenas por muito tardia.”** Fim de citação como consta da ata. Será que o Dr. José António se virou para o Dr. Joaquim Seixas e lhe disse: **“Porque é que as mesmas pessoas não defendem um aeroporto? A ilusão e a loucura dá para tudo o que se queira fazer.”** Pois foi isso que me disse nesta assembleia, mas não teve a mesma atitude com o Dr. Seixas. Disse que se devia “ponderar”. Está tudo dito e esclarecido. A câmara de Viseu tem mantido a luta por esta via estruturante. Tondela, que muito teria a ganhar com esta via, não a quer. Acha que se deve ponderar. Por quantos anos? Quando ninguém morar nos nossos territórios é que os vamos tornar competitivos? **Que diferença em relação à anterior liderança desta câmara!**

E sobre a memória da Dr^a Cristiana, tenho algumas considerações a fazer. Basta ler as atas da Assembleia Intermunicipal da CIM e ver como votou o PSD nas moções

apresentadas pelo PS e pelo CDS/PP sobre a A24 e a ferrovia, para perceber como votou. Mas eu ajudo, porque pode não se lembrar. Votou favoravelmente a moção do PS a exigir a ligação por auto-estrada entre Viseu e Coimbra e a Ferrovia Aveiro-Viseu-Vilar Formoso, as quais foram aprovadas por unanimidade. Não sei se a senhora deputada estava ausente nesse momento. Mas, tal como eu aqui havia dito, o PSD não votou contra a moção apresentada pelo CDS/PP sobre a mesmo tema: a maioria dos elementos do PSD abstiveram-se, tendo inclusive alguns votado favoravelmente. A confusão a que a Sr^a deputada se refere teve a ver com a inclusão do Aeródromo Municipal de Viseu. Apenas e só. Um cumprimento ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Eng^o Carlos Cunha, porque se manteve coerente e não disse o que a senhora deputada Dr^a Cristiana aqui disse.

Que fique claro para esta assembleia. O PSD, de todos os concelhos da nossa região, defendeu a construção da auto-estrada Viseu-Coimbra na assembleia intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões. Só o PSD de Tondela, aqui nesta assembleia, defende mais uns estudos e umas ponderações. Já andamos nesta conversa há tempo de mais, tal como tem dito repetidamente a câmara de Viseu.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP



ANO

17
Cláudio
R

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 28 de abril de 2014

MOÇÃO

Os tempos que vivemos em Portugal exigem de todos os agentes políticos uma atenção particular às condições de vida das suas populações. Nestes tempos difíceis, muitas famílias e empresas vivem o seu dia-a-dia na amargura permanente de contar os poucos euros de que dispõem para honrar os seus compromissos.

Os encargos mensais dos municípios do nosso concelho com o fornecimento de água, resíduos e saneamento são os mais elevados de toda a nossa região e uns dos mais altos do país, demonstrado claramente nas últimas assembleias, e reforçado recentemente no estudo apresentado pela DECO.

Em todas as freguesias do nosso concelho, são frequentes as queixas dos seus fregueses aos senhores presidentes de junta relativas a estes encargos exagerados da água, saneamento e resíduos. Todos sabemos disso, e sabemos que cada um de vós, individualmente, pouco ou nada pode fazer para alterar a situação.

Tem sido dito que não é possível reduzir o preço extremamente alto do fornecimento de água, e que é pago à empresa Águas do Planalto. Que isso teria consequências devastadoras nas contas dos municípios.

No entanto, há algo que podemos desde já fazer para **desonerar** as famílias e as empresas de todo o nosso concelho: suspender a aplicação da sobretaxa do artigo 21, a qual é paga à Associação de Municípios do Planalto Beirão.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS/PP vem propor a esta assembleia que vote favoravelmente a suspensão da aplicação da denominada “Sobretaxa do artigo 21”, com a conseqüente redução dos encargos mensais suportados pelas pessoas, famílias e empresas de todo o nosso concelho.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP



anexo. 18
C. Manuel
Pa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 28 de abril de 2014

Requerimento

António Manuel Dinis Ribeiro Marques, membro da Assembleia Municipal de Tondela, vem requerer, de acordo com o estabelecido na lei 75/2013 de 12 de setembro e ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal, que lhe sejam prestadas as seguintes informações relativas à TONDELVIVA, entidade da qual o município faz parte:

- 1 – Quando cessou a atividade da Tondelviva, visto o sr. Presidente da Câmara ter indicado que ao abrigo da lei 50/2012 de 31 de agosto a Tondelviva teria de cessar a sua atividade?
- 2 – Quem fazia parte dos órgãos sociais da Tondelviva?
- 3 – Que obras, trabalhos e empreitadas foram pagas pela Tondelviva desde a sua constituição?
- 4 – Quais foram as empresas que realizaram essas obras e empreitadas?
- 5 – Quais os montantes pagos pela Tondelviva por cada uma dessas obras?
- 6 – Quais as datas de início e de conclusão desses trabalhos?
- 7 – Quais os montantes finais das rendas a pagar pelo município aos financiadores bancários?
- 8 – Qual (ou quais) a(s) entidade(s) bancária(s) com quem a Tondelviva tem assinado contratos de financiamento?
- 9 – Quais as taxas de juro e os prazos de pagamento das rendas (última renda)?
- 10 – Quantos e quais foram os funcionários que estiveram ao serviço da Tondelviva nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013?

11 – Quantas viaturas estavam ao serviço da Tondelviva nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013?

12 – Quais os montantes gastos em publicidade nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013?

13 – Quais os montantes gastos em patrocínios e apoios a entidades em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013?

14 – Quais foram as entidades apoiadas nesse período?

15 – Quais os montantes pagos aos órgãos sociais da Tondelviva, através de ajudas de custo, senhas de presença, recibos verdes ou outros tipos de pagamento e apoio financeiro ao longo dos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013?

16 – Os funcionários que foram abrangidos pelo processo de despedimento colectivo continuam a colaborar de alguma forma com a autarquia?

É o que me cumpre requerer de momento.



O membro da Assembleia Municipal de Tondela





anexo 9

Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 28 de abril de 2014

Requerimento

António Manuel Dinis Ribeiro Marques, membro da Assembleia Municipal de Tondela, vem requerer, de acordo com o estabelecido na lei 75/2013 de 12 de setembro e ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal, que lhe sejam prestadas as seguintes informações relativas à relação entre o município de Tondela e a Associação de Municípios do Planalto Beirão (AMPB), entidade da qual o município faz parte, bem como de algumas questões relativas à empresa Águas do Planalto:

1 – Quais os montantes transferidos do município para a AMPB nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013?

2 – Esses valores referem-se exclusivamente à recolha e tratamento de lixo?

3 – Quantas toneladas de resíduos sólidos urbanos foram entregues no aterro sanitário e cobradas pela AMPB nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013?

4 – Quantas toneladas de lixo separado (vidro, papel e embalagens) foram recolhidas pela Sociedade Ponto Verde e quais os valores entregues ao município por essa separação?

5 – Quais os valores de recolha e tratamento de lixo, por tonelada, que a entidade vencedora do concurso cobra à AMPB?

6 - Quais os valores transferidos da empresa Águas do Planalto para o município de Tondela relativos à cobrança da Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos aos municípios nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013?

7 – Quais os valores transferidos da empresa Águas do Planalto para o município de Tondela relativos à cobrança do Saneamento aos municípios nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013?

É o que me cumpre requerer de momento.

O membro da Assembleia Municipal de Tondela

Handwritten signature in black ink.

Cláudio
Or
8

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os membros ~~da~~ desta Assembleia eleitos na lista do PSD votam contra a Moção apresentada pelo CDS referente à sobretaxa cobrada para financiamentos dos encargos devidos pelos municípios integrantes do sistema de distribuição de águas concessionado à empresa Águas do Planalto com os seguintes fundamentos:

- 1º - Os encargos municipais devem ser honrados
- 2º - Sendo honrados, serão sempre pagos pelos municípios
- 3º - O município de Tondela deve cuidar e está a tratar de garantir aos municípios com baixos rendimentos o acesso ao bem essencial que é a água.
- 4º - Este custo é mais uma consequência nefasta do Governo Socialista que impediu os municípios de subcreverem empréstimos para estes encargos, para beneficiarem os promotores das Parcerias Público-Privadas. O empréstimo custaria muito menos a todos nós.

5º - *
Tondela, 28 de Abril de 2014 - Assembleia Municipal

* face à concessão feita às Águas do Planalto, pela Associação dos Municípios integrantes, cai fora do âmbito das competências desta Assembleia apresentar iniciativas que interfiram no âmbito da concessão negociada.

anexo 28



Reitero os cumprimentos já efetuados anteriormente...

Uma breve referência à Conta de Gerência relativa ao ano civil e financeiro de 2013.

Ao invés da situação nacional, o Município de Tondela tem a sua situação financeira consolidada, não necessitando de um programa de assistência que, para as autarquias, tem a designação de PAEL.

Com o país num contexto macroeconómico negativo, com consequências diretas na economia do território e na gestão autárquica, acrescido de um conjunto de alterações legais que impõem um novo paradigma local, a Câmara Municipal de Tondela, provou estar à altura dos novos desafios, resultados esses espelhados na Prestação de Contas a que todos os srs. Deputados tiveram acesso.

O rigor, a transparência, a objetividade fez com que o grau de execução do orçamento rondasse cerca de 80%, levando-nos a concluir que se tratou de um documento sério e ajustado à realidade, não se padecendo com previsões empoladas e inexecutáveis.

Recordo ainda que o **saldo da conta de gerência se fixou nos 1,9 milhões de euros** e que, sinónimo de sustentabilidade, **o endividamento do Município baixou em 3,8 milhões de euros.**

Resta –me regozijar-me com estes resultados, pois esta retidão ao nível da gestão é o garante da solidariedade e justiça e intergeracional.

É a certeza que os desperdícios são minorizados ao invés daquela que é a sua missão:

- o bem estar das nossas populações.

Esta demonstração de resultados significa que o município não descurará o dinamismo permanente, encetando esforços no desenvolvimento harmonioso do território, sem nunca se alhear no entanto da sustentabilidade das finanças locais.

Vera Machado



20140922
C. Alves
R
S

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 28 de abril de 2014

Relativamente a este ponto da Revisão do Orçamento, coloco a seguinte questão: O valor apresentado, quase meio milhão de euros, diz respeito apenas à construção de dois novos campos relvados no concelho? Num período de 3/4 anos, o nosso concelho vai passar de dois campos relvados (um natural e um sintético) para 2 relvados naturais e 2/3 sintéticos!

Como responsável durante 8 anos do pelouro do desporto no concelho, e com aquilo que conheço sobre este assunto, considero esta opção um desastre para o nosso concelho e não a validaria se tivesse essa responsabilidade.

Sempre defendi o apoio ao CDT. Mesmo quando tivemos de reduzir o apoio ao movimento associativo, considerei injusto e desapropriado o CDT ser tratado da mesma forma que os outros clubes quando subiu de divisão. Defendi essa posição, diferente dos meus colegas, mas fui solidário com a decisão que conjuntamente a câmara então tomou.

O compromisso que havia entre a CMT e o CDT seria a construção de um relvado natural como campo de treino, sendo a discussão apenas entre o local: Nandufe ou Tonda. Esta nova situação agora proposta irá trazer encargos futuros muito elevados para o município, e estarei muito atento à forma como alguns dos membros do PSD nesta assembleia irão votar. Lembro-me bem do que me diziam há um ano atrás!

E os outros campos sintéticos de futebol de 5 que estariam na calha para serem intervencionados? Quando tal irá suceder? Será ainda no presente ano?

Uma nota final acerca das declarações do sr. Presidente da Câmara sobre o futuro sustentável para as termas. **Assume aqui perante a Assembleia Municipal que irá ser construído um novo balneário termal, com a inclusão destes investimentos em fundos comunitários, e se sim, quando estará concluído? Ainda neste mandato, ou irá ponderar e pedir estudos neste mandato?**

Desperdiçam mais de um milhão de euros para renovar os equipamentos do balneário, renovar o exterior do edifício termal e uma melhoria no segundo piso

para adaptação a actividades de fisioterapia e recuperação física, com contratos de financiamento assinados, para em troca construírem um novo balneário de 4 milhões de euros. **Se assim for, aplausos.** Se assim não for, cá estarei para vos pedir responsabilidades para mais esta machadada no desenvolvimento do concelho e em particular da freguesia da Lajeosa.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Cleit', with a stylized 'R' and other marks below it.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Tondela, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Acordos de Execução

AUTONOMIA DO PODER LOCAL

Como julgo ser do conhecimento de vossas Exas. a Lei n.º 75/2013 veio instituir o regime jurídico das autarquias locais, do associativismo autárquico, o estatuto das entidades intermunicipais e a transferência e delegação de competências, delegação esta, materializada através dos contratos interadministrativos ou acordos de execução.

E assim das novidades legislativas que neste contexto identificamos como sejam o elenco não taxativo das atribuições das freguesias (art.º 7.º), as novas competências da Assembleia de Freguesia (alíneas h) i) e r) do n.º 1 do art.º 9.º), o acréscimo de competências próprias da Junta de Freguesia (art.º 16.º) resulta ainda a previsão da figura da transferência de competências do Estado para as autarquias locais (e entidades intermunicipais) (art.º 114.º).

Ora, esta delegação de competências ~~como já foi referido~~ efetiva-se através do contrato interadministrativo e a concretização desta delegação legal através da figura do acordo de execução (artº 133º)

Os objetivos ~~evidentes~~ são, assim:

- Promoção da coesão territorial
- Reforço da solidariedade inter-regional
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados
- Racionalização dos recursos

A efetivação dos objetivos é feita através dos ACORDOS DE EXECUÇÃO que visam grosso modo:

- Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos;
- Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;

- Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos anteriormente.

Chamo a atenção que se trata de uma delegação *ope legis* – que decorre da lei – devendo os municípios e freguesias, no prazo legal, levar a efeito os aludidos Acordos de Execução (artº 133º da Lei nº 75/2013).

Aqui chegados e feito este pequeno enquadramento legal os acordos de execução derivam não só deste imperativo legal mas também foram elaborados na certeza e forte convicção de que a proximidade do poder local às comunidades continua a constituir uma mais-valia no acompanhamento e na satisfação das suas necessidades e que permitiu, ao longo dos anos, reforçar a relação entre órgãos autárquicos, elevar a sua experiência e avaliar mais objetivamente as áreas de intervenção que beneficiam desta política de descentralização em cada território. Estes acordos têm como objetivos a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, sendo concretizados em

todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, dos municípios e das entidades intermunicipais, no respeito pela intangibilidade das atribuições de ambas as autarquias.

Os montantes globais a transferir para as Juntas de Freguesia, em 2014, ao abrigo dos Acordos de Execução, que ascendem a (...) 46.931,0 euros possibilitam, assim, às Juntas de Freguesia, dar resposta a um conjunto de intervenções necessárias, de acordo com o estabelecido nos referidos documentos.

Fruto de um conjunto de reuniões de preparação e discussão entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal foram desenvolvidos estes acordos para uma base mais alargada de delegação de competências atendendo, necessariamente, a critérios de caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as freguesias, bem como aos princípios da igualdade, da não-discriminação entre freguesias e da necessidade e suficiência dos recursos.

aviso 24
Azeite
8

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa,
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Exmos. Srs. Deputados(as) da Assembleia Municipal, caros colegas,
Comunicação Social,
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

“ACORDOS DE EXECUÇÃO”

A proximidade do poder local às comunidades, continua a constituir uma mais-valia no acompanhamento e na satisfação das suas necessidades e que permitiu, ao longo dos anos, reforçar a relação entre órgãos autárquicos, elevar a sua experiência e avaliar mais objetivamente as áreas de intervenção que beneficiam desta política de descentralização em cada território.

Neste sentido e consequência da entrada em vigor da Lei 75/1013, de 12 de setembro, a qual, entre outros, estabelece o regime jurídico das autarquias locais bem como o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, foi entendimento (e bem, refira-se) do município com as freguesias proceder-se a acordos de execução, previstos no artigo 133º, que permitam às freguesias ter meios capazes de responder à delegação legal das competências das câmaras municipais, os quais se encontram enunciados no artigo 132º da referida lei.



Em duas reuniões conjuntas da câmara municipal de Tondela com as juntas de freguesia, foi possível chegar a um entendimento, do qual surgiu a presente minuta de acordo de execução que está hoje aqui para discussão e votação. Penso tratar-se de um instrumento que irá permitir às juntas de freguesia encontrar meios para dar cumprimento às competências que lhes são agora delegadas por lei, sem que para isso tenham visto aumentado o seu FFF - Fundo de Financiamento das Freguesias, bem pelo contrário.

Não quero deixar de referir aqui a sensibilidade demonstrada por parte da Câmara Municipal de Tondela para este assunto, bem como a imparcialidade e mensurabilidade da forma como foi feita a distribuição das verbas pelas Freguesias. Obviamente, o valor nunca é demais para as necessidades com que nos debatemos diariamente na satisfação das necessidades dos nossos “fregueses”, mas comprometemo-nos a dar bom uso dos meios que dispomos, na persecução do interesse público.

Bem-haja!

António Augusto Ferreira

Presidente da Junta de Freguesia do Guardão

anexo 25
Cláudio
30

MOVIMENTO CIVICO DO TOURIGO E POUSADAS

Senhor Presidente

1-Eu sou Jorge Ferreira o Porta Voz deste Grupo que encabeça o MOVIMENTO CIVICO DO TOURIGO E POUSADAS e das 200 pessoas que se dignaram inscrever o seu nome na Lista de Abaixo Assinado que juntamos. O motivo pelo qual pedimos ao Senhor Presidente nos conceder esta Reunião foi para podermos informá-lo, mesmo se pensamos que o Senhor Presidente já está informado, daquilo que se passou na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Barreiro de Besteiros e Tourigo no dia 19/02/2014, referente á Eleição de um membro para preencher a vaga deixada pela demissão do Senhor Amadeu da Costa Ventura.,

2-Sendo Senhor Presidente garante de tudo aquilo que está escrito e explicito no Documento do PSD, ACORDO DE CONSTITUIÇÃO DE LISTA PRÉ-ELEITORAL DA CAMPANHA PARA AS ELEIÇÕES DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARREIRO DE BESTEIRO E TOURIGO, (anexo 1) gostaríamos de saber qual vai ser a atitude de Senhor Presidente, quanto aos factos que, como dissemos, pensamos que esteja ao corrente. Pode no entanto, se inteirar lendo o documento em (anexo 2)..

3-O Documento do PSD “ACORDO DE CONSTITUIÇÃO DE LISTA PRÉ-ELEITORAL DA CAMPANHA PARA AS ELEIÇÕES DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARREIRO DE BESTEIRO E TOURIGO, em (anexo 1), foi elaborado pelo Senhor Presidente e pela Comissão Política do PSD de Tondela nas pessoas de Eng^a. Carla, Dr. Miguel Rodrigues, Sr. Pedro Adão e Sr., José Carlos Coimbra com a colaboração do Sr. Amadeu Ventura e o Sr. José Hélder após várias Reuniões em que foram discutidos todos os pormenores e ao qual todas essas pessoas deram o seu aval. Esse ACORDO está avalisado pela assinatura das 12 Pessoas da Lista.

4-Esperamos que tanto o Senhor Presidente, a Comissão Política do PSD constituída pelas pessoa acima citadas, assim como o Senhores Presidentes da Assembleia e Junta de Freguesia da UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARREIRO DE BESTEIRO E TOURIGO reconsiderem os factos e que se dê uma saída para este imbróglio, para que a Eleição se faça dentro das” regras legais e democráticas”, para que nós e a Lei sejamos respeitados como devemos e merecemos. Acreditamos Que o Senhor Presidente vai tomar as decisões apropriadas a esta situação, cumprindo o estabelecido e acordado por todos os intervenientes e signatários do acordo. Caso não seja cumprido o acordo inicialmente elaborado pelos intervenientes e signatários, seremos forçados a tomar outras iniciativas no sentido de defender os direitos dos cidadãos eleitores de Tourigo e Pousadas..

TOURIGO, 07/04/2014



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Cláudio' and other illegible initials.

Acordo de Constituição de Lista

Candidatura do Partido Social Democrata – AUTÁRQUICAS 2013 Assembleia da União das Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo

Considerando que por força da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, o quadro das eleições autárquicas de 2013 tem de observar a agregação de freguesias consequente à reorganização administrativa do território das freguesias;

Considerando que discordámos da agregação de freguesias, por não corresponder a uma objetiva poupança de recursos, tendo sido bem claras todas as diligências processuais e extra processuais efetuadas, que promovemos no sentido de manifestar a nossa opinião contrária, apesar de tudo, importa acautelar que deste processo não resulte uma redução da presença e proximidade dos eleitos locais, nem dos serviços e recursos ao dispor para os cidadãos;

Considerando a matriz de identidade histórica e cultural das nossas freguesias, a força do seu movimento associativo e a sua capacidade empreendedora;

Considerando que é missão dos candidatos a autarcas imprimir uma ação que valorize o sentido de missão e de solidariedade, onde se vivencie a cooperação e onde frutifique uma prática geradora de princípios de equidade, que potencie a qualidade de vida dos nossos concidadãos, numa lógica assente na partilha e no fortalecimento da capacidade construtiva;

Considerando que, na observação da responsabilidade institucional, o candidato a **Presidente da Câmara Municipal de Tondela, José António Jesus**, será um garante do cumprimento dos objetivos programáticos referidos no presente documento;

Os cidadãos abaixo assinados,

ACORDAM

1. Constituir uma lista candidata à União das Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo.
2. A referida lista, encabeçada pelo cidadão José Hélder Viegas Alves, e no quadro do presente acordo, é ordenada e composta na observação da indicação dos elementos de cada uma das suas freguesias atuais, no respeito pela proporcionalidade consequente ao método de hont.
3. Por força do presente Acordo, sendo a lista vencedora:
 - a) O cabeça de lista será proveniente da atual freguesia de Barreiro de Besteiros;
 - b) Um dos Vice-Presidentes, a eleger, para a Junta da União de Freguesias, será a pessoa que integra a presente lista em segundo lugar, proveniente da atual freguesia de Tourigo, sendo o outro a eleger de entre os representantes da atual freguesia do Barreiro de Besteiros;
 - c) Os membros que venham a integrar a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias, acordam eleger para Presidente da Assembleia de Freguesia o membro proveniente da atual Freguesia do Tourigo, que ocupa o 5º lugar na presente lista;
 - d) Em qualquer dos casos, se ocorrer alguma alteração ou recomposição da Junta da União das Freguesias, a mesma deverá sempre observar, na sua composição, a proporção de duas pessoas da actual Freguesia de Barreiro de Besteiros e uma pessoa da actual Freguesia do Tourigo, observando-se a especificidade de cargo executivo.
4. Os signatários que venham a ser eleitos para a Assembleia da União das Freguesias, comprometem-se, desde já, a subscrever e a votar favoravelmente a proposta que vier a ser apresentada naquele órgão, a seguir à respetiva tomada de posse, no sentido da sede da União de Freguesias ser localizada em Barreiro de Besteiros. Tal votação será nominal, não podendo ser requerido, invocando qualquer pretexto, o voto secreto para tal procedimento.
5. A futura Junta de Freguesia promoverá uma ação de proximidade que salvguarde a possibilidade de se realizar atendimento nos espaços das atuais Juntas de Freguesia.

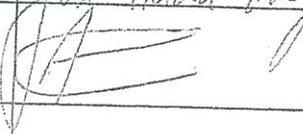
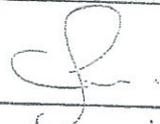
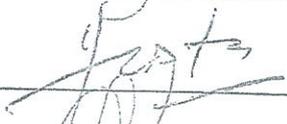
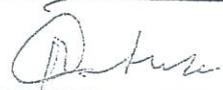
- Claval*
- deviam* a)
6. As sessões da Assembleia de Freguesia deviam poderão ocorrer de forma rotativa, ou cíclica, em edifícios adequados das atuais freguesias, segundo deliberação do respetivo órgão.
 7. As receitas próprias de cada uma das atuais Juntas de Freguesia, virão a ser aplicadas, como princípio, na área territorial de cada uma. Sendo:
 - 7.1 Receitas próprias da atual Freguesia de Barreiro de Besteiros: As provenientes da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, no quadro do protocolo estabelecido e as que resultem da venda de produtos silvícolas;
 - 7.2 Receitas próprias da atual Freguesia do Tourigo: as que resultem da venda de produtos silvícolas;
 8. Os bens e equipamentos patrimoniais de cada uma das atuais Juntas de Freguesia, sem prejuízo de poderem vir a ter uma gestão conjunta, partilhada, que salvaguarde o bom princípio da eficiência, manter-se-ão na esfera do atual território da cada uma das freguesias.
 9. As demais receitas, quer resultem de transferências do poder central ou do poder local (excluindo-se os protocolos para fins específicos), serão aplicadas observando o princípio da proporcionalidade, quer territorial quer populacional, tendo como ponto de referência os valores que hoje são geridos por ambas as autarquias.

Tendo presente os postulados aqui expressos, é constituída a lista que se anexa e que faz parte integrante do presente acordo. Os cidadãos abaixo assinados, posicionados em lugar elegível, que integram a lista de forma ordenada até ao 12º lugar, declaram por sua honra que aceitam e se comprometem a respeitar os princípios ora subscritos, assumindo de forma convicta a sua boa concretização.

Barreiro de Besteiros/Tourigo, 23 de Setembro de 2013

a) a palavra poderão não substitui pela palavra deviam (23/09/2013)

Class
Q
8.

Nome	Nº B. I. / C. C.	Assinatura
José Helder Vieira Alves	3144908	José Helder Vieira Alves
Amélio de Oliveira Vitorino	536213	
Luana Cidália Simões Silva	7754076	Luana Cidália Simões Silva
João Miguel Oliveira Gomes	12527518	
Luís Manuel de Brito de Brito		
Francisco Alexandre Vitorino	11762699	
José Carlos Ferraz	3145554	
João Henrique Est	10876143	
Márcio Santos	12831327	
Nuno Ventura	11612748	
Lurdes Aguiar	9754684	
	Marcelo de Lurdes Pereira de Almeida Aguiar	
Fernando José Fernandes	6240977	Fernando José Fernandes

PARA CONHECIMENTO DE TODOS OS TOURIGUENSES LOCAIS E ESPALHADOS PELO MUNDO

Conforme já foi publicado no devido tempo, realizou-se no dia 19/02/2014, uma Assembleia da União de Freguesias Barreiro de Besteiros e Tourigo, para eleger um novo membro, após a demissão do Senhor Amadeu da Costa Ventura, que o fez por motivos pessoais e emocionais, dos quais todos os TOURIGUENSES estão ao corrente.

Quando foi elaborado o ACORDO DE CONSTITUIÇÃO de Lista de Candidatos para as Eleições da Nova Freguesia (União de Freguesias Barreiro de Besteiros e Tourigo) pelo PSD, ficou escrito no acordo e assinado pelos 12 membros que faziam parte dessa Lista, no Parágrafo 1 alínea d) o seguinte, que passamos a transcrever:

“d) Em qualquer dos casos, se ocorrer alguma alteração ou recomposição da Junta da União de Freguesias, a mesma deverá sempre observar, na sua composição, a proporção de duas pessoas da actual Freguesia do Barreiro de Besteiros e uma pessoa da actual Freguesia do Tourigo, observando-se a especificidade de cargo executivo.”

Ora, nada disso aconteceu, esse acordo foi pura e simplesmente ignorado voluntariamente, tendo sido elaborada uma estratégia desonesta e contraditória do Acordo por parte do Presidente da Junta, com a conivência do Presidente da Assembleia, para que nenhum elemento do Tourigo que fazia parte da Lista dos 12 Elementos, fosse eleito.

Faziam parte da referida Lista do PSD 12 elementos. Desses 12 elementos, houve a demissão do Senhor Amadeu Ventura, como já foi citado. O Presidente da Junta de Freguesia pressionou 2 pessoas da sua Lista que tinham sido eleitas, para pedirem demissão do cargo, com efeito imediato e por acaso..... uma outra pessoa pediu a suspensão do cargo por 30 dias, também com efeito imediato. Assim estavam reunidas todas as condições para que a pessoa que estava no 12º lugar da Lista, que é da Corveira e não do Tourigo, entrasse para uma posição de elegível.

E foi o que realmente aconteceu, o Presidente da Junta, no seguimento das atitudes que teve ao longo de todas as Reuniões e Negociações com o Senhor Presidente da Câmara, com a Comissão Política e com os 4 elementos do Tourigo, Senhor Amadeu Ventura, Senhora Joana Costa, Senhor Nuno Ventura e Senhor Hélder Ventura, mostrando-se sempre em desacordo e com tendência para estratégias que agora verificamos se realizarem, propôs á Assembleia da Junta, para preencher o lugar vago, a referida pessoa da Corveira, dizendo que ela era uma pessoa competente e disponível ...(um elemento do Tourigo, não seria competente e não estaria disponível, por ser do Tourigo, pensamos nós !!!)... tendo espezinhado completamente o que estava escrito e explicito no ACORDO do PSD Pré-Eleitoral que assinou com os restantes membros. Feito isto, realizou-se a eleição a voto secreto, com 9 pessoas a votar e o resultado foi de 7 votos a favor da pessoa da Corveira proposta e 2 votos contra.... (e conforme fui inscrito na Ata da Assembleia..... 0 Abstenções !!!.. Porque senão 7+2 não faziam 9... teria de ser 7+2+0 para ser =9)..... Quer isto dizer que, o Nuno Ventura votou contra (ele mostrou o voto a assistência) mais uma pessoa do Tourigo que sabemos ser a Deputada do PS, Senhora Rosa Almeida, que votou contra também.

Tudo isto se desenrolou com o pleno consentimento da Assembleia de Freguesia, da qual é Presidente o Hélder Ventura do Tourigo, Vogal o Márcio Santos do Tourigo e ainda com o voto da Joana Costa também do Tourigo. O dever da Assembleia era de "VETAR" este procedimento pois era uma manobra que metia em causa toda a fiabilidade das instituições e a palavra dada e assinada no acordo. Mas não, essas pessoas foram cúmplices, houve uma certa pressão do lado do Presidente da Junta de Freguesia sobre elas, ao ponto de lhes dizer, se vocês não votarem, a Junta cai. Quanto a nós, isto é uma maneira agir puramente, humilhante, desonesta e ditatorial.

Desde quando um Presidente da Junta tem o direito de pressionar as pessoas para serem consensuais com uma manobra desajustada metendo em causa um acordo assinado por todas as partes ???... Os TOURIGUENSES, estão imensamente chocados com o que se passou e lamentam o não respeito dos acordos escritos e assinados e ainda mais porque demos o nosso voto aquelas pessoas do Tourigo para que nos representem e defendam os interesses do Tourigo e fomos traídos. Se essas pessoas tivessem o mínimo de bom senso demitir-se-iam imediatamente. O "Poder" é uma coisa tão frágil e efêmera que não vale a pena deixar cair a dignidade e trair as pessoas.....

É evidente a forma como o Presidente da Junta quer ter a sua mercê as pessoas e a pressão que exerce sobre elas. Já na eleição do Tesoureiro da Junta de Freguesia, ele não quis o Senhor Amadeu Ventura que era a pessoa indicada pois tinha sido Presidente de Junta durante 27 anos e conhecia todos os meandros de gestão e foi nomeado o José Carlos do Vale que, tem certamente imensas capacidades noutros aspetos, mas de Tesouraria e contabilidade, pedimos desculpa, mas não tem os conhecimentos nem os requisitos que pede essa função. <<<< Até parece que há qualquer coisa a esconder!!!...>>>>..

Somos orgulhosos da nossa terra e de sermos do Tourigo, defendemos os nossos direitos, somos suficientemente inteligentes para decifrar todas estas manobras que da nossa parte consideramos viciosas, impróprias e sem crédito. Esperamos também que a Câmara Municipal, na pessoa do Presidente José António Jesus e a Comissão Política Concelhia do PSD repudiem este acto pois não estarão com certeza de acordo que aquilo que elaboraram, apresentaram, fizeram aprovar e assistiram a assinatura, seja incumprido e o nosso voto usurpado. O Senhor Presidente da Câmara e a Comissão Política Concelhia do PSD serão informados do sucedido. Mesmo se pensamos que já estão ao corrente do assunto, não intervieram mesmo se no Acordo de Constituição de Lista está escrito que:

"Considerando que, na observação da responsabilidade institucional, o candidato a Presidente da Câmara Municipal de Tondela, José António Jesus, será um garante do cumprimento dos objetivos programáticos referidos no presente documento."

Esperemos que sim, que seja um garante, que faça respeitar aquilo que está escrito, faça respeitar o nosso voto e para que possamos continuar a dar-lhe a nossa confiança..

NÃO PODEMOS DEIXAR PASSAR ESTA FALTA DE RESPEITO DA PARTE DESSAS PESSOAS QUE NOS VEM PEDIR O VOTO E FAZER PROMESSAS E DEPOIS NOS TRAIREM !!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

Tourigo, 07/04/2014

Handwritten signature and initials in blue ink.